

Capítulo 4

A estratégia enquanto método

140 – Do pensamento à ação

O resultado desta imensa produção literária é a elaboração de um conjunto de conceitos, de fórmulas, de exemplos... que vão, pouco a pouco, juntar-se para constituir as teorias e as doutrinas. Se sua criação e organização são relativamente fáceis de compreender, uma vez que resultam de um trabalho intelectual clássico, sua difusão e transformação em doutrinas são muito mais difíceis de descrever. Como nascem e se desenvolvem as doutrinas estratégicas?

O problema não é fundamentalmente diferente daquele das doutrinas políticas, ou das culturas populares, e poder-se-ia encontrar, em nosso campo, o eco da grande controvérsia entre os partidários do inconsciente coletivo e os das idéias claras¹: para os primeiros, a elaboração das culturas provém, ao final, de um processo bastante misterioso, difícil de entender, resultando de correntes quase espontâneas – é do “ar do tempo” que se destacam as grandes idéias que vão progressivamente modelar uma cultura. Ao contrário, para os segundos, a transformação das mentalidades e das crenças é em primeiro lugar devido a indivíduos ou a obras referenciais, a partir das quais se pode medir, mesmo imperfeitamente, a difusão. A primeira abordagem é difusãoista mesmo, enquanto a segunda está centrada nos grandes homens, particularmente nos grandes pensadores, cuja influência seria determinante na evolução das idéias.

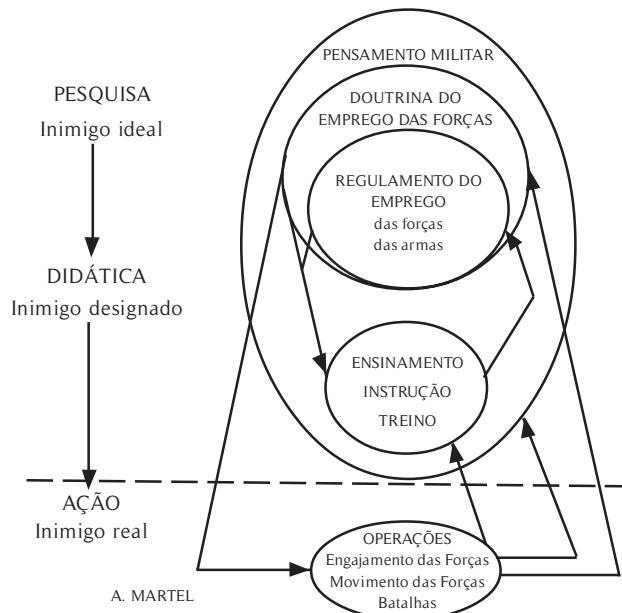
Uma querela inesgotável, tanto na estratégia como em outros temas. Se se pode avaliar a difusão das obras de Clausewitz pelo número de suas edições, pelos comentários que sobre elas foram efetuados na área de escritos militares, é muito mais difícil determinar a influência exata do mestre prussiano na evolução doutrinária do século XIX. Para uma pequena elite que deixou as marcas, permitindo identificar as influências que ela pôde sofrer, a maioria dos leitores militares são, em primeiro lugar, homens de ação que deixaram poucas indicações sobre o que eles puderam retirar das suas leituras, supondo, claro, que o maior número fosse de grandes leitores. O problema se agrava à medida que nós recuamos no tempo. Sun Tzu deixou impressa de modo duradouro a sua marca na cultura estratégica chinesa. Se apenas uma elite de

1. Para retomar a distinção de Philippe Ariès em seu artigo “Inconscient collectif et Idées claires”. (ARIÈS, Philippe. Inconscient collectif et idées claires. _____. *Essais sur l'histoire de la mort em Occident*. Paris: Seuil, 1974.)

letrados o lera, o seu ensinamento foi passado amplamente para o saber coletivo por meio dos romances populares, e é sobretudo por esse viés que o seu espírito foi recuperado por Mao Tsé-Tung. Dito de outra forma, a abordagem difusora e a abordagem individualista, longe de serem excludentes, seriam complementares. Autores, mas também homens de ação, inventam conceitos, fórmulas, primeiro pelo ensinamento oral, e, depois, cada vez mais, pela via da escrita. Os seus ensinamentos vão ser progressivamente popularizados, assimilados, transformados, por intermédio de um processo do qual nós percebemos apenas vagamente os mecanismos, mas que é muito difícil de ser reconstituído de modo preciso.

André Martel propôs um esquema de passagem do pensamento para a ação, que aqui é reproduzido. Como todos os esquemas, ele é redutor e não dá conta da diversidade dos caracteres nacionais ou individuais, mas, entretanto, dá uma boa idéia do processo de elaboração das doutrinas estratégicas. O esforço individual, puramente intelectual, de um punhado de pensadores, transforma-se em ensinamento, centrado sobre idéias gerais, as quais vão fornecer aos discípulos uma bagagem intelectual da qual eles se servirão para a elaboração de planos, de instruções e de regulamentos. Dá-se, então, a passagem progressiva da teoria à prática, da reflexão pura a um ensinamento didático direcionado à satisfação das necessidades do momento, para chegar-se finalmente à prática.

A única coisa certa é que essa produção literária, que sucedeu à aprendizagem empírica e à tradição oral dos tempos antigos, é necessária. A sua abundância e o fato de que ela foi praticada por homens de ação eminentes são suficientes para provar que ela responde a uma necessidade real. Ela constitui uma pesquisa fundamental da qual tudo deve resultar. Há certamente indivíduos excepcionais que atingem o domínio da prática sem esse desvio teórico, mas eles foram apenas uma minoria e o número deles tendeu a decrescer ainda mais com a crescente complexidade da arte da guerra.



141 – Paradigma político e paradigma militar

Através de toda a história do pensamento estratégico, revela-se uma oscilação entre o que se poderia chamar de paradigma político e de paradigma militar. O primeiro relaciona a estratégia com a dimensão superior, política, a condução geral da guerra, enquanto o segundo se situa deliberadamente no quadro estrito da organização do aparelho militar e da condução das operações.

É esta dualidade que foi teorizada no século XX com a distinção entre grande estratégia ou estratégia global, ou condução diplomático-estratégica... e estratégia operacional. Mas ela existia desde a aparição do pensamento estratégico no século XVIII. Guibert é uma brilhante ilustração disso: os seus dois primeiros livros são especificamente militares, eles defendem um novo sistema tático; o *Traité de la force publique*, em compensação, situa-se em um outro plano: ele anuncia a chegada da guerra nacional e teoriza as consequências estratégicas de uma mudança política.

Essa dualidade é encontrada em duas figuras emblemáticas da ciência estratégica contemporânea. Jomini é, desde o princípio e antes de tudo, um pensador militar, como atestam os títulos das suas primeiras obras: *Traité des grandes opérations...* e *Histoire militaire des guerres de la Révolution*. A sua finalidade é “fazer a guerra”, segundo a expressão de Jean-Jacques Langendorf. Sem dúvida, isso não o impede de elevar-se a um nível superior: encontram-se assim na sua obra observações sobre o poder marítimo que prefiguram as teses de Mahan². Mas se trata apenas de “*incidentes*”. Ao contrário, Clausewitz se preocupa, constantemente, em interligar a guerra aos seus fins políticos, em “pensar a guerra”, como diz Raymond Aron.

A herança de Jomini irá predominar ao longo do século XIX. O axioma da separação entre o poder político e a autoridade militar conduz ao triunfo, praticamente por inteiro, do paradigma militar até 1914: a única preocupação, mesmo entre os que defendem Clausewitz, é aquela da vitória no campo de batalha, sem consideração para os termos da paz que serão negociados em seguida pelo poder político. Entretanto, vê-se reaparecer o paradigma político no fim do século XIX, quando os autores tomam consciência do surgimento da guerra industrial e ideológica. Assim a dimensão política reaparece em um autor como Von der Goltz em *La Nation armée*. Ao mesmo tempo, ela se desenvolve entre os autores situados na periferia que não podem ser ligados ao pensamento estratégico, mas que imaginam novos modelos de defesa. O mais ilustre é o socialista Jean Jaurès, com sua obra *L'Armée nouvelle* (1906).

O período entre as duas guerras mundiais é dividido entre as duas tendências, porém o paradigma militar ainda vinga, uma vez que o problema fundamental é a assimilação das transformações táticas (carro de assalto, avião, submarino) provocadas pela Primeira Guerra Mundial. A verdadeira ruptura situar-se-á depois de 1945, com um restabelecimento impressionante do paradigma político. Restabelecimento ligado naturalmente ao aparecimento da arma nuclear, que impede pensar o meio independentemente dos fins; restabelecimento ligado também à eclosão da guerra revolucionária, cuja novidade não implica a utilização de guerrilheiros, proposta já no início do século XIX pelos teóricos da *petite guerre* (pequena guerra), mas na ligação intrínseca que Mao Tse-Tung e seus sucessores estabelecem entre a dimensão política e o combate militar. O primado da política está mantido até hoje, mesmo quando autores militares experimentaram manter um pensamento de inspiração técnica excluindo a dimensão política.

142 – Ideologia e estratégia

Essa descoberta do paradigma político recoloca no primeiro plano a questão, muitas vezes ignorada, das relações entre a ideologia e a estratégia. **Todo o conhecimento da estratégia passa por uma elucidação dos seus pressupostos.** Até pouco tempo, raros foram aqueles que deram atenção a isto. O saber estratégico era o princípio percebido como sendo de natureza fundamentalmente técnica, o seu posicionamento na ideologia global da sociedade

2. Cf. MONTEFORTE, Fernando Sanfelice di. Jomini e il mare. *Rivista Marittima*, giugl.de 1998.

parecia ser de menor importância. Contentavam-se em assinalar que Clausewitz tinha recebido a influência de Fichte e de Hegel, porque parecia lógico que ele houvesse lido os maiores filósofos alemães da sua época. Mas isso era uma exceção, por sinal agravada de um erro básico, porque se Clausewitz, efetivamente, meditou muito sobre o pensamento do primeiro, não parece ter lido o segundo³. Para as obras de abordagem menos filosófica, tal questão parecia desprovida de interesse, senão de objeto.

É nesse plano que a história do pensamento estratégico conheceu uma de suas evoluções das mais notáveis no decorrer das últimas décadas. Os estudos disponíveis conseguiram amplamente livrá-la do seu rígido dogma. Hoje, pode-se discernir melhor o contexto ideológico no qual as teorias foram elaboradas, desenvolveram-se e depois declinaram. Raimundo Luraghi percebeu a influência de Tomaso Campanella sobre o pensamento de Montecucculi⁴. O General Poirier correlacionou o pensamento de Guibert com a Escola Francesa do Iluminismo⁵. H. Rothfelds observou a teleologia que impregna a obra de Clausewitz, com *a doutrina histórico-filosófica e estética do objetivo ideal da evolução, que deve ser sempre perseguido mas nunca é atingido*⁶. Hoje, se faz diferença entre o significado propriamente estratégico das doutrinas ofensivas, que foram popularizadas no final do século XIX, e a ideologia da ofensiva, que se apossou então dos espíritos, ao ponto de esquecer as formidáveis mudanças que se produziam nesse momento no meio técnico. A estratégia deixa de ser um saber etéreo para reencontrar-se imersa no seu tempo.

Há nesses trabalhos um caminho de pesquisas que se apresenta como fecundo, com a condição, entretanto, de ser utilizado com prudência. É interessante saber quais as influências que foram exercidas sobre tal ou qual autor. Mas não basta estabelecer que um estrategista leu esse ou aquele filósofo para, então, deduzir que essa influência contribuiu de maneira significativa para forjar o seu sistema de pensamento. Que Montecucculi leu Campanella, e disso guardou uma determinada visão das coisas, claro que é incontestável, porém qual foi a influência direta do utopista italiano sobre as concepções estratégicas do general austríaco? Essas não são, principalmente, o resultado da sua experiência militar? O Coronel Reichel ressalta a emergência de um pensamento militar na primeira metade do século XVII devido à ascensão do protestantismo: Henrique de Rohan é um dos chefes do partido protestante. Entretanto, antes dele, o espanhol Bernardino de Mendoza desenvolveu um pensamento tanto quanto original, dentro de um contexto especificamente católico. Os exemplos podem ser multiplicados. Alexis Philonenko nega todas as aproximações efetuadas entre Clausewitz e os grandes pensadores alemães do seu tempo e concluiu: “*Tudo isso é bem superficial. A única verdade é que toda a vida de Clausewitz se inscreve em um movimento que se convencionou denominar de idealismo alemão*”⁷. As influências externas são múltiplas, elas se combinam ao ponto de, às vezes, se anularem e não devem, enquanto fatores explicativos, substituir a reflexão e a experiência do estrategista, nem fazer dessa reflexão uma simples reprodução de uma ideologia global.

3. Liddel Hart sugeriu uma ligação entre Clausewitz e Kant, Alexis Philonenko se contenta em anotar que Liddel Hart “desconhece, visivelmente a obra de Kant”.

4. Cf. THIRIET, Jean-Michel. *La redécouverte d'un homme de guerre et de lettres: Montecucculi*. p.37.

5. POIRIER, Lucien. *Les voix de la stratégie*.

6. ROTHFELDS, H. *Carl von Clausewitz: politik und krieg*. Berlin, 1920. p.32.

7. PHILONENKO, Alexis. Clausewitz ou l'oeuvre inachevée: l'esprit de la guerre”. *Revue de métaphysique et de morale*, p471, 1990-4.

143 – As escolas estratégicas

Além da diversidade inevitável das correntes, que pode conduzir, ao limite, a identificar quase tantas tendências quanto autores, pode-se alinhar, de maneira bem esquemática, três grandes escolas que apareceram sucessivamente, mas que hoje coexistem.

1. A escola clássica, centrada na condução da guerra, reúne todas as vertentes da concepção tradicional da estratégia acerca de um único paradigma: a vitória. A abordagem é profundamente voluntarista: a estratégia é a arte do general e é o seu conhecimento por um chefe com talento ou gênio, ou o seu desconhecimento por um chefe medíocre, que determina o sucesso ou o fracasso. Essa escola reúne todos os grandes nomes do pensamento estratégico, a partir da sua formação na época moderna e permanece viva ainda hoje.

2. A escola neoclássica apareceu no final do século XIX, quando os progressos dos estudos científicos e do surgimento das ciências sociais levaram a uma tomada de consciência mais clara do ambiente da estratégia. O paradigma permanece, o da vitória, mas a guerra é, desde então, incluída em um horizonte conflituoso mais amplo (estratégia do tempo de paz e dimensões não-militares) e o voluntarismo se mostra temperado por ter em conta os determinantes postos em evidência pela geografia e pela história militar ou por uma utilização moderada das disciplinas “civis”. Ilustrada por grandes nomes, como o do Almirante Castex, no período entre guerras, ela se distinguiu por um esplendor vigoroso no decorrer das últimas décadas: cite-se unicamente Bernard Brodie nos Estados Unidos ou o General Beaufre na França.

3. A escola moderna (infra nº 251) apenas desenvolveu-se verdadeiramente depois de 1945. O paradigma da vitória é abandonado, a estratégia tende a ser tratada como uma ciência social que não está mais limitada a um único domínio, que constitui um conflito e, portanto, as finalidades são infinitamente mais variadas que a busca da vitória. Essa nova estratégia é, essencialmente, o feito de pesquisadores civis, mas militares também se interessam por ela. O problema está em distinguir entre os que, efetivamente, renovaram a teoria estratégica, como Thomas Schelling nos Estados Unidos ou o General Lucien Poirier na França, e aqueles que se contentam em revestir um discurso pomposo sobre velhas idéias, muitas vezes misturadas com um jargão incompreensível para dissimular o vazio do pensamento.

A incerteza que pesa hoje sobre a estratégia é afinal apenas o reflexo da incerteza que pesa sobre o conjunto do sistema social de um século, o qual conheceu mudanças de uma amplitude inaudita, sem precedente, em importância e velocidade na história da Humanidade. A ambigüidade não provém somente das insuficiências da reflexão, ela tem a mesma substância que a própria realidade. Outro tanto é dizer que a idéia de uma grande teoria unificada da estratégia corre o risco de ficar como um sonho distante.

SEÇÃO I – TEORIA E DOUTRINA

144 – As duas vertentes da ciência estratégica

Os conceitos e as taxonomias são o resultado do pensamento estratégico e da estratégia enquanto ciência. Esta é uma praxis, um saber ao serviço da ação, da estratégia enquanto arte. Quase nada se conhece sobre o exemplo de um estrategista que esteja entregue a uma reflexão “desencarnada”, puramente especulativa, sem ser constrangido. Herbert Rosinski, aproxima-se mais do modelo do intelectual puro, começou seu trabalho para a Kriegsmarine (Marinha alemã) e só tornou-se um espectador cético devido ao fato do exílio. Na estratégia, como em outras áreas, a marginalidade raramente resulta de uma escolha deliberada.

Mas o saber voltado para a ação não escapa das regras comuns ao conhecimento. Ele pode e deve elevar-se acima das situações concretas imediatas, para atingir um grau de genera-

lização e de abstração que permita verificar a validade dos conceitos e dos instrumentos de análise. A ciência estratégica se decompõe assim em duas vertentes bem distintas, as quais Foch já denominava de teoria e doutrina⁸.

Subseção I – Teoria

145 – Objeto da teoria

A teoria visa a um aprofundamento dos conceitos e dos métodos ao alcance global com vistas a atingir um saber que seja utilizável universalmente, independentemente da geografia e da história. O General Poirier, considerado hoje como um daqueles que levou mais longe essa pesquisa teórica, proclama sua convicção quanto à existência de um certo número de invariantes essenciais que podem constituir uma teoria unificada⁹.

Determinada por seus fatores conjunturais, por seu local e seu momento, a ação não é fortuita, a ponto de sob suas transformações históricas – circunstanciais – não persistam como invariantes, ou não se repitam com evidente freqüência, certos fatos e fenômenos que são os elementos constituintes da sua natureza fundamental. Estes são os que a teoria deve encontrar.

As Batalhas de Maratona e do Marne, como as de Salamina e do Leyte, têm poucos pontos em comum; bastante, apesar disto, para que o teórico e o técnico as pensem de modo idêntico, como as avatares de um mesmo ser estratégico atravessando a História com atributos invariantes¹⁰.

O número e a natureza desses invariantes são muito difíceis de determinar. As mesmas funções, as mesmas necessidades podem ser a causa de respostas muito diferentes, conforme as sociedades. Por exemplo, a idéia de contar é universal, mas encontram-se povos para os quais um sistema único de cálculo é um absurdo: não é possível contar da mesma maneira homens, animais ou objetos inanimados, empregam-se então sistemas de cálculo diferentes. Para outros, formas semelhantes podem responder por funções radicalmente diferentes: as pirâmides do Egito e do México são parecidas porque é mais simples construir um prédio mais largo na base do que no vértice, mas elas não exercem as mesmas funções e a tentativa de compará-las é desprovida de sentido. A guerra não é exceção a esta regra. Ao contrário, ela tem ritos ou código extremo e a lógica de sua condução está longe de responder sempre aos cânones da racionalidade estratégica.

Este é o problema que torna a elaboração de uma teoria unificada tão difícil. O Ocidente recentemente redescobriu os ensinamentos do primeiro grande mestre do pensamento estratégico, Sun Tzu. Formulados em termos bem gerais, seus enunciados parecem ter valor universal, que é o importante. Ao mesmo tempo, nós deixamos escapar uma parte do ensinamento do mestre que só é entendido plenamente dentro do entorno chinês, no contexto da filosofia do moísmo e do seu conflito com as duas correntes antagonistas que vão moldar o pensamento chinês, o legismo e o confucionismo.

Tal constatação não desaprova, necessariamente, a pesquisa de invariantes. Sem entrar na controvérsia teológica sobre a natureza do gênero humano, é evidente que a organização das sociedades humanas, que chegam a um certo grau de complexidade, corresponde quase sempre às mesmas preocupações: a proteção do grupo, o aumento de sua riqueza e do seu

8. FOCH. *Des principes de la guerre*. p.94.

9. POIRIER, op. cit. p.2930.

10. ___. *Le chantier stratégique*. p.98-100.

poder... tantos elementos que constituem uma política externa, quer trate-se de uma cidade, de um império ou de um estado-nação. Da mesma maneira, a guerra é universal e não se conhecem exemplos incontestáveis de sociedades em contato com outras que nunca teriam conhecido a guerra ou pelo menos a tentação da guerra. Não há necessidade de aderir às teorias de etologia de Konrad Lorenz ou de Robert Ardrey sobre a agressividade intra-específica, característica da espécie humana,¹¹ para constatar esse ensinamento da História¹² que sofre tão poucas exceções que devemos considerá-lo como uma regra.

A nascente doutrina soviética fez uma contribuição na direção oposta. Mikhail Frounze havia começado, nos anos 1920, a elaboração de uma doutrina estratégica correspondente “à estrutura social do Estado socialista”, fundamentalmente diferente da estratégia capitalista. Ele impôs esta concepção contra Trotski, pois este “acreditava que existia uma ciência militar válida tanto para os capitalistas como para os proletários”. Com o distanciar no tempo e a decomposição da ideologia comunista, o revés se mostra patente: sob a retórica stalinista se encontram os princípios clássicos de ofensiva, de manobra, da surpresa... e a herança do pensamento militar da Rússia imperial está onipresente. Afinal, com Stalin ainda vivo, Raymond Garthoff constatava que “o marxismo-leninismo exerceu pouca influência direta sobre a doutrina soviética em si e não existe uma nova ciência militar stalinista¹³”.

146 – As funções da teoria

Um cientista político contemporâneo define assim a teoria: “Ela é, pelo menos, um esquema, um programa para registrar, classificar e, finalmente, organizar dados e conhecimentos. Na falta de ter ainda um poder que lhe permita prever, ela pode, contudo, ter um poder organizador e um valor de análise¹⁴”. Pode-se reunir as funções da teoria em redor de três eixos decalcados sobre as funções da linguagem¹⁵.

Em primeiro lugar, existe a **função da expressão**. A passagem para a escrita não é uma simples mudança de apoio, ela obriga o seu autor a um esforço de rigor e de abstração entre os quais o profano dificilmente pode vir a ser um conceito, mas todos aqueles que escreveram um texto mais elaborado sabem quantas idéias que parecem claras quando as temos na cabeça revelam-se difíceis de transcrever no papel. A escrita faz realçar as lacunas, as imprecisões, as contradições do pensamento. Exceto em casos excepcionais, os enunciados da observação só podem desembocar sobre as generalizações teóricas após uma passagem pelo escrito, o que obriga a precisar os conceitos e a considerar as suas implicações. Se muitos dos grandes capitães extraíram das suas experiências as reflexões escritas (nem sempre pensando em publicá-las), é porque eles perceberam essa necessidade. Certamente, nem todos o fizeram, seja porque eles não tiveram tempo (Napoleão conduziu a campanha da Itália quando tinha 26 anos e não teve quase tempo livre depois, até o exílio em Santa-Helena, onde ele ditou os textos que mereceriam mais tempo para os estudos), seja

-
11. Uma boa síntese das teorias de etologia é encontrada em: EIBL-EIBESFELDT, Irenaüs. *Guerre ou paix dans l'homme*. Paris: Stock, 1976.
 12. O antropologista Alexander Alland, crítico virulento das teses de Lorenz, não consegue encontrar sociedades sem guerra e agarra-se a atribuir a guerra entre “primitivos” aos acontecimentos da cultura ocidental, compreendendo a exploração e o expansionismo econômicos”. (ALLAND, Alexander. *La dimension humaine: réponse à Konrad Lorenz*. Paris: Seuil, 1974. p.150.)
 13. GARTHOFF, Raymond L. *La doctrine militaire soviétique*. p.19 e VIII.
 14. SEURIN, Jean-Louis. Un schème pour l'analyse comparative des gouvernements: une interprétation conflictuelle de l'analyse systémique. In: _____. *Mélanges offerts à Maurice Duverger*. Paris: Universitaires de France, 1989.
 15. Definidas por Karl Popper. (LORENZ, Konrad; POPPER, Karl. *L'avenir est ouvert*. Paris: Flammarion, Champs, 1995. p.117.)

porque eles não tinham o gosto (ou o talento) para escrever. Mas não se pode deixar de observar que os militares escrevem com mais gosto do que os diplomatas ou os homens de Estado, o que sugere que eles sentem, de um modo mais intenso, a necessidade de uma teoria. A função de expressar resulta na própria teoria estratégica, sendo um benefício para aquele que a elabora.

Em seguida vem a **função de comunicação** pela qual o mestre transmite o seu saber, quer aos discípulos escolhidos, como era a norma antigamente, quer aos leitores anônimos, como acontece com mais freqüência na época moderna. Este ensinamento podia ser feito oralmente (não é de todo impossível que os livros de Sun Tzu ou de Sun Bin, que são apresentados sob a forma de aforismos ou de diálogos, não sejam o produto das notas recolhidas pelos alunos) e, em seguida, passado para a forma escrita, para assegurar, de uma vez só, a perenidade desta transmissão e a celebreidade do teórico.

A última é a **função de representação** que concebe configurações estratégicas ainda não existentes. Esta dimensão está conectada às transformações sociopolíticas que levam a uma mutação da arte da guerra. Guibert, deste modo, pressentiu ao final do século XVIII o advento da guerra das massas antes que as guerras da Revolução Francesa e do Império fizessem uma demonstração disso. Esta função tomou uma importância crescente com a aceleração das mudanças técnicas. Em um mundo cada vez mais complexo o estrategista tem a necessidade, mais do que nunca, do suporte da teoria. Sobre isso, diz o General Poirier:

Apesar das suas carências, a teoria é necessária. Inicialmente, sob a sua forma descritiva: para ordenar o nosso saber sobre os fenômenos conflituais e a natureza da estratégia; para definir os conceitos do seu pensamento; para distinguir os invariantes e os fatores de evolução... Em seguida, sob a forma normativa, a teoria é necessária para ajudar o prático a decidir: para enunciar corretamente a sua ordem e designando suas ligações de determinações recíprocas, as primeiras questões da estratégia de hoje e de amanhã: para quais fins a ação estratégica, o que fazer e por quê¹⁶?

147 – A finalidade da teoria: idealismo e realismo

Contrastamo-nos, então, com o problema da finalidade da teoria exposto com clareza por Herbert Rosinski:

O fim da teoria militar e naval é reproduzir os fatos tais como eles se apresentam na média ou é com a intenção de descobrir, por trás destes fatos, as tendências profundas que as determinam? Em outros termos, seu caráter “realista” ou “idealista”? É a guerra tal qual ela é ou a guerra tal como deve ser? Se nos apoiamos sobre a primeira concepção, o perigo de que ela seja mal compreendida é menor, porém há, da mesma forma, o perigo quanto à precisão das lições que ela proporciona; se, pelo contrário, fixamo-nos na segunda concepção, como foi o caso de Clausewitz, o risco de ser malcompreendido é infinitamente maior, mas, em compensação, o poder de análise que ela dá é infinitamente mais profundo¹⁷.

A abordagem “realista” é conduzida para fazer ressaltar a diversidade dos casos do gênero, sua capacidade de generalização e de abstração será mais fraca, a teoria se transformará em história, enfatizando as classificações em vez das invariantes. A abordagem “idealista” é mais ambiciosa, e, também, mais difícil. Ela exige uma grande precisão no emprego dos conceitos, entendidos como idéias gerais, mas não absolutas. Ela evidencia, além da diversida-

16. POIRIER, Lucien. *Essais de la stratégie théorique*. Paris: FEDN, 1983. p.15.

17. ROSINSKI, Herbert. *Commentaire de Mahan*. p.55.

de revelada pela experiência histórica, uma essência que servirá de ponto de referência para a teoria. Clausewitz, ao atingir a última fase de seu pensamento, tinha reconhecido a existência de duas formas de guerra, porque a confrontação constante da teoria com os ensinamentos da experiência (pessoal ou histórica) lhe tinha feito entender que o conceito de guerra absoluta, ao qual ele tinha chegado precedentemente, não explicava a totalidade das guerras reais, porém ele acrescentava:

A teoria deve admitir tudo isto, mas o seu dever é dar o primeiro lugar à forma de guerra absoluta, como um ponto de referência, de sorte que aquele que quer aprender alguma coisa de teoria habitue-se a nunca perdê-lo de vista¹⁸.

Seu discípulo, Rosinski, transpôs esse ensinamento para a estratégia marítima:

Uma teoria “idealista” acentuará intensamente o fato de que o domínio do mar é o único conceito a partir do qual uma teoria “absoluta” completa e satisfatória da guerra naval pode ser desenvolvida, mesmo que este objetivo não seja sempre alcançado na prática¹⁹.

Então, o problema decisivo é conciliar tal exigência teórica com a que o General Poirier denominou “*pragmatismo estatutário*” do estrategista²⁰, de elaborar uma teoria que não seja separada da realidade e que conserve um valor operacional. A teoria estratégica deve estar acompanhada de uma dose de empirismo. Ela deve, simultaneamente, segundo a fórmula sugestiva de Raymond Aron, “*pensar, com toda a lucidez, o conceito de guerra e as realidades da guerra*”²¹.

148 – Os níveis da teoria

A teoria supõe um esforço de reflexão sobre os conceitos e os métodos que poucos autores realizam. Pois, é necessário, dentro da distinção fundamental entre teoria e doutrinas, operar classificações mais precisas.

Por conseguinte, distinguir-se-á a **teoria estratégica da análise estratégica**, em função do grau de refinamento do pensamento. Para tornar mais simples, dir-se-á que o teórico tem por ambição fazer uma obra criativa e ter uma reflexão sistemática e original, enquanto o comentarista se limita ao estudo de uma dada situação ou à interpretação de um ou de vários teóricos. Assim, diremos que Jomini, Clausewitz, Mahan, Corbett, Castex, Fuller, Liddell Hart, Douhet, Beaufre, Poirier, Schelling ... são teóricos, enquanto Caemmerer e Mordacq, que comentam os autores do século XIX, Puleston e Lepotier, que dão continuidade a Mahan e Castex, Vauthier e Alléhaut,

18 CLAUSEWITZ, Carl von. *De la Guerre*. p.673.

19. ROSINSKI, op. cit. p.55.

20. POIRIER, Lucien. *Stratégie théorique III*. Paris: ISC-Économica, Bibliothèque Stratégique. p7. É esse pragmatismo estatutário que faz falta na recente literatura sobre a teoria das relações internacionais, cada vez mais separada da ação diplomática. (Cf. HOLSTI, K. J. *The dividing discipline: hegemony and diversity in international relations*. Boston: Allen & Unwin, 1985 e THE FUTURE of Internationnal Relations. Ed. by Iver B. Neumann e Ole Waever. Londres: Routledge, 1997.)

21. ARON, Raymond. *Penser la guerre*. Clausewitz, t.1. p.23. Pode-se trocar guerra por conflito.

que apresentam a obra de Douhet, e os inúmeros autores que dedicam monografias a problemas particulares ou a teatros de operações, são analistas.

Esta distinção, que parece simples e operacional, levanta na realidade problemas sérios. Bernard Brodie apresentou seus livros de estratégia marítima como uma simples atualização das teorias de Mahan²²; por causa disso, ele é um analista; na realidade, a sua atualização é uma revisão fundamental que livra o mahanismo da sua ganga dogmática e tem implicações teóricas consideráveis e deve-se, sem hesitação, classificá-lo entre os teóricos.

De fato, não há uma clara separação entre a teoria e a análise. Como em teologia e filosofia, do comentário sobre os fundadores pode resultar uma renovação, até mesmo uma revolução, tanto isto é verdade que não se constrói uma obra a partir do nada, mas buscando apoio naqueles que a precederam. O critério fundamental, aqui como em outras partes, é o do talento a serviço de um projeto. Pode-se ter comentaristas de grande talento, mas cujo propósito é claramente delimitado. No sentido inverso podem existir os pseudoteóricos, cuja ambição não está na medida de todas as ambições. Também é possível haver os teóricos de real valor intelectual, cujas elaborações não resistem à prova dos fatos, o Almirante Aube é disso um exemplo notável. O tanto de elementos que fazem com que, se a literatura é imensa, a “estrategoteca”* básica se reduza finalmente a um pequeno número de autores. Os grandes teóricos são raros, por definição, assim como os grandes generais.

Dito isto, se a sua leitura é indispensável, ela não é, no entanto, suficiente, exceto para aquele que se dedica à reflexão pura, recluso na sua “torre de marfim”. Nem sempre são as obras mais profundas as mais importantes, que exercem a maior influência: Clausewitz teve como concorrente durante uma geração Willisen, Corbett foi substituído por autores que nem são mais lidos hoje, os livros do General Poirier têm uma difusão modesta... Esta é uma realidade da qual é preciso se dar conta.

Subseção II – Doutrina

149 – Definição da doutrina

A doutrina “procede de uma escolha calculada dentro da pluralidade de teorias existentes. Ela extraí dessas uma representação e uma concepção privilegiadas da ação”²³. Ela exige ser local e não global, adaptada a um dado quadro nacional ou técnico. Ela tem uma finalidade prática: “Os princípios dirigentes, uma vez formulados, servem de guia na elaboração das decisões práticas a tomar”²⁴. Ela é, de certa forma, verificável no terreno: o dizer das armas deve confirmá-la ou invalidá-la.

Mordacq a define como “um conjunto de convicções ponderadas na direção dos exércitos de massa”, que devem dar uma inspiração comum àqueles que comandam. “Com as massas consideráveis que os exércitos modernos apresentam poder-se-á somente obter resultados práticos submetendo as operações desses exércitos a concepções simples”²⁵. A sua definição está limitada à estratégia operacional. Aquela, mais recente, é a da *Enciclopédia Militar Soviética*, com característi-

22. BRODIE, Bernard. *La guerre nucléaire*. p.10.

23. POIRIER, Lucien. *Le chantier stratégique*. p.129.

24. LAURENT, Jaques. *Un outil pour la pensée militaire soviétique*. p47.

25. MORDACQ. *La stratégie*. p.109-122.

*NR: No original francês “stratégothèque”, neologismo do autor para designar biblioteca do estrategista.

ca mais abrangente: “*Sistema de pontos de vista adotado por um Estado para um dado período de tempo visando à essência, aos objetivos e à natureza de uma guerra possível por vir, assim como à preparação do país e das Forças Armadas para esta guerra e aos meios para conduzi-la*”²⁶. Os Estados Unidos contribuem com um complemento que toma conta do transbordamento da estratégia do quadro tradicional da guerra: a doutrina é o guia para “*dirigir as guerras e conduzir as operações diferentes da guerra*”²⁷. Ela diz o que é preciso fazer e de que maneira. Uma tendência recente procura opor doutrina a conceito (conceito estratégico da OTAN; Conceito de emprego de forças na França): o conceito diria o que é preciso fazer e a doutrina de que maneira. A utilidade desta dicotomia não está evidente.

O debate doutrinário deve normalmente concluir-se pela adoção de uma doutrina oficial destinada a impor-se aos executantes e que se expressa em instruções ou em publicações que vão do regulamento ao livro branco. As Forças Armadas norte-americanas publicam regularmente textos doutrinários: o Army possui a série das *FM-100*, cuja mais conhecida é a *FM-100 - 5*, periodicamente revisada (1949, 1962, 1968, 1976, 1982, 1986, 1993, substituída, em 2001, pela *FM- 3 -0*), que conheceu nos anos 1970 um célebre complemento com o *Airland Battle*. A Navy (Marinha) passou da *Maritime Strategy* (estratégia marítima) para *From the sea* (a partir do mar). Hoje, os *Combined Chiefs of Staff* (os comandos-em-chefe do pessoal) reforçam as *Joint Operations* (operações conjuntas): a versão de 1993 era qualificada como “*authoritative but not directive*” (autorizada, mas não diretiva); a revisão de 1995, mais consolidada, tornou-se “*authoritative*” (autorizada), ou seja, “*ela deve ser seguida exceto se circunstâncias excepcionais se opõem*”. Em sentido contrário, as publicações do Comando de Doutrina Naval apresentam-se como “*conceitual... não diretivo*”²⁸. O debate é eterno entre aqueles que salientam a necessidade de regras gerais e os que preconizam a adaptação às circunstâncias, entre rationalistas e empiristas.

150 – Relações da doutrina com a teoria

As duas vertentes da ciência estratégica (a doutrina e a teoria) são interligadas: **a doutrina contém uma teoria**, consciente ou não, explícita ou subjacente. Porém, elas não se desenvolvem de maneira idêntica, pelo menos na época contemporânea. Poder-se-ia dizer que a teoria é fundamentalmente cumulativa, ela tira partido de toda contribuição dos autores anteriores, dos conceitos e dos métodos que eles definiram, para aperfeiçoá-los e enriquecê-los; ao contrário, as doutrinas são alternativas, elas procedem de forma descontínua, sem sentirem-se ligadas por aquelas que as precederam ou que se desenvolvem alhures, mesmo quando, diante dos fatos, as rupturas são raras e que se assista, com mais freqüência, a evoluções lentas e imitações.

Como consequência lógica, os modos de expressão são diferentes. Procurando abstrair-se do seu contexto imediato, a teoria estratégica é em primeiro lugar um pensamento aberto. Mesmo os regimes ditatoriais, os mais obcecados pelo segredo, não se opõem, em geral, à difusão de trabalhos teóricos que não pareçam ser suscetíveis de comprometer o sigilo da defesa. O debate estratégico nunca cessou nas piores horas da Rússia stalinista, a partir de

26. LAURENT, op. cit. p.62.

27. FIELD manual 1005. 1993. pv.

28. HASTING, Scott. Our differing view of war. *U. S. Naval Institute Proceedings*, p73, May 1996.

revistas, às vezes, consultadas no Ocidente²⁹; o mesmo ocorreu no Terceiro Reich. Ao contrário, as doutrinas são muito mais opacas, o observador externo apenas tem acesso a elas por meio de obras ou estudos escritos geralmente por autores que não fazem parte, ou não pertencem mais, do circuito de decisão e que, então, nem sempre têm acesso às informações mais recentes. É por meio das notas do estado-maior, das instruções gerais, dos relatórios confidenciais que se pode entender a doutrina de modo mais seguro do que pelos textos publicados, muitas vezes truncados ou enviesados.

151 – Funções da doutrina

Diferentemente da teoria (ou melhor dizendo do tipo ideal de teoria), a doutrina nunca é neutra, é governada abertamente pelo princípio da eficácia. É usada ao mesmo tempo interna e externamente.

Na parte interna, a doutrina tem por finalidade criar uma comunhão de pensamento tendo em vista a ação. *“De uma mesma maneira de olhar resultará primeiro uma mesma maneira de ver. Desta forma comum de ver, uma mesma forma de agir. Ela tornar-se-á logo instintiva por si mesma”*³⁰. Durante os séculos, ela teve por função definir o emprego das armas, cujas características pouco diferiam de um país para o outro. Era então estritamente operacional e viu-se que Clausewitz afastava do campo da reflexão estratégica tudo o que era relativo à preparação para a guerra (supra nº 54). Seu campo era bem delimitado e ela só evoluía lentamente, como bem salientou Bernard Brodie:

Os progressos da técnica desenvolveram-se a partir da metade do século XIX e somente interessavam armas que tinham uma importância tática. É assim que mesmo se o canhão na Marinha fez progressos extraordinários nos 30 ou 40 anos seguintes a 1850, ele ficará no fundo o mesmo instrumento do ponto de vista estratégico: quer dizer, um instrumento que servia para trocar golpes de canhão de um navio ao outro. Foi só com o submarino, o bombardeiro e, sobretudo, vindo depois desses últimos, com a bomba atômica, que apareceram meios cuja significação era tão profunda, estratégica quanto taticamente³¹.

Com essa aceleração do progresso técnico, a doutrina não deve mais definir somente o emprego das armas, deve primeiro dizer que armas escolher. Ao mesmo tempo, ela deve conciliar um lugar para os componentes logístico e social, que se tornam decisivos na época da guerra total (infra nº 190). A doutrina contemporânea deixa de ser unilateral, centrada em uma só dimensão operacional, para abranger todas as dimensões da estratégia.

Esta função interna se enriqueceu, hoje, por uma dupla função declaratória. A primeira é um sinal a respeito dos aliados e dos clientes. A doutrina é proposta como modelo. O General Francart pôs em evidência tal aspecto, completamente negligenciado na França, onde as Forças Armadas começam em pouco tempo a tomar consciência do seu déficit doutrinário:

Dispor de uma doutrina é um fator de certo destaque sobre os países que constituem nossa zona de influência estratégica. Desde uma dezena de anos,

29. Stalin declarou em 1940. “É preciso publicar tudo o que concerne às ciências militares, à técnica, à tática, à estratégia... É necessário que os nossos militares possam tomar consciência disso”. (MOULLEC, Gael. *Le renseignement soviétique dans la phase initiale de la Grande Guerre patriotique*. Paris: Centre d’Études d’Histoire de la Défense, des Réseaux et des Hommes, 2000. p.61.)

30. FOCH, op. cit. p.101.

31. BRODIE, op. cit. p.14.

as Forças Armadas norte-americanas divulgam sua doutrina pelo mundo, organizam encontros, conferências, simpósios para fazê-la conhecida... Muitas vezes com acesso não reservado, essa literatura impregna os espíritos das outras nações, influencia a visão delas acerca dos confrontos futuros e acrescenta à superioridade material uma supremacia conceitual³².

Mas a definição oficial das condições de emprego das forças é também um sinal endereçado ao(s) inimigo(s) potencial(ais). Os pesquisadores norte-americanos têm insistido particularmente sobre esta função declaratória da doutrina, exageradamente amplificada na era nuclear. Eles ressaltam o fato de que “*as características ofensivas, defensivas ou dissuasórias das doutrinas militares podem afetar a probabilidade e a intensidade das corridas armamentistas e das guerras*”³³. Tal proposição somente é aceitável na condição de lembrar-se que não existe causalidade mecânica entre esses diversos fenômenos, e somente para o caso do século XX: para os períodos anteriores, as doutrinas estratégicas se formalizam muito pouco para ter um impacto político significativo.

152 – Doutrina e sistema de forças

A necessidade de uma doutrina não é percebida por toda parte. Entre muitos adeptos da primazia do material, domina a convicção que este dita a sua lei, tornando inútil a codificação de uma estratégia que se imporia, de alguma forma, espontaneamente. O sistema de forças existente seria suficiente para si próprio. A invenção do estribo tornou inevitável a supremacia da cavalaria, que viu o seu fim chegar com a invenção da arma de fogo: os progressos desta, na época moderna, desencadearam a passagem de uma ordem profunda para uma ordem enfraquecida; a metralhadora varreu as doutrinas ofensivas em 1914, da mesma forma que o tanque de guerra e o avião arruinaram a doutrina defensiva da frente contínua em 1940. Em outras palavras, as transformações estratégicas e táticas são em primeiro lugar transformações técnicas.

Este estado de espírito é comumente divulgado, às vezes encorajado, por uma hierarquia que vê na controvérsia doutrinária um início de desordem (a Marinha francesa guardou uma desagradável lembrança dos excessos da *Jeune École*). Mas isto se apóia no esquecimento de um elemento básico: as armas somente valem pelo emprego que se faz delas. Um dos principais defensores da Escola do Material, o General Fuller, apontou justamente para isto: “*Os elementos do armamento são constituídos, de uma parte, pela potência e os limites das armas, de outro lado, pelas organizações que as fazem se manifestar*”³⁴. No entanto, estas organizações são, com freqüência, reticentes em pôr novamente em questão os procedimentos experimentados em proveito de inovações que raramente avançam sem hesitações e que são consideradas, facilmente, como aventureiras, senão, por vezes, como contrárias à ética guerreira (infra nº 194). É essencial que o novo instrumento ache o seu emprego, que se insira dentro de um ambiente global. Este é o papel da doutrina, definir tal emprego e tal lugar na organização.

A artilharia dá um bom exemplo disto. É uma arma técnica por excelência e os primeiros tratados que lhe foram dedicados por François Blondel (*L'Art de jeter les bombes*, 1686), por Surirey de Saint-Rémi (*Mémoires d'artillerie*, 1697), por Bernard Forest de Belidor (*Le Bombardier français*, 1731), por Guillaume Leblond (*L'artillerie raisonnée*, 1771-1776), somente a encaram sob

32. FRANCART, Loup. *Penser l'action pour mieux agir. Défense Nationale*, p45, avr. 1997.

33. POSEN, Barry R. *The sources of military doctrine*. p.220.

34. FULLER, J. F. C. *L'influence de l'armement sur l'histoire*. p.30.

este ângulo: trata-se de determinar as tábuas de pontaria, a forma da câmara de combustão, o diâmetro e o peso da bala ... Mas não trata de nenhuma maneira do emprego tático da arma, assim, no final do Antigo Regime, apesar da revolução técnica de Gribeaupre, “*não há ainda, propriamente dita, uma tática de artilharia*”³⁵. Esta será elaborada, de maneira empírica, durante as guerras da Revolução Francesa e do Império, por meio de técnicos, como o General Drouot, que porão em ordem a concentração de fogos, a reserva da artilharia... A artilharia francesa do final do Império terá, assim, uma eficácia bem maior do que antes de 1789, com um material que quase nada foi modificado. O mesmo fenômeno é observado durante a Primeira Guerra Mundial. A artilharia torna-se a arma principal, mas as preparações intermináveis, que podem durar até uma semana, não permitem obter a penetração da defesa: o terreno arruinado proíbe qualquer progressão rápida. Lê-se habitualmente que foi uma inovação técnica o carro de combate, que permitiu superar o bloqueio. Mas os primeiros rompimentos de defesa foram executados com êxito pelos alemães em 1917 e 1918 sem o auxílio dos carros, nem de qualquer inovação técnica, apenas com uma nova utilização dos meios existentes: o Coronel Bruchmüller concebeu uma nova tática para a artilharia, com uma preparação densa, mas breve, usando fogos de barragem (“*barrage roulant*”) que “abatem” o adversário sem tornar o terreno impraticável³⁶. Nas primeiras batalhas em que foi empregado, o carro de combate teve um rendimento inconstante, tanto em razão de suas limitações técnicas (o ponto fraco da velocidade, falta de confiabilidade), quanto da falta de uma doutrina de emprego bem estabelecida³⁷. Entre as duas guerras mundiais, irá se discutir furiosamente sobre tal assunto: o carro é um instrumento de ruptura, como sustentam os seus propagandistas, ou um instrumento para acompanhar a infantaria, como diz a doutrina francesa? E, no primeiro caso, deve-se empregá-lo isolado (Fuller), com a infantaria motorizada (Liddel Hart), ou com os destacamentos de várias armas (Guderian)? Da resposta a estas questões, tanto como das características dos equipamentos, depende a eficácia da arma. Em 1940, o Exército francês tinha tantos carros quanto a Wehrmacht e, muitas vezes, de melhor qualidade³⁸. Era a doutrina de emprego que era incorreta: “*Os franceses não sabiam utilizar os carros de assalto no plano operacional, agrupando-os em vista de uma ação coerente*.”³⁹ Como surpreender-se com isso quando se mede a diferença do esforço doutrinário logo depois de 1918, na Alemanha e entre os vencedores? Para preparar o novo regulamento tático que ia ser publicado em 1921 e 1923, o General Von Seeckt instalou 57 comissões encarregadas de tirar todos os ensinamentos da guerra: 400 oficiais participaram disso, ou seja, um sobre dez. Do outro lado, os britânicos confiavam a redação de seu novo manual tático de infantaria a um tenente que teve que se virar sozinho⁴⁰. Claro, ele se chamava Liddel Hart, mas o talento de um só não basta para elaborar e divulgar uma doutrina. Na França, a morte prematura do General Buat, chefe do Estado-Maior do Exército, coloca um fim às tentativas de renovações, os regulamentos táticos refletiram as convicções das direções mais que a experiência de homens

35. PICARD, Ernest ; JOUAN, Louis. *L'Artillerie française au XVIIIe siècle*. Paris: Berger-Levrault, 1906. p.128.

36. ZABECKI, David T. Steel Wind. In: _____. *Colonel Georg Bruchmüller and the birth of modern artillery*. Londres: Praeger, 1999.

37. Cf. TRAVERS, Tim. Could the tanks of 1918 have been war winners for the British Expeditionary Force? *Journal of Contemporary History*, 1992-4.

38. SAINT-MARTIN, Gérard. *L'Arme blindée française: mai-juin 1940*. Paris: Économica, Campagnes et Stratégies, 1998.

39. FRIESER, Karl-Heinz. Le Mythe de la guerre-éclair. In: _____. *La campagne de l'Est de 1940*. Paris: Belin, 2003. p.231.

40. ARMORED warfare. In: MILITARY innovation in the interwar period. Ed. by Williamson Murray e Allan Millett . Cambridge: Cambridge University, 1996. p.37.

de terreno: os carros de assalto tinham sido “relegados” à direção da Infantaria, o que proibia a doutrina de evoluir no ritmo dos progressos técnicos.

É um erro acreditar que o material é a antítese da concepção. Pelo contrário, **quanto mais é considerável o investimento em equipamentos, tanto mais deve ser o investimento intelectual para o acompanhar**. Isto é verdadeiro, em particular na época contemporânea, onde os que decidem são confrontados, constantemente, com a necessidade de fazer escolhas: estas resultam menos de uma avaliação objetiva das possibilidades dos equipamentos em competição do que das concepções *a priori* dos que devem decidir. O atraso técnico não é somente a consequência de uma falta de meios, ele resulta também de uma esclerose intelectual. A Marinha francesa, em 1914, era suplantada amplamente pela Marinha alemã. Não obstante, de 1880 a 1914, a França despendeu tanto quanto a Alemanha com a sua Marinha: não foi por falta de meios ou por desconhecimento das inovações estrangeiras que o Conselho do Almirantado aderiu à solução do couraçado *dreadnought*, com vários anos de atraso. A mesma coisa é constatada para os Exércitos franceses, britânicos ou norte-americanos entre as duas guerras mundiais. A atitude das elites, tanto políticas quanto militares, é muitas vezes determinante: no século XVIII, os autores defenderam a conservação dos piques, assim como os generais britânicos demandaram pela conservação das lanças para a cavalaria ao final dos anos 1920⁴¹.

No sentido oposto, os defensores de uma abordagem “individualista” sustentam que a força em combate, para os executantes, e o entendimento de uma situação que é sempre singular, para os dirigentes, são fatores de sucesso mais determinantes do que doutrinas *a priori*. Foch não é famoso por ter dito em 1914 “Agora, vai ser obrigatório que vocês esqueçam o que eu lhes ensinei”⁴²? Tal conclusão estaria bem em harmonia com o ensinamento de Clausewitz sobre a parte do acaso e da sorte na guerra. A esta crítica ele já respondeu (Supra nºs 2 e 3): a condução de grandes massas, de negócios complexos, não é improvisada. E, mesmo quando um gênio se encontra nos controles, uma doutrina comum é o melhor meio de assegurar uma boa compreensão de suas ordens. Será que é preciso relembrar que com a morte de Turenne, morto em Salzbach por “uma bala forjada desde tempos imemoriais”, os seus tenentes-generais foram incapazes de continuar sua manobra⁴³?

153 – Doutrina oficial e doutrinas críticas

Como muitas das discussões intelectuais, as controvérsias doutrinárias se transformam, freqüentemente, em disputas nas quais o interesse nacional tende a ser substituído por considerações corporativas, senão pessoais, ou pela intervenção de grupos de pressão. Cada um defende “seu” sistema, que se torna um fim em si mesmo: a objetividade cede lugar à polêmica, tão furiosa quanto o precursor da arma ou do novo procedimento ou, ao contrário, o guardião da ortodoxia está de boa-fé e convencido de deter a verdade. A falsificação dos documentos não é rara: quando Napoleão recebeu, em 1804, o relato da Batalha de Marengo, ele “o riscou em todos os sentidos, texto e gravuras, ordenou a destruição e que se lançasse ao fogo todas as peças

41. Cf KATZANBACH, Edward L. The horse cavalry in the twentieth century. In: THE USE of force. Ed. by Robert J. Art e Kenneth N. Waltz. Boston: Little Brown, 1971.

42. Como dizem os estagiários da ESG (École Supérieure de Guerre); “Na guerra, há sempre duas soluções: a boa é aquela que se ensina na Escola de Guerra”. As coisas melhoraram com a criação do CID (College Inter-Armées de Defense) (sic).

43. Em função do golpe, volta-se a atravessar o Reno. Os soldados, ansiosos em vingar o chefe deles, foram mortificados. Eles lançaram uma sentença cruel, bastante repetida: “Só precisa soltar seu cavalo; ele, pelo menos, saberá aonde ir”.

históricas que, contrárias à sua maneira de ver, tinham servido para compô-lo”⁴⁴. Não teria fim o arrolar das depurações de arquivos, particularmente freqüentes na França, mas que ocorrem em todos os países, inclusive aqueles que se passam por muito escrupulosos em matéria de arquivos: foi necessária a abertura dos arquivos australianos e canadenses para medir a extensão da depuração organizada pelo Marechal Haig com a finalidade de fazer desaparecer as pegadas dos seus erros⁴⁵. Por vezes, um procedimento mais perverso consiste em fabricar “falsas verdades” em termos de documentos, como as ordens reescritas logo depois por um marechal da França no século XX, com um objetivo “pedagógico”.

Todas as épocas conheceram desvios semelhantes? No século XVIII, a querela entre os defensores de dispositivos organizados em linhas finas (*ordre mince ou thin lines*) e os partidários dos dispositivos em profundidade (*ordre profunde ou organization in depth*), versou com tanto excesso que se ignorou o bom-senso de um observador atento e experiente:

O melhor sistema tático é aquele que dá mais aptidão às tropas de moverem-se, alinhar e combater em cada ocasião, segundo o que convém às circunstâncias em cada ocasião. Não há sistema particular em geral bom, e não é necessário insistir nem pelos dispositivos compactos ou pelas “batalhas em linhas”, nem por nenhum sistema⁴⁶.

Não obstante, a crítica doutrinária é necessária para submeter a reexame a doutrina oficial com vistas a adaptá-la às mudanças do ambiente ou pleitear pela adoção de uma nova doutrina, a qual raramente impõe-se sem combate. A prova da crítica é apenas um substituto muito imperfeito da verificação pela ação, mas a prova é uma preliminar muitas vezes necessária, mesmo que seja, por vezes, desagradável à hierarquia política ou militar. A arma da crítica antes da crítica das armas, como diziam os esquerdistas nos anos 1970...

154 – Difusão da doutrina

Diferentemente da teoria que quase só atinge uma pequena elite intelectual, a doutrina tem por propensão ser amplamente difundida. Ela deve impregnar o comando, mas também os executantes. Quando uma campanha é coroada de êxito, tem-se, naturalmente, a tendência de imputá-lo, pelo menos em parte, a uma boa doutrina. O problema é que nós quase não temos os meios para apreciar o impacto real de uma doutrina. Somente pode-se estar baseado em indícios: a difusão dos livros e das revistas, a comparação entre os documentos doutrinários e os regulamentos ou as ordens de operação... Mas, mesmo quando estes elementos são em número suficiente, o que está longe de ser a regra, a imagem que se revela permanece muitas vezes confusa. Pode-se ilustrar isto por meio de dois exemplos, um de uma doutrina que abortou, outro de uma doutrina que foi bem-sucedida.

A doutrina imperfeita foi a que vigorava no Exército francês antes de 1914. As obras de Foch, de Bonnal e de outros banalizaram a idéia da ofensiva a qualquer preço: os regulamentos táticos foram modificados nesse sentido a partir do começo do século, o mesmo ocorreu com o plano estratégico que passou doravante a prever uma ofensiva maciça na

44. BERTHAUT. *Les ingénieurs géographes militaires*. 1624-1831. Paris: Imprimerie du Service géographique de l'Armée, 1902. p.8-9. Esta falsificação não é somente destinada a posteridade: durante a Primeira Guerra Mundial, os relatórios dos comandantes de exércitos eram redigidos, muitas vezes, em duas versões, uma, otimista, destinada ao ministro e, portanto, ao governo, outra, realista, dirigida ao generalíssimo.

45. WINTER, Denis. *Haig's command: a reassessment*. Londres: Vicking, 1991.

46. SCHAUMBURG, Lippe, Conde de. *Schriften und briefe*. p.181.

Alsácia-Lorena. A tentação é grande em concluir que o corpo de oficiais franceses dispõe de uma sólida doutrina, em lugar de ser judiciosa. No entanto, o historiador britânico Douglas Porch chega a uma conclusão inversa: retomando uma fórmula do próprio Joffre, ele avalia que o Exército francês não tem doutrina: a exaltação da ofensiva é só um biombo que camufla a falta de opções táticas definidas claramente e a inquietude em face de uma correlação de forças desfavorável em relação à Alemanha⁴⁷. Deve-se, provavelmente, dar-lhe razão, quando se considera a perda considerável no centro de comando durante os primeiros meses de guerra: antes do final do ano de 1914, Joffre substituiu de suas funções dois comandantes de Exército em um total de sete, nove comandantes de divisão em um total de 21, 35 comandantes de divisão e 90 comandantes de brigada⁴⁸. A Alemanha e a Grã-Bretanha não experimentaram eliminação comparável.

A doutrina que teve êxito é a da *Blitzkrieg*. Como não atribuir os sucessos prodigiosos das campanhas da Polônia e da França a uma compreensão profunda da guerra mecanizada? Os contemporâneos dessa foram verdadeiramente atingidos em cheio pelo estupor. Muitos observadores chegaram a sobreestimar a força real da arma blindada alemã, atribuindo-lhe de sete mil a oito mil carros de combate, embora existissem menos de três mil. Quando a crítica histórica restabeleceu a verdade material, a explicação doutrinária acerca do tema sentiu-se reforçada: os alemães não ganharam porque tinham mais blindados, mas sim porque eles sabiam utilizá-los melhor. O livro do General Guderian, *Achtung Panzer!*, tornou-se o manifesto da guerra-relâmpago. No entanto, ele foi menos observado no momento da sua publicação do que os livros mais clássicos como os dos Generais Von Leeb ou Erfurth (Supra nº 131). A própria palavra *Blitzkrieg* não foi uma invenção alemã, ela apareceu nas colunas do *Times* em setembro de 1939. Hoje, o estudo mais desenvolvido sobre a campanha da França não hesita em tratar da “lenda da *Blitzkrieg*”: a Wehrmacht não possuía doutrina coerente de emprego do par carro-avião e a campanha de 1940 apenas foi uma série de improvisações que poderia ter-se transformado em algo muito prejudicial, se o comando francês não tivesse sido tão passivo⁴⁹.

A releitura dos acontecimentos históricos faz com que se sinta tentado em concluir sobre a relativa ineficácia do debate doutrinário, que ficaria limitado aos círculos restritos. Uma tal conclusão, entretanto, seria parcial, visto que ela negligenciaria todo o segundo plano intelectual do insucesso ou do sucesso. No caso francês, não se pode negar que houve em 1914, em lugar de doutrina, um estado de espírito geral voltado na direção da ofensiva, o que, aliás, custou muito caro, 995 mil homens fora de combate em cinco meses. Quanto ao Exército alemão em 1940, o debate acerca da doutrina do *Blitzkrieg* apóia-se, em parte, sobre uma abordagem enviesada, favorecida pelas lembranças dos próprios autores e, particularmente, do campeão da *Blitzkrieg*, Guderian. Este é apresentado como o arauto de um novo tipo de guerra que ele tentou impor a uma hierarquia conservadora e, até mesmo, excessivamente prudente. Como muitos dos inovadores, ele, até certo ponto, amplificou o seu papel e as dificuldades encontradas. A mobilidade, a iniciativa, a flexibilidade... eram recomendadas por todos os autores que se pudessem chamar de clássicos, os quais não se apoiavam na nova arma, mas procuravam superar o bloqueio constatado na frente do oeste a partir dos ensinamentos

47. PORCH, Douglas. *The march to the marne: the French Army 1871-1914*. Cambridge: Cambridge University, 1981. p.214. As causas desta insuficiência são, evidentemente, múltiplas. Entre elas, pode-se citar a instabilidade do Comando: de 1874 a 1914, o Exército francês verá desfilar 17 chefes de estado-maior geral, enquanto a Alemanha apenas quatro.

48. ROCALLE, Pierre. *L'Hécatombe des généraux*. Paris: Lavauzelle, 1980.

49. FRIESER, op. cit.

colhidos das ofensivas bem-sucedidas na frente leste de 1915 a 1917. O General Von Seeckt já tinha orientado nesse sentido a preparação do novo *Reichswehr* desde os anos de 1920⁵⁰. A arma blindada veio integrar-se em um corpo de doutrina que já estava apta a dela tirar partido, ao contrário do que se passava na França. Não houve ruptura em relação à ortodoxia, mas uma evolução desta, graças a um novo meio. A doutrina representou seu papel.

SEÇÃO II – OS MÉTODOS ESTRATÉGICOS

155 – Metodologia da estratégia

Chegamos lá no coração do problema estratégico. A ciência estratégica, como todas as disciplinas intelectuais, tem uma epistemologia e uma metodologia. Sua característica principal é ter empregado muitíssimo tempo para efetivamente conscientizar-se disso, a maior parte dos autores não tendo a formação filosófica ou universitária que lhes permitisse medir os desafios que podia dissimular a escolha de tal abordagem. Clausewitz, grande leitor de Fichte, tinha compreendido o problema, mas a falta de conclusão do *Vom Kriege* (*Da Guerra*) não lhe permitiu ir além do que aflorar a questão. O resultado foi um dogmatismo quase geral, sem reflexão crítica. A maioria dos estrategistas concebeu a sua disciplina como um saber erguido como regra universal, enquanto ele era, a maioria das vezes, somente a tradução de uma experiência histórica limitada, localizada⁵¹. Isto é claro na obra de Mahan, por exemplo, que destacou uma teoria universal do Poder Marítimo a partir do estudo da única história naval da Europa moderna.

No século XIX, o estudo da história parecia ser a fonte privilegiada, senão a única, para o estudo da guerra. Napoleão não tinha qualquer dúvida a esse respeito:

Faça a guerra ofensiva como Alexandre, Aníbal, César, Gustavo Adolfo, Turenne, o Príncipe Eugenio e Frederico; leia, releia a história de suas 83 campanhas, molde-se sobre eles, este é o único meio de tornar-se um grande capitão, e de descobrir os segredos da arte; o seu gênio assim esclarecido irá rejeitar as máximas opostas àquelas desses grandes homens⁵².

Esta fonte se transformou, naturalmente, em método histórico, que alcançou seu apogeu nos anos 1880-1914. Ele é então praticado por toda parte, tanto na estratégia terrestre, em que é valorizada pelos alemães e, também, pelos franceses (que se opõem energicamente sobre a interpretação da estratégia napoleônica), como na estratégia naval, com os grandes fundadores que são o norte-americano Alfred T. Mahan e o britânico Philip Colomb. Mas é também nessa época que ele recebeu a concorrência de sua antítese: uma abordagem com o foco no presente, isto é, sobre as formidáveis transformações técnicas e, portanto, as táticas engendradas pela Revolução Industrial e o progresso técnico. Foi um autor naval britânico, Sir Reginald Custance, que sistematizou a distinção entre método histórico e método material no início do século (*Naval Policy*, 1907). O Capitão-de-Mar-e-Guerra Castex retomou-as por conta própria a partir de 1909, até dar-lhe uma ampla importância em sua obra *Théories*

50. Cf. CORUM, James R. *The roots of blitzkrieg: Hans von Seeckt and german military reforms*. Lawrence: University Kansas, 1992.

51. Cf. WEBER, Max. *Essais sur la théorie de la science*. Paris: Plon, Recherches en Sciences Humaines, 1965.

52. COMMENTAIRES de Napoleón II. t4. p.179.

stratégiques (1929-1935). Eles demonstram, por aí, o peso preponderante do material dentro da guerra no mar. Os autores militares do final do século XIX, menos sensíveis a essa primazia do material, preferem opor ao método histórico o método racional, que encontra a sua origem na abordagem geométrica dos táticos da época moderna.

A geografia militar também engendrou seu método, antes do aparecimento de abordagens mais apuradas e complexas, de modo que, hoje, pode-se relacionar, pelo menos, oito métodos, os quais, por certo, podem ser considerados como variantes de uma única cepa. O método racional e o método positivo são bem parecidos, senão idênticos, e a distinção entre eles resulta sobretudo de considerações históricas; quanto ao método filosófico, ele se distingue por seu objeto de estudo mais do que pelo seu método propriamente dito. Ele é, no fundo, apenas uma aplicação específica do método racional. A lista a seguir não é de modo algum definitiva, ela visa a mostrar simplesmente a diversidade de abordagens possíveis.

156 – O método histórico

O método histórico é o mais empregado, ou, pelo menos, assim foi até a revolução nuclear. Bossuet fazia dele a Escola dos Príncipes:

Embora a história fosse inútil para os outros homens, era necessário fazê-la ser lida pelos príncipes: não há meio melhor de eles descobrirem o que podem as paixões e os interesses, as épocas e as conjunturas, os bons e os maus conselhos⁵³.

Napoleão fez deste método a escola dos grandes capitães:

A tática, as evoluções, a ciência do engenheiro e do artilheiro podem ser aprendidas nos tratados quase como a geometria, mas o conhecimento das elevadas especialidades da guerra somente é adquirido pela experiência e pelo estudo da história das guerras e das batalhas dos grandes capitães⁵⁴.

Em 1868, o General Von Peucker fixa o lugar da história na Kriegsakademie:

Mas a experiência da guerra faz falta a um exército, pois é importante recorrer à história da guerra como instrução e como base desta educação. Mesmo que a história da guerra não esteja de modo algum em condições de substituir a experiência adquirida, ela pode, entretanto, prepará-la. Na paz, ela se torna o meio verdadeiro de aprender a guerra, de determinar os princípios fixos da arte⁵⁵.

Em 1911, o General Colin não diz coisa diferente:

Os fenômenos são de natureza tão complexa, com os seus elementos materiais, intelectuais e morais, que dele, dificilmente, forma-se uma idéia exata... Somente a história contribui com conclusões firmes, que nada pode substituir. Assim, para um esboço da ciência militar, teremos de recorrer ao método histórico⁵⁶.

53. DISCOURS sur l'*histoire universelle*. avant-propos.

54. COMMENTAIRES, p.91.

55. Citado em TOURNÈS, René. *L'histoire militaire*. Paris: Lavauzelle, 1922. p.3.

56. COLIN, Jean. *Les Transformations de la guerre*. p.5.

O método histórico deseja para si ser experimental e comparativo. Por certo, isto não é uma obrigação. Scharnhorst, ao final do século XVIII, prefere trabalhar em cima de exemplos pouco numerosos, porém estudados em profundidade. O General Hubert Bonnal, ao final do século XIX, elabora o método do caso concreto, que consiste em, a partir de um exemplo, dele extrair as conclusões, tanto do campo estratégico quanto do tático (*De la méthode dans les hautes études militaires en Allemagne et en France, 1902*). Ele assim procede a partir das campanhas de Napoleão, de Sadowa e de Saint-Privat (*Sadowa, étude de stratégie et de tactique, 1899*; *La manoeuvre de Saint-Privat, 1904*). Mas semelhante atitude ficou isolada, enquanto os ensinamentos, apoiando-se sobre uma base historicamente estreita, são frágeis. “*Nosso julgamento só pode aperfeiçoar-se pelas comparações*”, dizia Frederico II. A história é o campo de experiência que substitui o laboratório. “*A gente se põe diante dos acontecimentos do passado, busca-se, ao analisá-los, encontrar as condições dos sucessos ou das derrotas.../É o método indutivo que é aquele das ciências, da experiência e da observação*”⁵⁷.

A comparação das experiências históricas, tão numerosas e tão variadas quanto possível, deve permitir retirar as leis (para os dogmáticos), as constantes ou, ao menos, as regularidades (para os relativistas). Estas leis, constantes ou regulares, vão tornar-se os princípios de valor permanente e que constituem toda a arte da guerra.

O método histórico apresenta desvantagens, as quais têm freqüentemente sido apontadas. A primeira é o caráter, a maioria das vezes incompleto ou incerto das fontes, sobretudo para os períodos antigos. O Príncipe de Ligne já zombava da fascinação pela Antiguidade: “*Não há um único dos nossos escritores modernos que, por semelhante conhecimento que ele tenha, não cite os antigos. Os ‘Colonites’ viram por toda parte colunas. Os ‘Oblíquos’ falam continuadamente de Leuctres e de Mantinée. A partir do momento que se afundam os gregos, passa-se para os romanos. Qual base sólida pode-se edificar nas relações de tempos tão remotos e quase fabulosos?*”⁵⁸ As crônicas medievais atribuem ao Exército francês vencido em Poitiers, em 1356, ora 3900, ora oito mil ou 20 mil homens, até 50 a 60 mil homens, para Froissart, que escreveu por muito tempo, e a precisão de suas narrações é inversamente proporcional à proximidade com o acontecimento⁵⁹.

A segunda desvantagem é a tentação de sujeitar a base histórica à doutrina que é supostamente demonstrada, se for necessário, “*forçando*” até certo ponto a realidade ou, mais simplesmente, dela retendo apenas alguns exemplos judiciosamente escolhidos. Como dizia de forma engraçada Alexandre Dumas: “*A história é um prego no qual se pendura qualquer coisa*”. É ainda o Príncipe de Ligne que dizia bem a propósito: “*Deturpa-se em nossos dias a coluna de Fontenoy, ou melhor, dá-se uma cara a isto que não tinha*”⁶⁰. No início do século XX, o General Bonnal, titular da cadeira de história militar, de estratégia e de tática em geral, na Escola Superior de Guerra, exalta Napoleão e denigre Moltke em uma série de cursos, com base no uso bastante seletivo dos documentos, ao ponto de um crítico ter podido escrever que “*essa série de obras tem para o conhecimento do sistema de guerra imperial o mesmo mérito que pode ter Alexandre Dumas para quem quer se documentar sobre o Cardeal de Richelieu*”⁶¹. O mesmo defeito, menos acentuado, pode ser observado em Mahan, cuja obra

57. GROUARD, Antoine. *Stratégie*. p.29.

58. LIGNE, Prince de. *Préjugés militaires*. p. 40.

59. CARPENTIER, Elisabeth. L'historiographie de la bataille de Poitiers au XIV^e siècle. *Revue historique*, 533, jan./mars 1980.

60. LIGNE, op. cit. p41.

61. TOURNÈS, op. cit. p.107.

toda é orientada para a exaltação da batalha decisiva, e na obra de Castex, cujos trabalhos na juventude resultam de uma leitura parcial e facciosa da ação de Suffren. Na Alemanha, Moltke reivindica, abertamente, uma história “estrategicamente correta”: “*A lealdade e o amor à pátria impõem-nos a obrigação de não destruir certos prestígios, cujas vitórias de nossos exércitos revestiram uma ou outra pessoa*”⁶².

Tais obstáculos não são, entretanto, intransponíveis. A história antiga é possível de gerar o objeto de uma análise crítica, cujo modelo é a *Sachkritik* de Delbrück, que combina o conhecimento dos fundamentos da tática e da estratégia, do contexto geográfico e histórico e uma análise filológica rigorosa (*Wortkritik*). Em lugar de tirar um conhecimento indubitável do que se passou, coloca-nos em ordem uma base sólida para uma reflexão teórica, o que não procurava a antiga abordagem topográfica⁶³, a qual tentava fazer coincidir, a qualquer preço, os escritos antigos com o estudo do terreno⁶⁴. E encontram-se inúmeros historiadores militares, cujos trabalhos são também tão seguros quanto os dos historiadores universitários. Os livros de Colin, de Camon, de Picavet... são inatacáveis (igualmente pouco atacáveis como os dos melhores historiadores civis do momento) quanto às fontes e à utilização que delas é feita.

Mas, freqüentemente, o problema é simplesmente reportado como aval na verificação das informações e das suas interpretações. Camon fez voltar o sistema de guerra napoleônico à manobra sobre as retaguardas⁶⁵, mas estas foram aplicadas sob formas tão variadas que ela se reduziu, de fato, a evitar o ataque frontal, a que Napoleão aliás recorreu em casos de necessidade, notadamente durante a campanha de 1809. Interpretação talvez um pouco reducionista, apesar da erudição de seu autor... O próprio Napoleão prudentemente tinha prevenido: “*Acerca da história, é necessário fazer observações, elas são boas, mas nada de raciocínios, porque eles são ilusórios*”⁶⁶. Os melhores estudos não podem esgotar a imensa realidade. Clausewitz já tinha alertado contra os perigos da comparação:

Três ou quatro desses fatos que se foi pesquisar nos países e nas épocas mais longínquas e que dizem respeito às mais diferentes situações desviam e enganam o juízo sem demonstrar seja o que for⁶⁷.

Esta advertência não vale como crítica de toda forma do estudo histórico, desde que sejam observadas algumas precauções básicas. Georges Dumézil, em um outro campo, formulou regras simples de método que são facilmente transferíveis: os elementos da demonstração devem ser homogêneos (eles devem ser da mesma natureza: a extração é um exercício arriscado) e exaustivos (o conjunto deve ser também tão amplo quanto possível) e a interpretação deles deve ser evidente (desconfie-se das leituras “em segundo grau”)⁶⁸.

-
62. Citado em CARRIAS, Eugène. *La Pensée militaire allemande*. p.253.
63. Sobre essas duas abordagens, cf. WHEELER, Everett L. The modern legality of frontinus' stratagems. *Militärgerichtliche Mitteilungen*, p.10, 1988-1.
64. Delbrück tendo mostrado que o Exército ateniense, em Maratona, não teria, materialmente, podido correr cerca de mais de 1500 metros, ao contrário do que era sustentado por Heródoto, teve como resposta de um opositor que Artemis havia dado aos atenienses a força para correr uma tal distância!
65. CAMON. *La Guerre napoléonienne: les systèmes d'opérations* 1906. Paris: ISC-Économica, Bibliothèque Stratégique, 1997. Os autores clássicos faziam distinção, que hoje se perdeu de vista, entre as retaguardas que pertenciam ainda ao teatro de operações e as retaguardas que lhe eram exteriores.
66. Citado em VIDAL, Robert. *L'armée française et l'histoire. Revue Historique des Armées*, p.116, 19913.
67. CLAUSEWITZ, op. cit. p.170.
68. DUMÉZIL, Georges. *Mythes et dieux des Indo-Européens*. Paris: Flammarion Champs, 1992. p.245.

O método histórico, principalmente, induz ao risco permanente de transpor para o presente as “receitas” do passado, sem levar em conta as transformações que intervieram. O historiador Marc Bloch tinha denunciado, por isso, no dia seguinte da derrota de 1940, o ensinamento histórico da Escola Superior de Guerra: “*Aos chefes de 1914, persuadiu que a guerra de 1914 seria a de Napoleão, aos chefes de 1939 seria a de 1914*”⁶⁹. Mas este desvio não é inevitável: o General Guderian constitui sobre isto um exemplo magistral: o teórico e o prático mais talentoso da guerra dos carros de combate dedicou seu curso na Escola de Guerra à campanha de 1806. Foi a partir deste precedente histórico que ele concebeu seu sistema de guerra-relâmpago.

157 – O método realista

Sob esta denominação (ou a do método positivo bastante em voga ao início do século XX) oculta-se o antigo método material que se baseia sobre os meios disponíveis dentro de um dado meio ambiente, em vez de sobre as constantes herdadas de um passado que já não tem grande coisa a dizer-nos. As lições da guerra das galeras não são transponíveis para a guerra dos navios, cujos ensinamentos quase não são utilizáveis à época do vapor.

A denominação “material” é reducionista. Por uma parte, o material não é tudo, é preciso também contar com os meios humanos. Por outra parte, as capacidades materiais devem combinar-se com o uso que deles se deseja fazer, visto que as capacidades são somente potenciais, pelo menos na primeira parte de um conflito, até que o império da necessidade conduza a uma modificação delas quanto à utilização.

O método realista vai enfatizar os procedimentos da estratégia em função dos meios disponíveis. Ele se decompõe em dois ramos: o método objetivo vai dedicar-se às capacidades dos meios; o método subjetivo às doutrinas de utilização, que podem não corresponder às capacidades máximas dos meios disponíveis, até mesmo serem completamente inadaptáveis. Os exemplos neste sentido não faltam: recorde-se simplesmente os erros repetidos pelos almirantados de todos os países no século XX a propósito da proteção do tráfego, ou a incompreensão sobre as possibilidades do carro-de-combate pelo comando francês em 1939-40. Não se está seguro que tais erros não ocorram nos dias de hoje.

O método realista objetivo experimenta uma reputação enorme cada vez que uma invenção espetacular “revoluciona” a arte da guerra. Mesmo quando se pode encontrar alguns precursores, na verdade, ele se desenvolveu somente a partir da Revolução Industrial e das transformações aceleradas que seguiram. Não faltam exemplos de profetas das armas novas, sempre prontos a exaltar as suas extraordinárias possibilidades, não se preocupando com os limites delas e, freqüentemente, com alguns problemas de preparação. A *Jeune École* francesa, defensora da causa do torpedeiro, depois do submarino, frente ao couraçado, apresentado como condenado, tornou-se o típico exemplo desse gênero de arrebatamento com consequências desastrosas: as hesitações doutrinárias dos anos 1880-1910 levaram à desqualificação da Marinha francesa, apesar dos orçamentos equivalentes àqueles da Alemanha. A aviação provoca os profetas entusiastas, que não têm meios-termos ao anunciar que a nova arma vai substituir todas as outras: o General Billy Mitchell interromperá sua carreira nos anos 20 para estar ocupado em dissidentir o tema ostensivamente com os almirantes; em 1942, o Major Alexander de Seversky clama que, dentro de cinco anos, os bombardeiros alcançarão um raio de ação de 25000km e que as esquadras serão inúteis⁷⁰. A experiência se encarrega de mostrar que essas profecias são

69. BLOCH, March. *L'Étrange défaite*. 1946. Paris: Gallimard, 1994.

70. SEVERSKY, Alexander de. *Victory through air power*. New York: Simon & Schuster, 1942. p.156.

desmedidas e que a guerra moderna não se deixa reduzir a uma única dimensão, menos ainda, a uma única arma.

O método realista subjetivo é mais raramente adotado e, muitas vezes, é apenas um suplemento. Sua finalidade é determinar as intenções do adversário designado, a fim de identificar a ameaça mais provável. Um debate deste gênero teve lugar nos anos 1970, nos meios navais norte-americanos a propósito das obras do Almirante Gorchkov, supostas de terem revelado a doutrina de emprego da Marinha soviética. A abundância de notas e a forma muitas vezes incisiva de suas conclusões não permitiram chegar a um consenso, mesmo relativo⁷¹. O precedente basta para ilustrar a característica incerta do modo de agir: uma doutrina raramente é monolítica, ela pode prestar-se para interpretações muito diversas e, freqüentemente, contraditórias; além disso, não faltam exemplos de transformações doutrinárias sobrevindas dentro de prazos, por vezes muito curtos. É sempre perigoso basear os planos de longo prazo em intenções declaradas do inimigo.

158 – O método racional-científico

O método racional, chamado também de científico, “*propõe-se, a partir das propriedades dos meios da estratégia, chegar, por raciocínios a priori, às regras a seguir, a fim disso tirar o partido mais vantajoso... [É] o método dedutivo ou das ciências exatas*”⁷². A maneira de agir não é, portanto, baseada na experiência, como aquela do método histórico, nem sobre os meios, como a do método realista, mas em cima da lógica pura.

O método racional é praticado intensamente há muito tempo, uma vez que ele aparece, sob uma forma geométrica, entre os fundadores do pensamento tático moderno, tanto no terrestre como no naval. Puységur faz referência, expressamente, à geometria: “*A base e o fundamento de todo o corpo da arte da guerra está em saber formar boas ordens de batalha e fazê-las mover e agir dentro das regras mais perfeitas do movimento; uma e outra destas duas operações tiram seus princípios da geometria*”⁷³. Todos os autores se apóiam sobre tais princípios para definir o dispositivo perfeito, aplicável em todas as circunstâncias, sem muita consideração pelo adversário ou pelo terreno: em terra, Billode propõe a linha com seis fileiras, que os seus sucessores irão reduzir a três, Puységur os círculos, Folard a coluna, Schaumbourg-Lippe imagina uma cruz (a cruz de Bruckebourg), o Conde De Vair, as “forças impulsivas”... Os ensinamentos de Frederico II, teorizados na ordem oblíqua, são interpretados em todos os sentidos (ele próprio dirá que “*a ordem oblíqua é apenas uma máquina para enganar os idiotas*”). Finalmente, as manobras de Vaussieux, dirigidas pelo Marechal de Broglie resgatarão a síntese de toda essa miscelânea, confirmando que a ordem oblíqua é somente um dispositivo, bastante flexível, para passar rapidamente de uma ordem à outra, em função das circunstâncias. No mar, o Padre Hoste, cuja *L'Art des armées navales* (1697) se propõe a “reduzir a regras igualmente fáceis e exatas todos os movimentos que se possa e que se deva fazer nos “exércitos de mar”⁷⁴, teoriza a linha que será a norma durante todo o século XVIII. Quando o

71. Cf. COUTAN-BÉGARIE, Hervé. *La Puissance maritime soviétique*. Paris: IFRI-Économica, 1983. p.2536.

72. GROUARD, op. cit. p.29.

73. PUYSÉGUR. *Art de la guerre*. p47.

74. Citado em DEPEYRE, Michel. Le père Paul Hoste, fondateur de la pensée navale moderne. In: L'EVALUTION de la pensée navale. Ed. by Hervé Coutau-Bégarie. Paris: FEDN, 1990. p.59.

Visconde de Grenier tenta se libertar disso, após a Guerra da Independência norte-americana, é para substituí-la por um dispositivo em losango um tanto quanto rígido.

Esta abordagem, em sua forma mais dogmática, é transposta para o plano estratégico por Dietrich von Bülow: em *L'esprit du système de guerre moderne* (1799) ele se propõe a “*expor aqui a ciência da guerra segundo o método didático da Matemática ... Parece-me natural que se o enuncie em primeiro lugar sob a forma de teorema, o que se crê ser uma verdade e o que se demonstre em seguida a partir de postulados fornecidos pela experiência*”⁷⁵. O próprio Jomini sucumbiu a isso em vários momentos. Depois dele, o método racional foi empregado ao final do século XIX por vários autores, em especial Lewal e Blume. Lewal denuncia, em termos veementes, “o imobilismo” do método experimental, que age por “*imitações*” e por “*tentativas*” e opõe-lhe “*o progresso*” do método racional:

Ele se serve do raciocínio e do cálculo; ele não aguarda a produção do fato para concluir; ele o prevê; assinala-o, indica os obstáculos, demonstra antecipadamente os vícios de certos processos; ele revela combinações e novas aplicações⁷⁶.

O modo geométrico leva a uma concepção abstrata, sem consideração pelo terreno e, por vezes, nem mesmo pelo inimigo: a partir da base de operações A – B como atingir o objetivo C, levando em conta a posição do inimigo D? Isso provocou o sarcasmo de Mordacq:

Um pouco mais eles poriam esta guerra em equações; em todo caso, a geometria representa um papel capital na direção das operações: só se fala de quadrados, de losangos, de virtudes particulares de certas linhas geométricas, e o segredo da vitória está subordinado à abertura maior ou menor de um ângulo⁷⁷.

Mesmo quando o método não cai nessa pequena imperfeição geométrica, o método racional se apóia em raciocínios *a priori*, cujo aparente vigor não garante que eles serão validados pela experiência: a coluna de Folard fez constatação disso com a experiência em Fontenoy, do mesmo modo que as teorias do Coronel de Grandmaison sobre os méritos da ofensiva antes de 1914. Chega sempre um momento em que os sistemas devem ser confrontados com os fatos.

Abordagem fundamentalmente reducionista, mas que obteve um grande sucesso na sua época, ignorando irremediavelmente a advertência de Clausewitz:

Nenhuma atividade humana depende tão inteiramente e tão universalmente do acaso como a guerra. O acidental e a sorte então jogam, com o acaso, um grande papel dentro da guerra... A guerra é a atividade humana que mais se parece com um jogo de cartas. Fica sempre uma margem para o acidental, principalmente nas maiores coisas do que nas pequenas⁷⁸.

Hoje, esta fascinação pela geometria desapareceu, mas o abuso das equações entre certos adeptos da “resolução de conflito” age com o mesmo estado de espírito. Principalmente, o método científico experimenta um importante desenvolvimento nos níveis operativo e tático, graças à pesquisa operacional que permite modelar certos duelos complexos, para isso levando em consideração o meio, as leis do acaso, as probabilidades e as capacidades dos diferentes sistemas de armas. Durante muito tempo, os estados-maiores foram os únicos utilizadores dos

75. BÜLOW, Dietrich von. *Esprit du système de guerre moderne*.

76. LEWAL. *Études de guerre*: partie organique. 1873. p.121.

77. MORDACQ, op. cit. p.108.

78. CLAUSEWITZ, op. cit. p.64.

jogos de guerra (*Kriegsspiel, Wargames; W. R. Livermore, The American Kriegsspiel. A Game for Practising the Art Of War Upon a Topographical Map*, 1882). No início do século XX, começou-se a pesquisar para o jogo aplicações mais amplas. O matemático F. W. Lanchester definiu suas célebres equações (*Aircraft in Warfare*, 1916) que abriram o caminho para o desenvolvimento da pesquisa operacional. Durante a Segunda Guerra Mundial, os britânicos e os norte-americanos organizaram grupos científicos encarregados de aperfeiçoar o emprego do radar e dos meios de luta anti-submarino. A pesquisa operacional tornou-se, em seguida, de emprego corrente e abriu o caminho para a análise de sistemas (infra nº 272).

159 – O método prospectivo

Somente será posto em evidência para lembrança, visto que não é evidente que se trate de um método verdadeiramente constituído. Em lugar de voltar-se para a história, ou mesmo analisar o presente, a prospectiva se esforça para delimitar as grandes orientações no futuro, segundo uma lógica probabilística. O maior inconveniente é que as suas bases são sempre mal asseguradas, pois o futuro é, por princípio, imprevisível e, assim, faz-se necessário considerar uma pluralidade de hipóteses, a regra da prudência age para impedir que se tome em consideração os “impasses” evidentes demais. É por isso que as ilustrações convincentes do método prospectivo são raras e, na maioria das vezes, tratam-se de impressões, por vezes fulgurantes, mas sem um grande amanhã. O Capitão Mérat realizou assim um estudo surpreendente acerca do futuro do mundo depois da guerra, em 1920 (“Extrapolations”). Hoje, recorre-se muito mais facilmente à prospectiva, indispensável aos planejadores. A França se dotou, nos anos 1960, de um Centro de Prospectiva e Avaliação (Centre de Prospective et d’Évaluation) que desempenhou um importante papel na elaboração da doutrina nuclear⁷⁹. Porém, a profusão de cenários faz com que eles se anulem reciprocamente, em lugar de auxiliarem-se mutuamente. O método permanece frágil, sempre à mercê dos erros de análise dos seus técnicos e igualmente do ceticismo de seus destinatários.

160 – O método geográfico

A geografia militar criou um método que se aperfeiçoou progressivamente até tornar-se uma disciplina, reivindicando, senão a sua independência, pelo menos a sua autonomia, que é a geoestratégia. O conceito é mais antigo do que se acredita, porque ele apareceu, junto com o da geotática (mas este não teve a mesma sorte), sob a pena do General italiano, piemontês, Giacomo Durando, em 1846. Mas o método somente organizou-se verdadeiramente ao final do século XIX. Enquanto o método histórico e o método realista se interessam, todos os dois, pelo instrumento, isto é, as Forças Armadas, o método geográfico dá importância, prioritariamente, ao meio, no qual o dito instrumento vai operar: a geografia militar se interessava principalmente pelas características do terreno, a geoestratégia coloca no coração da sua análise as distâncias, fator capital na guerra atual (infra o livro III).

161 – O método culturalista

Supõem-se que os princípios, em todos os tempos, e os procedimentos, num dado momento, têm uma aplicação universal. Na prática, não é exatamente assim: eles são submetidos ao filtro da cultura, que dá a cada aplicação concreta umas características específicas,

79. MARGERIDE, Jean-Baptiste. La Prospective: méthode ou illusion lyrique? *Stratégique*, 49, 1991-1.

umas idiossincrasias. São estas últimas, ocultadas ou minimizadas pelos autores clássicos, que o método culturalista se dedicou recentemente a destacar. A identificação destas permite melhor conhecer seus inimigos, seus aliados, de prever a reações deles. Mas tem que tomar cuidado para que as conclusões assim obtidas não se transformem em estereótipos simplificadores (infra capítulo VI).

162 – O método sintético

É a combinação dos precedentes. Evidentemente, é muito difícil encontrar um autor clássico que tenha combinado todos esses métodos. O Almirante Castex, em suas *Théories stratégiques*, é o que mais se aproxima disso⁸⁰. A sua dialética dos princípios e dos procedimentos mostra que ele assimilou perfeitamente a combinação dos métodos histórico e realista. Ele utilizou igualmente, mas dentro de desenvolvimentos geralmente separados do resto da obra, de forma magistral, o método geográfico. O método culturalista largamente escapou-lhe, ainda que o quadro racial que ele desenvolveu em seu pequeno ensaio *De Gengis Khan à Staline* (1935), com a oposição entre o mundo amarelo e o mundo branco, possa ser visto como uma prefiguração da abordagem culturalista moderna, exatamente como André Béjin encontrou um esboço disso na obra do sociólogo Vacher de Lapouge⁸¹. Mais recentemente, Bernard Brodie também combinou, brilhantemente, os métodos histórico e realista, tanto em seus primeiros trabalhos de estratégia naval, como em sua obra ulterior, mas ele nunca concedeu, nem de longe, um lugar ao método geográfico e só reconheceu tardivamente o interesse pelo método culturalista.

163 – O método filosófico

É a parte sublime da ciência estratégica. Os chineses foram os primeiros a praticá-lo. Enquanto o pensamento estratégico ocidental resulta de uma base histórica, o pensamento de Sun Tzu e de seus sucessores é fundamentalmente filosófico⁸²: ele aplica ao domínio da guerra os princípios gerais de uma sabedoria que deve empregar-se em todos os setores da vida social. Daí vêm as máximas que surpreendem o leitor ocidental impregnado por um pensamento maniqueísta opondo de forma radical o Amigo e o Inimigo, como por exemplo deixar uma possibilidade de evasão ao exército cercado. Um tal modo de ação apenas justifica-se para uma concepção da guerra que não tem por objetivo a conquista, ou a pilhagem, mas o retorno a uma ordem justa das coisas. A história somente intervém numa posição auxiliar para ilustrar o raciocínio e não para estabelecer os fundamentos do método.

O método filosófico se interessa pela essência da guerra (Clausewitz) ou de uma parte

80. Cf. COUTAN-BÉGARIE, Hervé, *La Puissance maritime: Castex et la stratégie navale*. Paris: Fayard, 1985.

81. BÉJIN, André. Une interprétation raciale de la puissance maritime: position géographique, race et puissance maritime chez Gobineau et Vackem de Lapouge. In: L'EVALUTION de la pensée navale V. Ed. by Hervé Coutau-Bégarie. Paris: ISE – Économica, 1995.

82. WHEELER, Everett L. *The Origins of military theory in ancient Greece and China*, mostrou de maneira correta esta oposição.

da guerra (Corbett e Rosinski para a guerra naval) ou, hoje, pela epistemologia da estratégia (Poirier). A característica comum a todos esses autores é o que se poderia chamar de exigência teórica, quer dizer, a vontade de ultrapassar a superfície das coisas, os aspectos materiais, para compreender os desafios filosóficos e epistemológicos que dissimula esta ou aquela estratégia, na intenção de chegar a uma teoria unificada.

O precursor do método filosófico no Ocidente, em todo o caso o primeiro a reivindicar isso, é François Nockern de Schorn, pelo qual não se explica o esquecimento total em que ele caiu:

Este estado desordenado, incerto e precário da nossa ciência teórica fez-me refletir visando à minha própria instrução, em um meio de adquirir para ela uma nova existência mais vigorosa, regular, determinada de modo invariável e, ao mesmo tempo, para descobrir um método luminoso, fácil de estudar nos livros com mais proveito; este meio pareceu-me único e não pode ser outro que me é provido pela filosofia, não aquela das escolas, mas por esta luz de verdade e de razão que se espalhou em nosso século... era então a sua primeira parte, que é a lógica, a qual eu me dediquei para achar um êxito em meu propósito⁸³.

Clausewitz é, evidentemente, o modelo imbatível, tanto pela profundidade de suas idéias como pela sua preocupação permanente em religar os desenvolvimentos, que, entre os outros autores, seriam puramente operacionais (as operações em montanhas ou nos pântanos) à teoria.

Seu discurso se constitui por uma cadeia de inferências desenvolvidas a partir de axiomas e de conceitos iniciais. Modo de agir rigoroso, assentando progressivamente os entes estratégicos e suas relações, e indo de afirmação em afirmação para construir um edifício teórico consubstanciado em sua única lógica interna⁸⁴.

É este método que permite transpor os ensinamentos de Clausewitz para qualquer novidade estratégica, desde a aviação⁸⁵ às operações outras que a guerra⁸⁶. Não é exagerado dizer que ele inspirou todos os que se puderam ligar, depois dele, a este método. É particularmente nítido nas obras de Corbett, o primeiro (e, ainda hoje, o único) a ter tentado uma transposição sistemática dos ensinamentos do mestre prussiano à estratégia marítima, e nas obras de Rosinski, que foi um dos seus exegetas dos mais importantes. Essa dimensão filosófica foi percebida por vários comentadores de Clausewitz. O Comandante Mordacq dizia no início do século XX: “*o que ele (Clausewitz) busca, acima de tudo, é a filosofia da grande guerra*”⁸⁷; Walter Schering intitulou seu grande livro *Die Kriegsphilosophie von Clausewitz* (1935). Mas ela se traduz por um elevado grau de abstração, o que a levou a não ser sempre compreendida e, em consequência, muito pouco praticada. Clausewitz é, com muita freqüência, considerado mais como um inesgotável fornecedor de citações do que como o modelo de um pensamento complexo. Dito de outra forma, mais se apela a ele como uma caução erudita do que realmente

83. SCHORN, François Nockern de. *Idées raisonnées sur... la science de la guerre*. p.x.

84. POIRIER, Lucien. *Le Chantier stratégique*. p.106.

85. SMITH, James B. Some thoughts on Clausewitz and airplanes. *Air Universitu Review*, maio/jun. 1986.

86. FROMM, Peter. War and OOTW: philosophical foundations. *Military Review*, Sept./Oct. 1995.

87. MORDACQ. op. cit. p.108.

estudado. Corbett apenas teve um público limitado nos meios navais, ele é mais conhecido como historiador do que como teórico. Quanto a Rosinski, é completamente desconhecido, seus artigos só são citados excepcionalmente e seus inúmeros escritos inéditos não interessaram a ninguém até que um francês fosse pesquisá-los. E o que dizer de Xavier Sallantin (*Penser la défense*, 1978), do qual Raymond Abellio não hesita em dizer que a sua obra é “uma das mais importantes de nosso tempo”⁸⁸!

164 – A busca de um fator determinante

Todos esses métodos fazem ressaltar um aspecto da estratégia e eles se interessam por um fator, o qual vão apresentar como determinante, tanto para a prática da arte estratégica, como para a compreensão da ciência estratégica.

O método histórico é por demais inconstante para nele encontrar um elemento *federador* universalmente válido. Quando muito, pode-se considerar, com o General Beaufre, que as exposições históricas reforçam a primazia da vontade. É a célebre fórmula, já citada: “Alguém é vencido quando se reconhece vencido”. Beaufre emprestou-a a Souvorov: “Uma batalha perdida é uma batalha que se acredita ter perdido”⁸⁹.

O método realista não exige uma tal hesitação: ele consagra a primazia da técnica. As suas figuras emblemáticas, desde a *Jeune École* até o General Fuller e Camille Rougeron, estão antes de mais nada preocupadas com o estado dos meios oferecidos pelo progresso, o que leva logicamente a uma fragmentação nas conclusões: o método realista não só vai reforçar as descontinuidades da estratégia em razão do progresso técnico, mas também da diversidade dos meios utilizáveis, cada arma tendendo a promover os seus. Os defensores do grande couraçado monocâlibre opuseram-se, violentamente, aos partidários do submarino a partir da mesma matriz de argumentação.

O método geográfico consagra a primazia do meio. Isto é evidente entre os geoestrategos do século XX, mas se encontra o esboço de tal abordagem entre as obras do Arquiduque Charles, obcecado pelo controle das posições decisivas, ou em Jomini, obcecado pelas linhas de comunicações.

O método racional-científico negligencia os fatores concretos para reduzir a guerra a regras matemáticas ou geométricas. Ele busca por fórmula aplicável a quaisquer que sejam as circunstâncias.

O método culturalista se interessa pelo ambiente social. A partir de outros fatores, ele se junta ao método realista para destacar não só a inconstância da estratégia no espaço (as culturas estratégicas nacionais), mas também no tempo.

O método sintético, resultado da combinação de outros métodos, é por definição pluralista e desemboca em uma estratégia de múltiplas variáveis. Deveria ocorrer o mesmo com o método prospectivo, em face da sua lógica probabilística. Porém, este sucumbe, muitas vezes, à ilusão da técnica e se aproxima então do método realista.

88. ABELLIO, Raymond. *Manifeste pour une nouvelle gnose*. p.97.

89. Proposição evidentemente excessiva, a qual Joseph de Maistre, que a ela se referiu, matiza ao acrescer: “Eu creio, de um modo geral, que as batalhas não se ganham nem se perdem apenas fisicamente. Esta proposição, não tendo nada de rígida, se presta para todas as restrições que se julgue conveniente, desde que você me concilie com seus pontos de vista (já que nenhum homem sensato pode contestar-me) de que o poder moral tem uma ação imensa na guerra”. LEDENER, L. *Joseph de Maistre*. Paris: Berger-Levrault, 1949. p.86.

O método filosófico se dedica, essencialmente, à teoria. Ele não se interessa por um fator particular. Experimenta, de preferência, apreender o fenômeno conflituoso da maneira mais rigorosa possível, reintegrando-o no seu ambiente e relacionando sempre os meios aos fins.

165 – Abordagem dogmática e abordagem crítica

Os métodos não são exclusivos a uma ou a outra. Exceto quando é particularmente limitado, o historiador está obrigado, ainda assim, a ter em conta a evolução dos meios. O método realista tenta, freqüentemente, justificar as suas escolhas técnicas por argumentos emprestados a uma leitura, muitas vezes unilateral, da história e pelos argumentos geoestratégicos. A *Jeune École* fez um uso abundante disso: a apologia do torpedeiro e do submarino resultava das inovações técnicas, mas era reforçada pela convicção de que elas ofereciam um meio de tirar proveito da nova dependência da Grã-Bretanha com respeito ao seu comércio marítimo.

Estes diferentes métodos, principalmente, podem ser observados de maneiras fundamentalmente diferentes. Eles podem dar lugar a uma abordagem dogmática e a uma abordagem crítica⁹⁰. Os dogmáticos vão proclamar o caráter objetivo e universal de suas conclusões, os críticos se mostrarão muito mais prudentes e eles destacarão, em diversos níveis, o caráter provisório e incompleto delas.

Para o método histórico, Mahan e Foch são duas ilustrações perfeitas da abordagem dogmática. A abordagem crítica é mais rara. Colin se aproxima disso mais do que Camon, Corbett mais do que Castex.

Entre os realistas, o dogmatismo da *Jeune École*, do General Fuller (em seus primeiros trabalhos) ou dos profetas da arma aérea encontra-se, hoje, atenuado pelas conclusões muito mais moderadas do General Bru (aliás Jean-Baptiste Margeride)⁹¹.

Ao determinismo da geografia militar do fim do século XIX se opõe o *possibilismo* de Castex, mas também da escola de Haushofer, a qual devido à sua orientação ideológica foi acusada, a maioria das vezes injustamente, de dogmatismo.

Um dogmatismo culturalista transparece entre as obras de Kiralfy, enquanto que os trabalhos mais recentes de Colson ou Johnston se mostram prudentes.

O dogmatismo filosófico está encarnado de maneira caricatural por Willisen, a abordagem crítica estando, evidentemente, representada por Clausewitz.

166 – Um método para a ação

Tomar consciência desses desafios epistemológicos e metodológicos é indispensável. A estratégia, da mesma maneira que a religião, não se desenvolve dentro de um quadro intemporal, mas dentro de um contexto histórico localizado e datado. Ela encontra a sua tradução intelectual por intermédio dos instrumentos de análise, dos conceitos, das tabelas de leitura, emprestados às outras disciplinas. A escolha de um ou outro material não obedece simplesmente aos reflexos corporativistas ou a uma simples avaliação técnica, ela traduz as opções doutriná-

90. Recorde-se que crítica não é sinônimo de censura ou de difamação, mas de exame atento, oposto a todo dogmatismo, que pode conduzir a um resultado favorável ou desfavorável (Litré).

91. BRU, Alain. *Guerre et armement*. Paris: Économica, ISC-Bibliothéque Stratégique, 2004. Esta compilação póstuma é a mais ampla síntese sobre a história da guerra desde aquela de Delbrück.

rias que resultam à montante, a maioria das vezes de modo inconsciente, em uma reflexão teórica sendo conduzida por alguns espíritos independentes ou elevados, ou, geralmente, conforme com “o ar do tempo” (o espírito da época) que sugere uma visão das relações internacionais e da guerra. A elucidação de todo este segundo plano permite ultrapassar as contingências do momento, submeter as opções retidas à crítica. A teoria estratégica é a pesquisa fundamental, as doutrinas estratégicas, a pesquisa aplicada. Quanto mais a primeira venha ser rigorosa e sistemática, a segunda será coerente e sólida.

A combinação dos métodos favorece uma abordagem global, não reducionista, dos problemas, a única capaz de dar conta da multiplicidade de variáveis que influem na ação estratégica e de testar com validade, os princípios extraídos por meio da reflexão e da experiência.

SEÇÃO III – OS PRINCÍPIOS DA ESTRATÉGIA

Subseção I – Funções dos princípios

167 – Objetividade da decisão estratégica: a referência aos princípios

Como avaliar a validade da decisão estratégica? É aqui que intervêm princípios da estratégia (da guerra)⁹² como critérios de avaliação: a decisão tomada leva em consideração um certo número de regras fundamentais, ditadas pela intuição e pela experiência? Os princípios são válidos tanto no nível estratégico quanto no nível tático⁹³, mesmo que não exista uma concordância mecânica entre os dois.

Os princípios são as regras gerais visando a não se submeter à lei do inimigo e a assegurar-se a superioridade sobre o(s) ponto(s) escolhido(s) por uma ação rápida e determinada. Napoleão colocava acima de tudo a concentração, a fim de nunca ser surpreendido e derrotado nos pormenores: “Não é necessário espalhar seus ataques, mas concentrá-los”. Isto parece tão evidente que o comentarista não pode deixar de perguntar-se como uma idéia tão trivial poderia ser ignorada. Entretanto, a história mostra que este erro é praticado em todas as épocas, sendo mesmo um dos mais freqüentes, porque múltiplas pressões são exercidas sobre o estrategista para que ele defenda todas as posições. Bela ilustração do paradoxo dos princípios: verdades comprehensíveis mesmo para um espírito medíocre, mas cuja aplicação está reservada para alguns espíritos superiores, visto que o respeito simultâneo delas é muitas vezes problemático: as exigências da concentração vão de encontro àquelas da segurança e podem comprometer a procura da surpresa... Por vezes, faz-se necessário sacrificar, deliberadamente, um princípio para tirar partido ao máximo de um outro julgado mais importante. Como disse o Marechal Marmont:

Os princípios gerais para a condução dos exércitos são poucos em número, mas a sua aplicação faz nascer um número tão de combinações que os torna impossíveis de prever e de estabelecer como regra⁹⁴.

92. O uso levou a que se falasse em princípios da guerra. Mas autores eminentes, como o Arquiduque Charles, Jomini, Corbett... falaram em princípios da estratégia.

93. A influência do fator técnico é mais forte na condução do combate, onde o armamento desempenha um papel decisivo. Portanto, a tática está sujeita às mais intensas variações do que a estratégia, porém isto não impede a identificação de constantes: ação, manobra, liberdade de ação, segurança... O Exército norte-americano fixa cinco princípios operativos e táticos: a iniciativa, a agilidade, a profundidade (no tempo, o espaço, os recursos e o objeto das operações), a sincronização e a polivalência (FIELD manual 100-5).

94. MARMONT. *De l'Esprit des institutions militaires*. p.13.

168 – A busca dos princípios

Podem ser identificadas regras permanentes que regeriam a condução da guerra? Ao final do século XVIII, o Príncipe de Ligne responde firmemente que não, argumentando da infinita variedade de situações:

Meu primeiro princípio na guerra é de não tê-lo. Como querer-se-ia aplicar dois princípios perfeitamente iguais? Há duas situações perfeitamente do mesmo modo? Os combates, assim como as faces, existem em grande números. Quando muito, alguns se assemelha,⁹⁵.

Esta objeção não desencorajou os defensores dos princípios cuja pesquisa começou desde a constituição do pensamento militar moderno. No começo do século XVI, Maquiavel já proclamava: “*Não existe ciência que não tenha seus princípios gerais que são a base das diversas aplicações que dela são feitas*”⁹⁶. Jérémie de Billon intitula seu tratado de *Les Principes de l'art militaire* (1622), enquanto, do outro lado do Mancha, Henry Hexham extrai da guerra da independência das Províncias Unidas, *The Principles of the Art Militaire* (1637). No século XVIII, o General Lloyd deplora a falta de “*princípios seguros e imutáveis*”, enquanto Joly de Mazeroy proclama “*a necessidade de uma teoria sobre a ciência da guerra e que ela seja apoiada sobre uma base sólida, isto é, sobre os princípios invariáveis*”⁹⁷. Napoleão esboça uma definição: “*Os princípios da guerra são aqueles que orientaram os grandes capitães, dos quais a história transmitiu-nos os feitos importantes*”⁹⁸. Para isso, ele dá uma lista bem simples:

Os princípios de César foram os mesmos que os de Annibal: manter suas forças reunidas, não ser vulnerável em nenhum ponto, lançar-se com rapidez sobre os pontos importantes, referir-se aos meios morais, à reputação das suas armas, ao medo que inspirava, e, também, aos meios políticos para manter dentro da lealdade os seus aliados e dentro da obediência os povos conquistados⁹⁹.

Jomini não tem nenhuma dúvida quanto ao caráter imutável dos princípios:

As novas invenções que tiveram lugar desde vinte anos, parecem ameaçarnos com uma grande revolução quanto à organização, ao armamento e mesmo em relação à tática dos exércitos. A estratégia contudo continuará com os seus princípios, que foram os mesmos sob Cipião e os Césares, assim como sob Frederico, Pedro o Grande e Napoleão, pois eles são independentes da natureza das armas e da organização das tropas¹⁰⁰.

Esta busca pelos princípios é exposta de forma bem clara pelo Marechal Marmont: “*Descobre-se um princípio ao considerar de maneira correta a finalidade e pesquisando em*

95. LIGNE *Fantaisies militaires*. p.188.

96. MAQUIAVEL. *L'Art de la guerre*. p.807.

97. MAZEROY, Joly de. *Théorie de la guerre*. p.xxiv.

98. COMMENTAIRES, op. cit. t.6. p.62.

99. COMMENTAIRES, op. cit. t.6. p72.

100. JOMINI, Henri-Antoine. *Précis de l'art de la guerre*. p.60. Puységur já tinha afirmado esta idéia. (PUYSÉGUR, op. cit. p.105.)

seguida o melhor meio de atingi-la. Uma vez os princípios reconhecidos, o talento faz a aplicação deles, e toda a arte da guerra consiste nisto”¹⁰¹. Com o avançar do tempo, os princípios tenderão a transformar-se em fórmulas dogmáticas que exigem uma adesão sem reserva, como a simplificação dos princípios é testemunha: os princípios dos autores dos séculos XVIII e XIX são proposições argumentativas, somente no início do século XX é que eles se reduzem a uma lista simples: a ofensiva, a manobra, a concentração, a economia de forças, a liberdade de ação, a segurança, a iniciativa... Degradão comum a todas as ciências: “*Transforma-se aquilo que é para explicar em princípio de explicação*”¹⁰². O manual célebre (posteriormente) do Coronel Foch sobre os princípios da guerra marca o ponto final desta evolução. “*A arte da guerra, como todas as outras artes, tem a sua teoria, seus princípios, ou então ela não seria uma arte*”¹⁰³. Na verdade, Foch indica que os princípios indiscutíveis têm “*uma aplicação variável segundo as circunstâncias*”, mas todo o seu ensinamento é o desenvolvimento de um axioma central: “*Não há mais doravante da estratégia prevalecer contra aquilo que assegura e visa aos resultados táticos, a vitória na batalha*”¹⁰⁴.

Todas as afirmativas sobre a universalidade dos princípios chocam-se com o fato maciço da extraordinária variabilidade deles. A lista varia de um autor para outro e tal princípio proclamado fundamental por um é simplesmente ignorado por outro. Este problema irritante foi recentemente objeto de uma reavaliação magistral pelo Contra-Almirante Caron. Sua conclusão só é paradoxal em aparência: o que conta, não é tanto encontrar os princípios, mas sim buscá-los. Ele retorna à conclusão enunciada pelo General Debeney em 1925. “*Na realidade, os princípios da guerra somente têm o valor fecundo de um princípio para aqueles que os destacaram ou eles próprios encontraram-nos no decorrer dos seus trabalhos pessoais*”¹⁰⁵. Eles vão servir como postulados e instrumentos de argumentação. A análise mais recente junta-se, assim, ao julgamento do mestre da prática estratégica, Napoleão:

O talento age por inspiração. O que é bom em uma circunstância é mau em outra, mas é preciso considerar os princípios como os eixos aos quais se relaciona uma curva. Já é alguma coisa que, nesta ou naquela ocasião, se imagina que a gente se afaste dos princípios¹⁰⁶.

169 – Identificação dos princípios

A identificação dos princípios deu vazão a uma imensa literatura. Foch, na obra que dedicou a isso, conserva um “*princípio superior*”, o da economia de forças, “*um princípio igualmente absoluto*”, o da liberdade de ação, o qual ele toma emprestado de Xenofonte: “*a arte da guerra é definitivamente a arte de manter a sua liberdade*”¹⁰⁷. Por

101. MARMONT, op. cit. p4.

102. TERRÉ, Dominique. *Les Dérives de l'argumentation scientifique*. Paris: Universitaires de France, 1998. p.287.

103. FOCH, op. cit. p.9.

104. FOCH, op. cit. p41.

105. CARON, François. L’art militaire de la décision: de l’utilité des principes de la guerre. *Le Trimestre du Monde*, 23, p.96, 19933.

106. Citado por CAMON. La stratégie et son étude. *Revue Militaire Générale*, p.306, mai 1937.

107. FOCH, op. cit. p.95.

fim, o par segurança-surpresa¹⁰⁸. São estes princípios que emprega novamente a Instrução Geral sobre o emprego de forças terrestres de 1994, em que se recorre explicitamente a Foch, mas substituindo a surpresa pela concentração de forças, sem dar qualquer explicação sobre essa modificação.

O Major-General Fuller propôs uma lista que inspirou amplamente aquela fixada pelo US Army em 1921. Revista e corrigida, ela foi mantida através de todas as revisões doutrinárias efetuadas durante sete decênios. A edição de 1993 do *Field Manual 100 – 5* guarda assim nove princípios: objetivo, ofensiva, massa, economia de forças, manobra, unidade de comando, segurança, surpresa e simplicidade. Em 1945, o General Carlos Martinez de Campos acrescenta até 11 princípios, distribuídos em quatro categorias: princípios fundamentais (liberdade de ação, iniciativa); princípios orgânicos (economia dos meios, concentração das forças, superioridade material ou moral); princípios táticos ou estratégicos (segredo, segurança, surpresa); princípios psicológicos (impulsão, audácia, perseverança)¹⁰⁹. As variações são infinitas, como demonstra a seguinte tabela.

Foch	Fuller	Liddel Hart	Culmann	FM-100-5
Economia de Forças	Direção	Objetivo	Economia e reunião de meios	Objetivo
Liberdade de Ação	Ofensiva	Movimento	Orientação (na direção mais vantajosa)	Ofensiva
Surpresa	Surpresa Concentração Distribuição Segurança Mobilidade Resistência Decisão	Surpresa	Segurança	Massa Economia de Forças Manobra Unidade de Comando Segurança Surpresa Simplicidade

Além desta diversidade, pode-se identificar um ou dois princípios superiores que resumiriam toda a arte da guerra? O Almirante Labouerie, recentemente, resumiu os princípios em dois: o aniquilamento e a incerteza¹¹⁰. Antes dele, o Tenente-Coronel Grouard havia diminuído para um, “*O princípio fundamental da arte da guerra reside sempre na simultaneidade dos esforços*”¹¹¹. Nenhuma destas proposições é objetivamente falsa, mas a generalidade delas retira-lhes todo o conteúdo operacional. É inútil querer reduzir uma atividade tão complexa, tão inconstante como a estratégia, a uma única fórmula. É simplesmente reenviar a aplicação do Princípio às diversas modalidades: a simultaneidade dos esforços será obtida pela economia de forças, pela concentração, pelo movimento... Ter-se-á desdobrado as regras sem um proveito real. Tanto é nocivo multiplicar os princípios, como é inútil, senão perigoso, pretender reduzi-los à unidade.

108. O Contra-Almirante Mathey (Comprendre la Stratégie, p. 21) acrescenta a eles a concentração de forças, a manutenção do moral, a ação, e a discrição. Mas se trata, de acordo com a demonstração de Foch, de regras em segundo plano: não secundárias, mas que derivam, necessariamente, dos princípios fundamentais.

109. MARTINEZ DE CAMPOS, Carlos. *Teoria de la guerra*. p.23.

110. LABOUERIE, Guy. Des principes de la guerre *Défense nationale*, avr. 1992.

111. GROUARD, Antoine. *Maximes de guerre de Napoleón* 1er p.254.

170 – A importância dos princípios

O princípio deve estar integrado em uma estratégia de conjunto, ele somente adquire o seu verdadeiro sentido quando a serviço de uma finalidade superior. Moltke não hesitou em qualificar a concentração como uma “calamidade” pelas dificuldades logísticas que ela leva à era dos exércitos de massa¹¹². Somente a perspectiva de uma operação decisiva pode justificar tais inconvenientes.

Uma vez que se chegou a essa fase, poder-se-ia supor que as dificuldades estariam resolvidas. Pelo contrário, quanto mais a idéia estratégica fica precisa, mais o emprego do princípio revela-se problemático, isso é tão verdade na estratégia como em outras partes, uma idéia não é verdade para sempre, mas até um certo ponto. O Almirante Daveluy, por conseguinte, lembrou os limites do princípio da concentração: “*Não se deve estabelecer como princípio que nunca é preciso dividir as suas forças, pois é o único modo de forçar o inimigo a dividir as suas*”¹¹³. Certos teóricos esqueceram um pouco esta evidência.

Por outro lado, é necessário questionar o campo de aplicação dos princípios: em primeiro lugar, originários da tática para a maior parte deles, transpostos em seguida para a estratégia convencional (a grande guerra ou a guerra regulamentada), eles não são necessariamente aplicáveis à estratégia alternativa (“pequena guerra”, guerrilha, guerra revolucionária): esta última busca a manobra, a surpresa, a economia de forças, a iniciativa... que têm de maneira correta um valor universal; em compensação, ela prega a antítese da concentração, a dispersão.

O modo metódico se impõe igualmente para demonstrar o princípio e para precisar o sentido que se pretende lhe dar. Uma fórmula como a da concentração é por si justa, tem o valor de um princípio; além disso, faz-se necessário determinar as suas modalidades : ela não significa necessariamente a reunião de uma quantidade, ela pode ser percebida de uma maneira flexível, com um dispositivo articulado. O princípio não tem valor em si. Como bem disse Jean Guitton: “*O princípio nunca é conhecido por ele próprio e por ele só, mas em e por sua aplicação*”. Todos os princípios devem ser objeto de uma tal investigação. Apenas pode-se proporcionar aqui alguns exemplos.

Subseção II – Sobre alguns princípios

171 – Verdadeiros e falsos princípios

A grande quantidade de princípios sugerida pelos autores que se interessaram por esta questão espinhosa implica fazer opções. Essas opções são tanto mais necessárias que os desacordos entre as diversas listas propõem mostras que os princípios não surgem de modo espontâneo. Aparecidos, inicialmente, de maneira empírica, eles se tornaram rapidamente o resultado de um procedimento racionalista, que corresponde exatamente ao programa da sociologia de Durkheim: “*Observada no passado, (a condução da guerra) é redutível às relações de causa e efeito que uma operação não menos racional pode transformar, em seguida, nas regras de ação para o futuro*”¹¹⁴. Esta operação pode proceder de uma maneira metódica e retirar um princípio de um conjunto histórico suficientemente vasto e bastante dominado. Mas também acontece que

112. Citado em SCHLICHTING, Sigismund von. *Le testament de Moltke*. Paris: ISC, 2002. p77-83.

113. DAVELUY. *Étude sur la stratégie navale*. Paris: Berger-Levrault, 1905. p.33.

114. DURKHEIM, Émile. *Les Règles de la méthode sociologique*. Paris: Universitaires de France, 1980. p.ix. (Eu substitui a condução da guerra pela conduta humana.)

um princípio seja enunciado a partir de uma base histórica insuficiente e de uma análise superficial. Neste último caso, o pseudoprincípio só é, de fato, uma prenção no sentido entendido por Émile Durkheim, isto é, uma noção empregada pela linguagem comum, mas nos contornos e no conteúdo insuficientemente precisos¹¹⁵.

É deste modo que inúmeros autores instituíram a ofensiva como um princípio, sem examinar, apesar disso, o que sugere, espontaneamente, o senso comum, saber que, se ela é sempre desejável, não é necessariamente possível, e que uma excessiva desproporção de forças pode conduzir a um completo desvio. Portanto, a ofensiva não pode ser considerada como um princípio, pois ela não é capaz de impor-se em todas as circunstâncias, diferentemente da surpresa ou da manobra, que devem sempre ser buscadas quaisquer que sejam as relações das forças e as circunstâncias. Este risco de proclamação abusiva de falsos princípios é muito maior nos dias de hoje, uma vez que os princípios se limitam a simples palavras, cujo aspecto sonoro parece dispensar uma verdadeira demonstração, e que o recém-chegado é, com freqüência, tentado a distinguir-se dos seus predecessores acrescentando um novo princípio à imponente lista que existia antes dele.

172 – A Atividade

O princípio da ação exige não permanecer passivo e empregar completamente os seus meios para alcançar o mais rápido possível os objetivos da campanha ou da guerra e eliminar a liberdade de ação do seu inimigo: é preciso impedi-lo de tomar a iniciativa ou de refazer-se depois de um revés. Lloyd já exprimia esta idéia: “*na guerra, um general deve pensar que nada está feito enquanto lhe reste alguma coisa para fazer; ele apenas deve considerar seus sucessos como um meio para obter novos*”¹¹⁶.

A inação não só deixa a iniciativa para o inimigo, ela leva a um relaxamento do moral e da disciplina. Os franceses tiveram uma cruel experiência sobre isso em maio de 1940, depois de uma “*drôle de guerre*” que não foi adequadamente utilizada para tirar proveito dos ensinamentos da campanha da Polônia e para impelir o treinamento das tropas, as quais estavam bastante necessitadas em recebê-lo. Os alemães, ao contrário, tinham conduzido um programa intensivo de treinamento das forças e de finalização das suas novas táticas, das quais eles tiraram um grande proveito durante a Batalha da França. Esse relaxamento se observa inclusive entre as forças mais qualificadas. Os finlandeses, que se tinham mostrado heróicos durante a Guerra do Inverno (1939-1940), falharam ao abaterem-se no começo da ofensiva soviética em 1944; somente depois de vários dias de combate é que eles reagiram.

O problema é manter a ação sem, por essa razão, cair em um ativismo que pode ser nocivo. Em 1915, os comandos franceses e britânicos estavam aferrados em lançar ataques ilusórios, os quais seguramente não tinham qualquer chance de obter a penetração nas linhas inimigas, com a finalidade de conservar o espírito ofensivo das tropas. O resultado foi perdas terríveis que tiveram como consequência um desgaste excessivo sem verdadeiramente obstruir a liberdade de ação dos alemães na frente oriental. A ação é certamente um princípio, mas sob a condição de não cair no excesso. O estrategista deve manter-se distante dos extremos que Santo Agostinho denominava de “frenéticos” e “letárgicos”. Clausewitz se mantinha no ponto imparcial quando ele condenava simultaneamente a idéia de uma “*diminuição de ação: o instrumento existe para ser empregado, e se tal emprego tem por consequência seu desgaste, está na ordem das coisas (e) as fanfarronadas teóricas segundo as quais a surpresa a mais desconcertante, o movimento o mais rápido, a ação a mais frenética são supostos não ter qualquer valor*”¹¹⁷.

115. DURKHEIM, op. cit. p.15-16.

116. LLOYD, Henry. *Histoire des guerres d'Allemagne*. p.122.

117. CLAUSEWITZ, op. cit. p.357.

Esse ponto de equilíbrio é sempre difícil de ser encontrado. Viu-se, ainda agora, durante a guerra fria, quando o debate sobre a ameaça soviética oscilava com bastante freqüência entre o alarmismo “frenético” dos falcões (o Comitê sobre o Perigo Presente, Paul Nitze...) e o otimismo “letárgico” das “pombas” pacifistas. Os primeiros amplificavam a ameaça de maneira por vezes paranóica (ver algumas reações aos acordos SALT ou as alegações em favor do míssil MX), os segundos pura e simplesmente negavam-na. A querela dos euromísseis assistiu à explosão de argumentos passionais, a maioria das vezes desconexos de toda a lógica estratégica. Após a derrota da União Soviética, os “falcões” desapareceram e as “pombas” fizeram triunfar os dividendos da paz, esquecendo que o princípio de ação não está caduco em período de espera estratégica.

173 – A concentração

O princípio da concentração prescreve reunir o máximo de forças em um ponto escolhido de maneira a dispor de uma massa de manobra ou de choque que permitirá, como disse-o Corbett, “*de achar-se o mais forte no bom lugar e no bom momento*”¹¹⁸.

Essa exigência é afirmada pela quase totalidade dos autores e pelos maiores capitães. Napoleão dizia em 1794: “*Em sistemas de guerra como os cercos aos lugares é preciso reunir os seus fogos sobre um mesmo ponto. A brecha feita, o equilíbrio está rompido, todo o resto se torna inútil e o lugar está tomado. Não se faz necessário espalhar os seus ataques, mas concentrá-los*”¹¹⁹. Ele pensava, então, essencialmente na tática. Em um nível mais elevado, que ele preferia denominar de partes mais nobres da guerra em vez de estratégia, Napoleão falava de preferência em reunião de forças, noção que somente fará em seguida reaparições esporádicas¹²⁰. Sua correspondência militar é plena de recomendações nesse sentido. Depois dele, Moltke, o Velho concede uma importância capital à concentração durante a fase inicial do desdobramento: “*Um erro na reunião inicial é muito difícil de reparar no decurso da campanha*”¹²¹. É preciso, com efeito, não ter já engajado a totalidade de suas forças e dispor dos meios logísticos necessários ao transporte rápido dos meios concernentes e ao apoio deles em um novo teatro. Mas a operação não é por essa razão impossível, sobretudo à época da estrada de ferro e do transporte rodoviário: o General Joffre fará sobre isso uma demonstração no Marne, às custas de Moltke, o Jovem, em setembro de 1914.

Essa idéia da concentração pode parecer evidente. Ela entra em conflito, entretanto, com as múltiplas exigências que tornam a arte da guerra tão complexa:

1) A concentração sobre um ponto decisivo deve ser acompanhada dasseguranças necessárias para que a totalidade do plano não seja comprometida. Em 1914, a concentração do Exército alemão sobre o *front* francês teve como consequência uma segurança insuficiente no *front* russo, que quase acabou em desastre, evitado por pouco pela recuperação obtida por Hindenburg e Ludendorff na Batalha de Tannenberg.

2) A concentração pode tornar mais difícil a obtenção da surpresa, pois as forças concentradas exigem mais longa preparação e têm mais facilmente determinada a posição, particularmente na era do avião, depois do satélite: elas indicam logo sobre qual ponto o esforço se arrisca ter por objetivo. Em 1941, o plano de ataque japonês prevê o ataque simultâneo à

118. CORBETT, Julian S. *Principes de la stratégie maritime*. p.115.

119. CAMON, op. cit. p.25.

120. O Coronel Duffour, no período entre as duas guerras mundiais, criou uma concentração potencial: “O exército está reunido quando ele forma um sistema em que todas as partes estão coordenadas entre elas, e capazes de concentrar-se a despeito do Inimigo”. (DUFFOUR. *Le Problème de la réunion des forces ou de la concentration*. Centre des Hautes Études Militaires, 1923. p.1.)

121. MOLTKE, Helmuth von. *Sur la stratégie*.

Esquadra norte-americana em Pearl Harbor e no Sudeste da Ásia. Esta violação flagrante do princípio da concentração, sacrossanta para a quase totalidade dos autores depois de Mahan, justifica-se pela busca da surpresa máxima e ela é recompensada pelo êxito. Em compensação, no ano seguinte, os ataques repetidos ao princípio da concentração (o esforço principal na direção de Midway é enfraquecido pela ofensiva à Sudeste – Batalha do Mar do Coral – e uma diversão inútil nas Aleutas) são punidos pela derrota: a dispersão não pode mais justificar a busca da surpresa estratégica.

3) É necessário levar em consideração as dependências logísticas: em 1914, Moltke, o Jovem, modificou o espírito do plano Schlieffen ao não reforçar de forma suficiente sua ala direita, mas, de qualquer forma, não teria sido possível reabastecer com forças suplementares¹²².

4) É, na maioria das vezes, difícil escapar às sujeições políticas que favorecem a dispersão: cada província ou colônia ou setor exige uma proteção direta, sem compreender que a proteção mais efetiva resulta, geralmente, da pressão exercida, longe do setor considerado, sobre a força inimiga. Em 1898, durante a guerra com a Espanha, o Navy Board norte-americano, no seio do qual assentava Mahan, o apóstolo da concentração (Never divide the Fleet!), teve necessidade de consentir com uma dispersão grotesca, cada cidade do litoral exigindo uma presença naval contra um perigo espanhol imaginário. Mas existem também perigos bastante reais, aos quais é preciso impedir sem tardar: em 1954, para derrotar o plano Navarre, o qual visa a retomar a iniciativa pela concentração de um corpo de batalha no delta do Rio Vermelho, o Viet-minh toma a iniciativa em vários setores que a França não pode abandonar: *“Em um curto espaço de tempo, o General Navarre se achava limitado a dispersar as forças móveis, às quais ele havia preconizado em seu plano o reagrupamento para retomar a iniciativa. Os efetivos do famoso corpo de batalha concentrados no delta do Rio Vermelho tinham caído de 44 para 20 batalhões”*¹²³.

A concentração é, portanto, uma exigência capital, mas ela deve ser compatível com o respeito aos outros princípios e com sujeições de todos tipos que não cessam de pesar sobre a estratégia. Principalmente, ela não deve ser compreendida de modo muito rígido e mecânico, mas de um modo inteligente e “compreensivo” como dizia Max Weber: Isso supõe um esforço de reflexão que raramente é feito. É pequeno o número de autores que desenvolveram uma verdadeira teoria da concentração. Pode-se citar uns três: um que se interessa pela “grande guerra”; outro pela guerra revolucionária, forma contemporânea da “pequena guerra”; e o último pela guerra naval.

Clausewitz afirma que *“a lei suprema e a mais simples da estratégia consiste em concentrar as suas forças”*. Ele fala também, indiferentemente, de reunião de forças, insistindo no fato que ela deve ser realizada tanto no espaço, como no tempo, exigência na maioria das vezes ignorada: *“A tática pode fazer um uso sucessivo das forças, enquanto a estratégia só pode fazer um uso simultâneo... Todas as forças disponíveis que visam a um objetivo estratégico devem a isso estar dedicadas ao mesmo tempo”*¹²⁴.

É uma idéia semelhante que se encontra na obra de Mao-Tse-Tung, no seu excelente texto *Problèmes stratégiques de la guerre révolutionnaire*. Contra os partidários do “igualitarismo militar” que querem resistir em toda a linha de frente, idéia suicida em razão da superioridade global do inimigo, ele afirma que, entre as condições indispensáveis ao êxito, *“a concentração*

122. BUCHOLZ, André. *Moltke, Schlieffen and Prussian war planning*. Oxford: Berg, 1991. p.266.

123. GIAP, V. N. *Guerre du peuple, armée du peuple*. p.157.

124. CLAUSEWITZ, op. cit. p.214, 216, 220.

das forças aparece como a primeira e a mais importante”. Ela “*deve levar a uma inversão dos papéis entre as duas partes... transformar a superioridade estratégica do adversário em nossa superioridade sobre ele, do ponto de vista operacional ou tático*”¹²⁵. Esse princípio será uma das chaves de sua vitória final contra Chiang Kai Shek.

O estrategista marítimo Julian S. Corbett, discípulo paradoxal de Clausewitz, sublinha que a concentração não deve ser identificada com a massa, e que seu objetivo deve ser “*o de cobrir a maior superfície possível, conservando em tudo a flexibilidade e a coesão, de modo a assegurar... uma reunião rápida e segura do conjunto ao centro estratégico*”¹²⁶. A condução correta da manobra exige um ajustamento constante entre as duas exigências contraditórias da coesão do dispositivo e de sua extensão para reservar todas as possibilidades de ataque e de defesa em todas as direções. Nessa concepção flexível, a dispersão nem sempre é o maior erro descrito e condenado pela ortodoxia, ela pode ser, se inteligentemente conduzida, um desdobramento flexível, suscetível de multiplicar a ação do conjunto. A demonstração de Corbett se aplica à estratégia marítima, mas possui um valor de caráter geral. Um princípio não deve tornar-se um dogma, ele é apenas uma orientação geral, em que as modalidades de aplicação podem ser muito diversas.

174 – A direção – O objetivo

A direção é a linha imaginária que indica o eixo segundo o qual devem ser conduzidas as operações. Ela representa o itinerário ideal para ligar a base de partida com o ponto de chegada, que não é, necessariamente, o próprio objetivo, mas o ponto mais indicado para atingir tal objetivo, por exemplo para cercar ou contornar as forças inimigas. Segundo a expressão sugestiva do General Loizeau, “*a direção é a expressão mais positiva do objetivo*”¹²⁷, sua tradução geográfica. Para Jomini, “*o ponto fundamental da estratégia (reside) na escolha de uma boa direção para dar às massas*”¹²⁸. Clausewitz emprega por vezes a expressão, em especial para sugerir que uma mudança de direção “*só é possível na condição de ter sido preparada longamente*”¹²⁹.

No período entre as duas guerras, identificavam-se as direções para a manobra ofensiva, enquanto a manobra defensiva era identificada pelas posições¹³⁰, mas essa distinção não é sustentável: se a defensiva estática se fixa sobre as posições, a defensiva elástica é uma combinação de posições e direções de retirada. Em 1914, um dos fatores da restauração francesa sobre o Marne foi “*a escolha de uma direção geral de retirada que domina a liberdade de movimento do inimigo, colocando-o diante dessa alternativa: ou bem negligenciar Paris para seguir os franceses no campo de batalha que eles desejavam, ou, então, atacar Paris e, assim, suspender ou relaxar a perseguição do grosso das forças francesas, desde logo deixado para contramanobrar*”¹³¹.

125. MAO, Tsé Tung, *Écrits militaires*. p.146-147.

126. CORBETT, op. cit. p.117.

127. LOIZEAU. *Conférences sur la manœuvre*. Paris: CHEN, 1932.

128. JOMINI, op. cit. p.83.

129. CLAUSEWITZ, op. cit. p.383.

130. DUFFOUR, op. cit. p4.

131. DUFFOUR. *Caractères de la conduite supérieure des opérations sur le front occidental pendant la guerre de 1914-1918*. Paris: CHEM, 1927. p.38.

O General Fuller (1921) instituiu a direção como princípio, imitado pelo Coronel Culmann (1924) que falou de orientação¹³². Liddell Hart, por seu lado, retomou a mesma idéia sob o nome de objetivo, assim como o *Field Manual 100 - 5* (1993): “*Conduza toda operação militar em direção a um objetivo claramente definido, decisivo e atingível*”. Sob essas diversas denominações, reencontra-se a idéia já sugerida por Clausewitz com a sua noção de centro de gravidade¹³³. Não é preciso atacar por toda parte, mas dirigir os ataques sobre um pequeno número de eixos bem escolhidos. A direção é o complemento lógico da concentração, uma outra manifestação da economia de forças. Como essas, ela deve ser entendida de modo dinâmico: a direção deve, constantemente, ser adaptada à evolução da situação e às reações do inimigo.

A idéia é evidente, ao ponto de muitos estrategistas não julgarem ser útil incluí-la em suas nomenclaturas dos princípios. Porém há evidências que às vezes se perdem de vista. Não é indiferente que a idéia tenha sido expressa, sob formas diferentes, por três autores nos anos 1920, no dia seguinte das inúteis carnificinas das ofensivas de 1915-1917, durante as quais se obstinava a atacar sempre em frente, contra redes defensivas praticamente inacessíveis. A idéia de direção se apaga quando se perde o sentido da manobra e precisa-se do choque e do fogo para conquistar a decisão. Mas pode-se também considerar que a concentração não está limitada aos meios e deve ser entendida como concentração de esforços em todas as fases da operação, logo incluindo a direção.

A escolha da “*direção decisiva, isto é, da direção sobre a qual está baseado o centro de gravidade das forças*”¹³⁴, nunca é uma coisa fácil. Há em primeiro lugar a incerteza sobre as disposições do inimigo, tão característica da maioria das situações, mas particularmente atestada, até na época contemporânea, no domínio naval: o Almirante Marquis assinalava que na falta de conhecimento preciso da localização do objetivo (a esquadra inimiga), o plano devia se circunscrever, a maioria das vezes, em indicar uma direção geral de manobra¹³⁵. Pode-se certamente reduzi-la pela informação, porém, mesmo a supremacia da informação com os meios modernos não permite que a incerteza desapareça totalmente. Em seguida, existem as restrições geográficas que podem contrabalançar os objetivos políticos ou estratégicos: “*Se, com uma boa lógica, a escolha do objetivo deve preceder e, por consegüência, ditar a seleção da direção, de fato, são, às vezes, as facilidades procuradas para tal direção que comandam tal objetivo*”¹³⁶. Por outro lado, faz-se necessário conciliar as exigências contraditórias: a tática recomenda escolher a direção mais fácil e mais rápida, a estratégia, a direção que dará maior amplitude à manobra. A manobra em direções convergentes é uma modalidade privilegiada, mas ela nem sempre é possível. Tem-se um bom exemplo deste dilema com a ruptura do cerco

132. CULMANN, F. *Stratégie*. Paris: Lavauzelle, 1924.

133. Noção empregada hoje amplamente, senão a torto e a direito. Em uma excelente exposição sucinta na *International Military and Defense Encyclopedia* (SCHWERPUNKT, v.5, p.2362-2364), Daniel Hughes sublinhou tanto a falta de rigor de Clausewitz no emprego do conceito, como a sua deturpação pelos comentaristas. Ora ponto forte, ora ponto fraco, concebido pelo atacante ou encontrando-se no dispositivo do inimigo, conjunto de forças ou posição geográfica, o centro de gravidade é um perfeito exemplo de conceito com definição variável.

134. DUFFOUR. *Les Éléments essentiels de la conduite supérieure des opérations*. Paris: CHEM, 1927. p.22.

135. MARQUIS. *La Stratégie maritime*. (1936). Paris: ISC, 2002.

136. DUFFOUR, op. cit. p.21.

do 1º Exército blindado alemão na frente ucraniana, em 1944. Seu chefe queria penetrar na direção sul, através de um terreno considerado mais fácil, enquanto o Marechal Von Manstein queria penetrar na direção oeste, diante de seu inimigo mais solidamente entrincheirado, a fim de poder reconstruir uma frente nos Cárpatos. Manstein conseguiu fazer prevalecer suas idéias¹³⁷. Este gênero de decisão é sempre difícil de tomar.

175 – A economia de forças

O princípio da economia de forças prescreve a busca do uso máximo das forças. Fala-se hoje naturalmente de economia de meios, para destacar que a estratégia contemporânea não está limitada somente às forças militares. A economia de forças é citada na maioria das listas de princípios da guerra. Apesar disso, ela não foi objeto de uma teorização muito prolongada, o que levou a dar-lhe acepções sensivelmente diferentes.

Clausewitz dedica-lhe um capítulo de *Vom Kriege* (livro III, capítulo XIV), mas se trata apenas de um esboço de uma página, na qual ele define a economia de forças como “o princípio segundo o qual é necessário sempre cuidar da cooperação de todas as forças, em outros termos, nunca perder de vista que nenhuma fração destas forças deve ficar inativa”¹³⁸. Entendido dessa forma, ela se aproxima do princípio da ação que se encontra entre inúmeros autores anglo-saxões. Porém, em sua *Teoria do Combate*, Clausewitz sugere uma outra lógica: a economia de forças busca proporcionar os meios empregados na perseguição do objetivo. Ela é um meio de compensar a superioridade global do inimigo, desde que o êxito (no combate a fogo) “não somente está longe de ser proporcional na superioridade numérica, mas é pouco afetado por esta”¹³⁹. Clausewitz estima que essa regra não vale para o combate corpo-a-corpo, porém isso nem sempre é verdade: “Horace et les Curiaces” (mitologia romana narrada por Tito Lívio). Entendida assim, ela se aproxima da concentração, mas seu alcance é maior, pois leva em consideração igualmente as forças alocadas aos teatros e às manobras secundárias.

Foch, em sua obra *Des Principes de la guerre*, institui a economia de forças como “princípio superior”, o qual ele define, de maneira bem vaga, como “a arte de pesar sucessivamente nas resistências que se encontra de todas as suas forças, e para isto organizar essas forças em sistema. A idéia central é destinar o grosso de suas forças ao objetivo principal e de fazer comunicar o grosso e os acessórios”¹⁴⁰. A economia de forças é o meio de constituir um conjunto numeroso no ponto decisivo na perspectiva da batalha decisiva, que obcecava Foch. Entendida desse modo, ela se aproxima da massa, a qual a doutrina norte-americana recente pretendeu instituir em princípio.

O Coronel de Maud'huy, em seu estudo teórico sobre a manobra, propõe uma definição que sintetiza as precedentes: “empregar tudo na obtenção do objetivo único buscado e, neste tudo, empregar a parte mais forte possível diretamente, e a mais fraca possível, indiretamente”¹⁴¹. Aí estão, subjacentes, as idéias da ação, da concentração e da massa.

A diferença entre estas definições sugere que a economia das forças é um dos princípios menos firmes e convém ser prudente quando empregá-lo.

137. MANSTEIN, Erich von. *Victoires perdues*. Paris: Plon, 1958. p424-425.

138. CLAUSEWITZ, op. cit. p.224.

139. CLAUSEWITZ, Carl von. *Théorie du combat*. p.36. Notar-se-á que essa proposição foi anulada pela lei do quadrado de Lanchester.

140. FOCH, op. cit. p49.

141. MAUND'HUY. La manoeuvre: étude théorique. *Revue Militaire Générale*, p.615, juin 1911.

A concepção mais operacional da economia das forças é, provavelmente, aquela que estabelece uma relação dialética entre o objetivo e os meios. Na fase de preparação, ela impõe a proporcionalidade entre os meios e o objetivo. Esta regra capital foi ignorada de modo grave pelos generais franceses de 1915, que se obstinavam em renovar os assaltos sangrentos contra os Éparges ou o Hartmannswillerkopf, enquanto o valor de tais observatórios tinha declinado muito com o aparecimento do avião. Ou, ao contrário, para todos os que só destinaram a um objetivo importante, meios insuficientes, como Hitler ao lançar-se no assalto da Rússia. É verdade que essa apreciação é uma operação sempre difícil no nevoeiro da guerra, quando se está dentro da ignorância sobre os meios e as intenções do inimigo. O Comando alemão estimava as forças soviéticas, em junho de 1941, em 200 divisões; depois de dois meses de campanha, tinha que elevar o número para 360 divisões. Na época contemporânea, os meios de observação e de informação reduziram enormemente essa incerteza, pelo menos em proveito das grandes potências dominantes, sem, mesmo assim, fazê-la desaparecer. A informação apenas diz respeito, muitas vezes, sobre os fatores quantitativos e não sobre a decisão do inimigo. Os norte-americanos ainda se deixaram surpreender pela invasão do Kuwait em 1990: eles tinham descoberto os movimentos das tropas iraquianas, mas não souberam interpretá-los.

Na fase de execução, a economia de forças obriga a proporcionar os objetivos aos meios consumidos. Para nada serve alcançar as vitórias “como Pirro” que deixam o vencedor tão esgotado, senão mais, quanto o vencido. A busca da penetração em 1915-1917, era um objetivo totalmente justificado, mas as perdas assustadoras que ela trazia deveriam ter levado a uma revisão dessa estratégia: só Pétain terá coragem suficiente e lucidez para impô-la. A economia das forças, no fundo, é apenas uma análise custo-benefício, que busca, segundo uma fórmula sugestiva de Bernard Brodie, a melhor alocação de recursos escassos¹⁴².

Poder-se-ia completar, hoje, dizendo: a melhor alocação de recursos escassos com o mínimo de danos ao meio ambiente, pois os meios modernos permitem, e a opinião pública deseja, uma redução dos efeitos colaterais e das perdas civis. O exemplo da Guerra do Golfo e o embargo que se seguiu, está aí, não obstante, para mostrar-nos que essa preocupação, altamente proclamada, está longe de ser sempre prioritária.

176 – A iniciativa

O princípio da iniciativa prescreve não esperar a ação do inimigo, mas antecipar-se sobre ele de maneira a retirar sua liberdade de ação e obrigar-lo a submeter-se à nossa vontade. “*Tome, conserve e explore a iniciativa*” diz o Manual Field 100 – 5 do Exército dos EUA. Jomini fazia disso o meio privilegiado de impor a sua influência sobre o adversário:

O princípio fundamental de todos os arranjos militares consiste em operar, com a maior massa de suas forças, um esforço combinado sobre o ponto decisivo... Os meios para aplicar essa máxima não são muito numerosos: o primeiro meio é tomar a iniciativa dos movimentos¹⁴³.

A captura da iniciativa depende da imaginação criadora na concepção e da rapidez e da flexibilidade na execução. É preciso em primeiro lugar fixar os objetivos político-militares que se propõe atingir, e, no plano operacional, determinar os meios, as zonas de concentração e as direções a seguir. Em seguida, tudo depende da velocidade da reunião das forças e do ritmo das operações. Este é um problema fundamentalmente logístico: é preciso que os meios estejam

142. BRODIE, Bernard. *Strategy as a science*. *World Politics*, July, 1949.

143. JOMINI, Henri-Antoine. *Histoire critique et militaire des guerres de Frédéric II*. 3.ed. Paris: Magimel, Anselin et Pochard, 1818. t.3. p.345.

prontos para o avanço ou que a mobilização deles efetue-se no prazo mais breve, em todo o caso menor do que aquele do inimigo. Os dois modelos que vêm imediatamente em mente são a campanha de 1806, uma das obras-primas de Napoleão, e a campanha da França de 1940, obra-prima de Hitler e de Manstein (pois se o segundo concebeu a manobra genial do “golpe da foice”, o primeiro guarda o mérito de tê-la aceito e imposto a um comando militar mais que reticente). Nos dois casos, a idéia foi servida por um instrumento superior, capaz de explorar as ocasiões e de compensar os inevitáveis defeitos do plano (como Davout em Auerstaedt).

Uma vez adquirida a iniciativa, é preciso poder conservá-la, o que supõe, por sua vez, um poder suficiente para sustentar as operações empreendidas e uma segurança que permita evitar a surpresa, o que faria a iniciativa passar para o outro campo. Em 1914, o plano XVII do Alto Comando francês previa tomar a iniciativa por meio das ofensivas simultâneas nas frentes da Alsácia e da Lorena. Mas, rapidamente, a iniciativa passou para o lado alemão com a manobra envolvente na Bélgica, concebida pelo Conde Schlieffen. Um bom domínio da logística permitiu ao General Jofre retomar a iniciativa sobre o mar. Em maio de 1940, o General Weygand tentou recuperar a iniciativa com um contra-ataque em forma de pinça, mas o Exército francês não podia mais seguir o ritmo imposto pelo Blitzkrieg.

Como regra geral, a iniciativa está ligada à idéia da ofensiva. O defensor está, por definição, condenado a reagir à iniciativa do atacante. Porém não é uma regra absoluta. O defensor pode muito bem retomar uma parte da iniciativa ao recusar a batalha no seu teatro inicial para transferir-se para trás e tirar proveito do desgaste ocasionado pela extensão das linhas de comunicação do inimigo. É no que obtiveram êxito os russos na primavera de 1942, ao evacuar todo o seu flanco sul para concentrar-se depois do Don e somente aceitar a batalha decisiva em Stalingrado, em um momento no qual o *front* alemão estava de tal modo estendido que os flancos de Stalingrado apenas estavam cobertos pelos Exércitos aliados, romenos e húngaros, mal equipados e de pouco valor combativo. Um tal recuo defensivo aniquila a iniciativa que supostamente pertence ao atacante, seu golpe falido faz-lhe perder mecanicamente uma parte do seu potencial ofensivo, a ponto de o defensor poder recuperar a iniciativa por intermédio de uma rápida reviravolta ofensiva: em junho de 1918, a vitoriosa batalha defensiva de Champagne, concebida por Pétain, é seguida quase imediatamente pela contra-ofensiva decisiva a partir da floresta de Villers-Cotterêts.

A iniciativa é bem um princípio no sentido de que se deve sempre buscá-lo, mas sob a condição de proporcioná-la aos meios disponíveis e não identificá-lo somente com a ofensiva. Ela deve, pelo menos, ser entendida como a vontade de explorar as ocasiões que se apresentam sem estar amarrado a um plano preconcebido ou a uma espera passiva de ordens. É nesse sentido que o General Von Schlichting defendia, no início do século XX, uma “*educação da iniciativa*” em todos os escalões¹⁴⁴. Tese dentro de pouco tempo aprovada pelos novos regulamentos adotados a partir de 1906: “*Só a capacidade da iniciativa dos chefes de todas as patentes permite mover as massas nas circunstâncias mais difíceis e assegurar a convergência dos esforços*”¹⁴⁵. Esta idéia simples e certa é, hoje, vencida pelo desenvolvimento dos meios de comunicações, que possibilita à autoridade suprema intervir no detalhe das operações. Essa microgestão produz uma lentidão e fricções, que foram denunciadas freqüentemente¹⁴⁶, sem que isso tenha sido suficiente para bloquear a tendência.

144. SCHLICHTING, op. cit. p.105.

145. LUCAS. *L'Évolution des idées tactiques en France et en Allemagne pendant la guerre de 1914-1918*. p.25.

146. LECOINTRE. *Contre la perversion du principe de décision opérationnelle*. *Objectif Doctrine*, jan.2000.

177 – A liberdade de ação

O princípio da liberdade de ação impõe não se submeter à lei do inimigo. Foi enunciado pelo Coronel Foch, que o instituiu em “princípio igualmente absoluto”¹⁴⁷, em igualdade com o da economia das forças, sem, apesar disso, construir verdadeiramente a sua teoria.

A liberdade de ação, tal como definida por Foch e seus comentaristas, é inseparável da ofensiva, pois, nessa concepção, o defensor apenas pode submeter-se à vontade do atacante. Isso não quer dizer que ele esteja condenado para sempre a submeter-se, pois ele conserva a escolha do local da defesa, o que volta a deixar-lhe uma certa liberdade de ação. Assim, durante a Batalha de Champagne (1918), Pétain instala a linha principal de defesa sobre a segunda linha, de sorte que a ofensiva de Ludendorff cai no vazio¹⁴⁸. A liberdade de ação que pertencia inicialmente ao atacante passa durante a ação para o defensor.

No período entre as duas guerras mundiais, o General Loizeau enumera os fatores da liberdade de ação: a informação que permite evitar as ações do inimigo; a cobertura, que *mascara os deslocamentos, acoberta a reunião e prepara a saída da massa de manobra*, a articulação do dispositivo, a fim de permitir simultaneamente a manobra na direção escolhida e a cobertura dos setores onde não se quer atacar; a coordenação dos esforços no tempo e no espaço¹⁴⁹. Os autores anglo-saxões enunciam uma idéia bastante semelhante com os princípios de iniciativa ou de ofensiva.

Em essência, a liberdade de ação só pode ser relativa, pois não é possível fazer abstração do inimigo. Ela deve, sobretudo, ser entendida como a rejeição de toda estratégia passiva, que deixa para o inimigo toda liberdade de agir quanto ao lugar, ao momento e à natureza das operações. Não é necessário, para isso, contar com os erros ou a passividade do inimigo, mas confiar em suas próprias forças. Sun Tzu já dizia:

Não é preciso esperar que o inimigo não virá, mas contar com o fato que se está pronto para defender-se; não é preciso esperar que o inimigo não atacará, mas contar com o fato que se está em uma posição inexpugnável¹⁵⁰.

178 – A massa

Pode-se definir a massa como a reunião do máximo de meios com vistas a alcançar um objetivo dentro de um mínimo de tempo e com o máximo de probabilidade de sucesso. A massa deve submergir o adversário sob o peso do número, que permite renovar os choques sem preocupação com as perdas ou com organizar as manobras em direções múltiplas, ou sob o poder de fogo, que paralisa e destrói. A noção de massa exprime uma concepção quantitativa da estratégia: o fator essencial do sucesso reside na superioridade numérica ou material. A imagem clássica é a do “rolo compressor” russo que esmaga tudo na sua passagem e supera a superioridade tática do Exército alemão por intermédio dos seus repetidos ataques violentos.

O conceito de massa, emprestado da física, é transposto para o domínio militar desde o século XVIII, pelo menos. François Nockern de Schorn define a tática dos gregos consistindo em

147. FOCH, op. cit. p.95.

148. Pétain teve êxito em superar a hostilidade do General Gouraud que queria, como Foch, aferrar-se, a qualquer preço, sobre a primeira linha.

149. LOIZEAU. *Conférences sur la manœuvre*.

150. TZU, Sun. *L'Art de la guerre*.

“atacar para produzir o choque com toda a massa, derrubar e derrotar”¹⁵¹. Mas é a Revolução Francesa que torna a palavra popular, com o recrutamento em massa decretado pela Convenção para sustentar a guerra em todas as fronteiras contra a Europa coligada. Napoleão impõe os conceitos de massa de manobra e de massa de ruptura. Em Santa Helena, ele enunciou este axioma: “A força de um exército é avaliada pela massa multiplicada pela velocidade”¹⁵². Clausewitz estima que a evolução da arte da guerra vai no sentido da preponderância do número: “A superioridade numérica é o fator mais importante no resultado do engajamento, contanto que ela seja bastante considerável para contrabalançar as outras circunstâncias. De onde se pode concluir que é preciso concentrar o maior número possível de tropas no ponto decisivo do engajamento”¹⁵³. Ele faz mesmo dessa busca da superioridade o primeiro princípio estratégico, observando que, na Europa atual, “o mais dotado dos generais tem muita dificuldade em arrancar a vitória a uma potência inimiga duas vezes mais forte”¹⁵⁴. De forma menos absoluta, Jomini, depois de ter definido a estratégia como “a arte de levar suas massas o mais rápido possível ao ponto decisivo da zona e da linha de operações”¹⁵⁵, e a grande tática como “a arte de combinar o emprego de suas massas sobre o ponto importante de um campo de batalha”¹⁵⁶, limita-se em observar que, mais as massas postas em movimento são enormes, menos o talento participa dos acontecimentos¹⁵⁷.

Os autores posteriores, fascinados com o crescimento dos efetivos, vão “a privilegiar o aspecto quantitativo da massa. Daí a teoria matemática das massas, mais comumente denominada teoria dos batalhões pesados, que Ardant du Picq critica duramente durante o Segundo Império¹⁵⁸. Seu aviso não é levado em consideração, todos os exércitos da terra engajaram-se na corrida pelos efetivos e as marinhas na corrida pela tonelagem e pelo calibre. No início do século XX, o Comandante Mordacq institui a massa como princípio: é preciso “buscar o ponto fraco do inimigo para aí bater, e isso com o máximo de meios, com uma massa”¹⁵⁹. A idéia é retomada pela doutrina norte-americana mais recente: *centre os efeitos de um poder combatente esmagador no momento e no local decisivos*¹⁶⁰. Tradução teórica de um estilo estratégico baseado na abundância de meios: é preciso esmagar o inimigo sob o peso da massa para obter uma decisão ao menor custo em vidas humanas, da maneira mais decisiva.

No entanto, a maioria dos autores não guarda a massa entre o total dos princípios e isso não foi feito sem bons motivos. A necessidade de ser o mais forte no lugar e no momento decisivos é, certamente, a exigência fundamental da estratégia, porém a massa é apenas uma tradução quantitativa que não é suficiente, a qual Sun Tzu já condenava ao dizer: “A força de um exército não se encontra em sua importância numérica”¹⁶¹. Não faltam exemplos de acumula-

151. SCHORN, op. cit p48.

152. CAMON, op. cit. p.27.

153. CLAUSEWITZ, op. cit. p.203.

154. Ibid. p.309: “O sucesso devido à superioridade numérica deve ser bem mais evidente”.

155. JOMINI, Henri-Antoine. *Traité des grandes opérations militaires*. 4.ed. Paris: Tanera, 1851. t.2. p449.

156. Ibid. p450.

157. Ibid. t7. p7.

158. DU PICQ, Charles Ardant. *Études sur le combat: combat antique et combat moderne, passim, un especial*. p.67 e 97.

159. MORDACQ, op. cit p.127.

160. FIELD, op. cit. p.2-4.

161. TZU, op. cit p.132.

ção de tropas que se revelaram excessivas, senão nefastas, como Vegetius o constatava ao criticar o embaraço dos Exércitos persas¹⁶². As massas são freqüentemente castigadas pela inércia, tanto pela dificuldade para praticar seus movimentos, como pela incapacidade de seus chefes conduzi-las. Em Austerlitz, os Aliados tinham constituído uma massa para desarrumar o centro francês, ela não pôde levar isso a cabo e suas unidades se interferiram mutuamente. A concentração e a economia de forças exprimem a mesma idéia de buscar a superioridade de maneira mais flexível e dinâmica.

Além disso, na época contemporânea, observa-se uma evolução contrária àquela diagnosticada por Clausewitz no seu contexto, com o primado do qualitativo sobre o quantitativo, como apontava o General Chassin desde o final dos anos 1940: “*Nenhuma dúvida que nós estamos no limiar das guerras de laboratórios, guerras científicas onde um pequeno número de sábios desempenhará um papel cada vez mais importante para o futuro do nosso planeta. Nós, assim, afastaremos as guerras de massas*”¹⁶³. Longe de ser um princípio, a massa tem somente um valor relativo.

179 – A segurança

O princípio da segurança prescreve tomar todas as disposições necessárias para permitir a execução de uma operação ou de uma campanha sem correr o risco de ser surpreendido por um movimento imprevisto do inimigo. Foch estabelece um vínculo dialético entre segurança e surpresa: “*No lugar onde não há segurança estratégica, há surpresa estratégica, isto é, a possibilidade do inimigo atacar-nos quando nós não estejamos em condições devidas para recebê-lo de maneira correta*”¹⁶⁴.

A segurança é o começo indispensável para toda ação tática. Não se engaja em um terreno desconhecido sem tê-lo reconhecido, não se engaja seu exército em uma marcha sem que antes tenha assegurada proteção dos flancos. Depois da tática, a segurança, em seguida, tornou-se estratégica quando as operações se expandiram. Não se trata mais de garantir a segurança de um exército em um teatro de operações, mas a do país em outros teatros de operações além do teatro principal. Em 1939, o Exército francês se concentra no Teatro de Operações Nordeste, mas confia ao Exército dos Alpes e ao destacamento dos Pirineus o encargo de garantir a segurança nas outras fronteiras. Perante isto, Hitler entrega a missão de garantir a segurança no frontoeste a um grupo de exércitos que toma posição sobre a linha Siegfried, enquanto o grosso de suas forças vai-se embora determinar a sorte da Polônia.

Se a busca da segurança é necessária e, portanto, tem valor de princípio, é preciso, no entanto, lembrar-se que a sua finalidade é essencialmente negativa (não ser surpreendido); ela é uma condição, não é o objetivo da manobra e ela nunca pode ser mais do que relativa: toda operação, todo movimento admite riscos, os quais precisam ser reduzidos sem que se espere eliminá-los. A busca obsessiva da segurança leva rapidamente à inação e à aniquilação da idéia de manobra, com um efeito perverso já enfatizado, no século XVIII, por Turpin de Crissé: “*Quando só se tem uma outra idéia que é a de não ser derrotado, esta é a forma de sê-lo e muito*”¹⁶⁵. Particularmente, o princípio da segurança (o inglês prefere *security* em vez de *safety*) pode opor-se ao princípio de concentração que impõe reunir as suas forças tendo em vista o esforço principal. O exemplo mais conhecido dessa contradição entre os dois

162. VÉGÉCE. *L'Art militaire*. III-1. p.58.

163. CHASSIN. *L'influence de l'armement sur l'histoire*. Prefácio de J. F. C. Fuller. p.13.

164. FOCH, op. cit. p.216.

165. CRISSÉ, Turpin de. *Commentaires sur les mémoires de Montecucculi*.

princípios é, provavelmente, a segurança insuficiente na manobra alemã de 1914. Sete dos oito Exércitos alemães foram concentrados no *front* ocidental, a fim de obter uma rápida decisão. Um único exército foi deixado no *front* oriental para conter a provável ofensiva russa. Ela se mostrará insuficiente, menos pelo número de tropas, mas, pela incapacidade de seu chefe, o que levará o Alto Comando a retirar, antecipadamente, do *front* ocidental, dois corpos de exército e uma divisão para enviá-los como reforço para o VIII Exército na Prússia oriental. A partida dessas forças enfraquecerá ainda mais as forças alemãs durante a Batalha do Marne e contribuirá, de um modo significativo, para o revés final da manobra. É o papel da economia de forças alcançar a harmonização das exigências contraditórias da concentração e da segurança.

180 – Um princípio abortado: a prudência

Virtude política por excelência, a prudência poderia ser um princípio estratégico, ser o princípio central da estratégia. Já Onosander fazia dela uma das qualidades essenciais do general. Alguns autores modernos a ergueram em princípio, Alfonso de Palencia¹⁶⁶ desde o século XV, depois, entre outros Montecucculi e o Marquês de Quincy: a prudência “*faz tomar todas as precauções para estar sempre em estado de combater e para não ser nunca surpreendido... Ela é uma das qualidades mais essenciais para todos tipos de oficiais e principalmente para um general-de-exército*”¹⁶⁷. A prudência é igualmente elogiada pela escola austriaca¹⁶⁸ e pelos teóricos da pequena guerra.

Entretanto, o princípio não se enraizará na ciência estratégica por consequência de um contra-senso: a linguagem corrente identifica, mais freqüentemente, a prudência como hesitação frente à ação, considerada covardia. O arquétipo do guerreiro prudente, Fabius Cunctator, teve que sofrer uma mesma acusação por parte dos partidários de uma estratégia mais agressiva contra Aníbal: esqueceu-se que ele tinha acabado com uma série de reveses e ele teve que afastar-se frente a Varron, com o resultado do desastre de Cannes (216 aC.). Todos os estrategos que temporizaram, às vezes com razão, foram expostos às mesmas suspeitas, tanto o estilo radiante encontra mais adeptos quanto o estilo prudente. A prudência foi só reabilitada (oficiosamente) no contexto particular da estratégia nuclear.

SEÇÃO IV – AS DIALÉTICAS ESTRATÉGICAS

181 – Os princípios e os procedimentos

Os princípios, como elemento estável da estratégia, devem ser continuamente confrontados com os procedimentos, elemento variável. Os procedimentos são a primeira dimensão a partir do momento que eles dizem respeito ao conjunto dos autores do conflito, do nível tático elementar ao nível tático estratégico mais elevado. A tática de uma arma determina procedimentos operacionais, mas também possibilidades estratégicas: a tática dos carros de combate de-

166. PALENCIA, Alfonso de. *De perfectione militaris triumphi*. Salamanque: Universidad de Salamanca, 1996. p.33.

167. QUINCY, Marquis de. *L'Art de la guerre ou maximes et instructions sur l'art militaire*. La Haye: Henri Scheurler, 1728. p.37 et 42.

168. Por exemplo VDSG. *Abrégé de la théorie militaire*. Vienne: Truttnner, 1766.

semboca na estratégia operacional da guerra-relâmpago, Blitzkrieg. Todo o problema está em determinar em que medida o aparecimento de novos procedimentos suscita uma adaptação ou uma ruptura em relação aos princípios estabelecidos. O conservadorismo histórico da instituição militar origina-se, frequentemente, do fato que ele em princípio é mesmo um dogma, o que é apenas um procedimento imposto pelas circunstâncias ou por uma técnica necessariamente inconstante.

No dia seguinte a 1918, o Exército francês vitorioso concluiu pela inviolabilidade da frente contínua, transformado em princípio fundamental da estratégia terrestre francesa. Nesta ótica, a guerra dos carros de combate só poderia encontrar lugar, de outro modo, como uma força de complemento: o carro era concebido, em primeiro lugar, como um apoio de infantaria. Portanto, a guerra-relâmpago não representava a negação dos melhores princípios estabelecidos. Ao contrário, ela levava ao extremo os princípios aprovados, antes de 1914, do modo mais universal: a ofensiva, a manobra, a concentração, a economia de forças. A negação do princípio fundamental da segurança, com a dificuldade, senão a impossibilidade, para uma força em movimento muito rápido, de manter suas linhas de comunicações, não era necessariamente a mesma; a segurança se personificava agora de uma outra maneira: ela residia na mobilidade da força, o que impedia o inimigo de reagir em tempo útil.

Aqueles que se agarram aos princípios têm a tendência para julgar que “os procedimentos devem ser seguidos”. Aqueles que são sensíveis às novidades têm tendência para desdenhar dos princípios. Tais contra-sensos se explicam pelo furor das polêmicas em um ambiente de tempo de paz, propício às controvérsias acadêmicas e políticas. Na realidade, os princípios e os procedimentos estão indissoluvelmente ligados. Normalmente, aqueles que conhecem melhor os procedimentos avaliam melhor a evolução dos princípios; inversamente, aqueles que estudam os princípios podem tomar consciência plenamente das potencialidades dos novos procedimentos.

O Marechal Rommel é uma excelente ilustração acerca desse aspecto: ele, que é apresentado com bastante frequência como um tático puro, dava continuidade a uma reflexão estratégica, bem elaborada, da qual se encontram vestígios expressivos em suas caderetas de anotações. Seu conhecimento sem igual dos novos procedimentos operacionais permitiu-lhe, em 1944, ter duas intuições estratégicas decisivas: ele previu, corretamente, que o desembarque ocorreria na Normandia, de preferência no Passo de Calais e, sobretudo, percebeu que, à época do Poder Aéreo, a batalha decisiva teria lugar sobre as praias e não no interior, onde a supremacia aérea aliada impediria qualquer resposta eficaz.

182 – Os fatores e os atores

Estas dialécticas dos princípios e dos procedimentos, dos universais e das culturas, recorrem a uma profusão de variáveis que fazem de cada situação um caso único, que nunca parece exatamente com os precedentes conhecidos. Pode-se ordenar essas variáveis em duas grandes categorias: os fatores e os atores.

Os fatores são os elementos sobre os quais o homem não tem influência imediata: o espaço, com todos os seus componentes, as distâncias, a topografia, as vias de comunicação, os recursos, as fortificações... ; o tempo, com as condições climáticas, a sucessão do dia e da noite, das estações... Tais fatores geram tantos constrangimentos ou, ao contrário, oferecem tantas possibilidades que cabe aos atores levá-los em consideração para superá-los ou explorá-los.

Os atores são os próprios estrategos, mas também todos os que intervierem, sob qualquer título que seja, no processo estratégico: os homens que deverão executar o plano estratégico, as pessoas na retaguarda, civis e militares, que fornecerão os meios indispensáveis. O

estratego se acha à frente de um dispositivo, recorrendo a um grande número de atores diversos, dos quais ele deve conciliar as exigências e os limites para tirar o melhor partido, fundindo-os em um conjunto coerente.

A história militar tradicional sempre valorizou os atores. A maioria dos estudos está centrada nos grandes homens: Alexandre, Cesar, Turenne, Frederico II, Napoleão, Moltke... são considerados como tendo desempenhado um papel decisivo. Eles escreveram a história. É o gênio e também o exagero de Napoleão que explicam ter levado o Exército francês até Moscou.

Contra esta explicação julgada simplista, os analistas do século XX reagiram fazendo sobressair os fatores: a história nova substituiu a história dos grandes homens, uma história centrada nas massas¹⁶⁹; os geopolíticos avançaram com um determinismo físico; os sociólogos, os psicólogos, revelaram os condicionamentos de todas as ordens. Esta abordagem foi levada a tal ponto que teve como resultado excessos por vezes tragicônicos: encontram-se, nos dias de hoje, historiadores explicando, muito seriamente, que Napoleão foi finalmente apenas um chefe de guerra qualquer, ou um outro que admira no cerco de Tiro, não o gênio de Alexandre, mas a capacidade de seus carpinteiros que construíram os engenhos de cerco. As campanhas de 1813 e 1814 não são somente o ato do talento do imperador, elas se explicam, também, por uma França mais povoada do que se acreditava, e que, portanto, dispunha de consideráveis reservas de homens.

As duas abordagens são igualmente discutíveis. É perigoso subestimar a influência dos fatores, das forças profundas, como dizia o decano Renouvin¹⁷⁰. Em sentido contrário, é absurdo negar o talento criativo de indivíduos excepcionais que conseguiram levar a arte estratégica a um ponto próximo da perfeição. O “sociologismo” que impregna os trabalhos contemporâneos tem contribuído para o declínio da história militar (assim como da história diplomática) porque esta não se deixa prender pelas explicações deterministas. A história militar é o domínio, por excelência, do papel ativo dos grandes homens que podem acelerar, retardar ou, até mesmo, por vezes, inverter o curso da história.

A fórmula célebre de Montesquieu: “*Havia as causas profundas que faziam que este império devia perecer em uma única batalha*” é tanto brilhante, como perigosa. Existiram, no decorrer da história, batalhas decisivas, cujas influências foram sentidas durante períodos bem longos. É ao aprumo militar executado pelos imperadores ilíricos (Aurélio, Probus, Claudio, o Gótico, depois Dioclesiano) que é devida a reedição inesperada do império romano ao final do século III, ocasionando uma prorrogação de cerca de dois séculos. Da mesma maneira, Malplaquet, Villaviciosa, depois Denain salvam a França de uma derrota total na Guerra de Sucessão da Espanha. Raymond Aron tinha bem sintetizado os perigos da expli-cação determinista em uma bela fórmula:

Como se concebem facilmente as causas profundas que os historiadores alemães teriam encontrado para a derrota da França republicana¹⁷¹.

183 – O problema da fricção

Essa dialética dos fatores e dos atores torna-se ainda mais complicada pela dinâmica própria dos acontecimentos. Sabe-se disso pelo menos desde Max Weber, os acontecimentos

169. Cf. COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Le Phénomène nouvelle histoire*. 2.ed. Paris: Économica, 1989.

170. RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean Baptiste. *Introduction à l'histoire des relations internationales*. Paris: Armand Colin, 1964.

171. ARON, Raymond. *Introduction à la philosophie de l'histoire*: (1938). Paris: Gallimard , 1981. p.290.

tendem a escapar, mais ou menos rapidamente, de seus promotores. Bismarck conheceu bem isso, logo ele que alertava seus sucessores contra os perigos de uma guerra européia, sobre a qual ele dizia que não se poderia mais terminá-la, uma vez que ela tivesse começado; e não se saberia mais quem a tinha começado e nem o por quê. A história militar oferece exemplos múltiplos dessa dinâmica interna, a qual resulta não só da presença do inimigo, mas também da fricção entre os diversos componentes da máquina militar, ou entre esta e seu meio ambiente, o que impede a redução da condução do conflito a um jogo matemático ou geométrico. É este atrito que Clausewitz teorizou sob o nome de fricção. Ele dedica ao tema um capítulo inteiro (o capítulo VII do primeiro livro), no qual ele indica que a fricção é tudo o que “*distingue a guerra real daquela que se pode ler nos livros*”¹⁷². Porém, a definição de fricção varia nas diferentes passagens que lhe são dedicadas. Clausewitz vê, por conseguinte, um sentido restrito e um sentido amplo.

A fricção em sentido restrito resulta das divergências no interior de um mesmo acampamento, entre chefes que pouco se apreciam ou que perseguem propósitos diferentes e, por consequência, recusam em colaborar; entre forças distintas (soldados, marinheiros e aviadores) prisioneiras de suas mentalidades e de seus hábitos, e não chegam facilmente a encontrar uma linguagem comum e cooperar sem segundas intenções; entre os dirigentes políticos e os chefes militares cujas finalidades não podem ser as mesmas; entre os membros de uma coalizão que têm, certamente, um inimigo comum, mas, igualmente, seus propósitos próprios de política externa. Esta fricção existe desde a aparição da arte da guerra. Sun Tzu já pensava sobre isto quando ele defendia a independência do general em face da autoridade política¹⁷³. Inúmeros autores tentaram superar o problema advogando pela unidade de comando. Isto, desejável na teoria, é, muitas vezes, difícil de empregar em razão das resistências corporativas, da dificuldade de achar um chefe capaz de colocar-se acima dos objetivos imediatos e da interferência inevitável do fator político com a condução das operações militares.

Esta fricção no sentido restrito pode ser superada, ou ao menos reduzida a um nível mais brando, quando existe um comando firme, uma única vontade. Napoleão é um bom exemplo disto, pelo menos quando estava presente em pessoa. Faz-se sentir, com efeitos desastrosos, na Espanha, quando seus marechais estavam entregues a eles mesmos. Durante as duas guerras mundiais, esta fricção se manifestou entre todos os protagonistas. O Comandante Charles De Gaulle dedicou ao tema o seu primeiro livro, *La Discorde chez l'ennemi* (1922). O desacordo entre Moltke e Von Kluck teve um grande papel na derrota do Marne, alemães e austríacos foram incapazes de coordenar corretamente suas operações em 1915-1916. O mesmo ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial entre os alemães e os japoneses, quando o afastamento dos teatros de operações contribuiu para amplificar as diferenças culturais e políticas. Esta fricção manifestou-se igualmente entre os Aliados durante a Primeira Guerra Mundial, particularmente no seio do comando russo (o desentendimento entre Jilinski e Rennemkampf desempenhou um papel importante no desastre de Tannenberg em 1914, a inércia do General Evert impediu a exploração do sucesso da ofensiva de Broussilov em 1916) e, sobretudo, na Segunda Guerra Mundial: se a coordenação entre britânicos e norte-americanos funcionou bem no topo, os conflitos entre Montgomery e Patton não permitiram explorar o êxito da Normandia durante o verão de 1944 e permitiu aos alemães restabelecer um *front* defensivo na fronteira do Reich no outono de 1944.

Mesmo quando o problema da fricção no sentido restrito pode ser resolvido, permanece o da fricção geral, que Clausewitz chama conceito geral da fricção e que corresponde à “*at-*

172. CLAUSEWITZ, op. cit. p.109.

173. TZU, op. cit. p.114.

mosfera de guerra". É isso que “*torna difícil tudo que parece fácil*”¹⁷⁴, devido ao fato do perigo (capítulo IV do livro I), do esforço físico (capítulo V do livro I), das informações contraditórias e incompletas (capítulo VI do livro I)... Tantos fatores ainda controláveis pelo estrategista, que pode estar descuidado quanto ao perigo, excepcionalmente resistente à fadiga, perfeitamente informado. Porém, a fricção generalizada tem um alcance ainda maior e escapa a qualquer controle. Os planos, os mais bem preparados, esbarram nesse atrito que “*engendra, então, fenômenos imprevisíveis, justamente porque eles dizem respeito em grande parte ao acaso*”¹⁷⁵. Esta é a quantidade de elementos sobre os quais os atores apenas têm um pouco ou nada de influência: os fatores meteorológicos, a falta de meios ou a resistência inesperada do adversário; mas também os erros de concepção ou de execução inevitáveis nas operações complexas: a má exploração de uma informação, a interpretação errônea de uma ordem, a falha em uma execução... Todos estes riscos são estruturais, nenhum progresso da arte da guerra pode pretender eliminá-los completamente.

184 – A ausência do determinismo

Esta fricção cria uma sucessão de acontecimentos anódinos mas que, acumulados, podem provocar grandes efeitos¹⁷⁶. Disso resulta uma microdesordem capaz de anular ou inverter o macrodeterminismo dos fatores, restituindo assim uma liberdade de ação, pelo menos relativa, aos atores. Pode-se dizer, também, que o desempenho dos fatores, dos atores e dos acontecimentos resulta em uma neutralização recíproca que deixa um campo amplo para a dialética das inteligências e das vontades. Uma falha momentânea do chefe, uma ordem mal transmitida, ou malcompreendida, um rumor que desencadeia um princípio de pânico, a resistência inquebrantável de uma pequena tropa, a chegada inopinada de reforços... podem mudar o rumo dos acontecimentos, transformar a vitória em derrota. Em Marengo, o General austríaco Melas já tinha preparado a notícia da vitória quando a chegada da Divisão Desaix permitiu que Bonaparte invertesse o curso da batalha. Toda a arte do general consiste em aproveitar a ocasião que se apresenta, e que não se oferecerá mais, caso não seja agarrada. Em Praga, descartando as objeções do Marechal von Schwerin sobre o desgaste do exército, Frederico II “*diz em alemão ‘os peixes frescos são os melhores’ e decidiu agir no terreno*”¹⁷⁷. Em Friedland (1809), Napoleão engaja a batalha, enquanto a jornada já está avançada e todas as suas forças não estão reunidas, respondendo àqueles que o instigavam no sentido de adiar para o dia seguinte: “*Não se surpreende duas vezes o inimigo em falta idêntica*”¹⁷⁸. O estrategista que tira o melhor proveito de tal situação disponível é o que sabe adaptar-se, sem dogmatismo, às circunstâncias esclarecidas pela reflexão. O Príncipe de Ligne disse de forma correta:

174. CLAUSEWITZ, op. cit. p.III.

175. CLAUSEWITZ, op. cit. p.II0.

176. Thomas Schelling mostrou perfeitamente isso em: SCHELLING, Thomas. *La Tyrannie des petites décisions*. Paris: Universitaires de France, 1988.

177. WARNEY. *Campanhas de Frederico II, rei da Prússia*. de 1756 a 1762. Viena, 1788. t.1. p.95.

178. CAMON. *La guerre napoléonienne: les batailles*. Paris: Chapelot, 1910. p.253.

Tomar-se-ia sempre, de preferência, conselho do terreno e da circunstância do que de um princípio geral. O momento é o deus da guerra, é ele que aí decide tudo¹⁷⁹.

SEÇÃO V – A DECISÃO ESTRATÉGICA

185 – Especificidade da decisão estratégica

Reputa-se à estratégia ter uma visão global e de longo prazo, mas ela está à mercê de mudanças contínuas, imprevisíveis, uma vez que ela é dependente da tática: “*Diante da vitória tática, calam-se as pretensões da estratégia, que deve saber adaptar-se à nova situação criada*”¹⁸⁰. Consequência inevitável, esquecida, normalmente, pelos adeptos da planificação rígida: “*Não há plano de operação que possa com alguma certeza estender-se além do primeiro combate com as principais forças do inimigo*”¹⁸¹.

Objetar-se-á que a incerteza e a complexidade não são apanágio da atividade estratégica, para isso basta pensar na volatilidade dos mercados de operações na Bolsa. Apesar disso, pode-se dizer que a decisão estratégica é tomada, a maior parte das vezes, em uma atmosfera de estresse contínuo que não se encontra, no mesmo nível, em nenhuma outra atividade. O próprio mercado de operações da Bolsa pára de noite, enquanto que em uma campanha, uma vez impulsionada, não se conhece, durante as suas fases de tensão, nenhum relaxamento. As operações continuam dia e noite. No terreno, os chefes estão submetidos ao estresse da batalha, com o seu ruído, seus odores, a falta de alimentação e de sono, a necessidade de deslocar-se constantemente... Na retaguarda, os chefes não conhecem o tumulto do campo de batalha, mas estão submetidos a uma pressão psicológica devido ao distanciamento, ao desconhecimento dos acontecimentos. Numerosos são aqueles que em algumas semanas de operações esgotam-se nervosa e fisicamente¹⁸². Esta é uma das explicações (entre muitas outras) da ruína de 1914: na primeira parte da campanha, muitos generais franceses se deixam abater e Joffre tem que proceder a uma depuração sem precedentes no comando. Mas, no topo, Joffre permanece inquebrantável, guardando o apetite e o sono no auge da retirada, enquanto do outro lado Moltke, o Jovem, vai afundar-se desde as primeiras más notícias. O mesmo se repetirá, várias vezes, no lado francês em 1940.

Então, não é surpresa que a decisão estratégica seja uma das mais difíceis que se possa apresentar. O Conde de Schaumbourg Lippe disse isso em uma máxima que sobreviveu a todas as mutações da estratégia:

Porque seria necessário que o movimento do espírito fosse bem rápido e que o general fosse bem clarividente, para poder, no meio da desatenção de uma multidão de inúmeros assuntos, que todos viessem a concentrar-se nele, tendo diante dele os inimigos do Estado, os seus inimigos escondidos na corte, da qual ele depende, e, dentro do exército que ele comanda, no meio de milhares de dificuldades e fadigas corporais, fazer considerações, refletir

179. LIGNE, op. cit. p77.

180. MOLTKE, op. cit.

181. Ibid.

182. Este problema decisivo é amplamente subestimado pelos analistas. Cf os trabalhos do Médicin-Général Crocq.

e decidir pelo melhor, com base em conhecimentos a maioria das vezes equivocados e incertos, em questão de dias, horas, quartos de horas ou metade disso, quando os objetos são de natureza a exigir semanas e meses de meditação tranquila¹⁸³.

186 – Complexidade da decisão estratégica

A raridade de grandes chefes não deve surpreender. A decisão estratégica é dominada por uma extraordinária variabilidade. Ela depende de parâmetros múltiplos e deve proceder a uma avaliação:

1. do desafio,
2. dos meios,
3. dos riscos,
4. das circunstâncias.

1. O desafio. Ele se situa em diferentes níveis e é necessário distinguir de modo correto os fins políticos (a linguagem comum fala dos objetivos da guerra) dos objetivos estratégicos. Tal distinção é freqüentemente perdida de vista e daí resulta confusão. No escalão mais elevado está o problema, exposto por Clausewitz, da natureza da guerra. Se o desafio é vital, ele justifica todos os riscos e todos os sacrifícios. Caso seja “limitado”, somente lhe serão concedidos meios relacionados, com o mínimo de riscos.

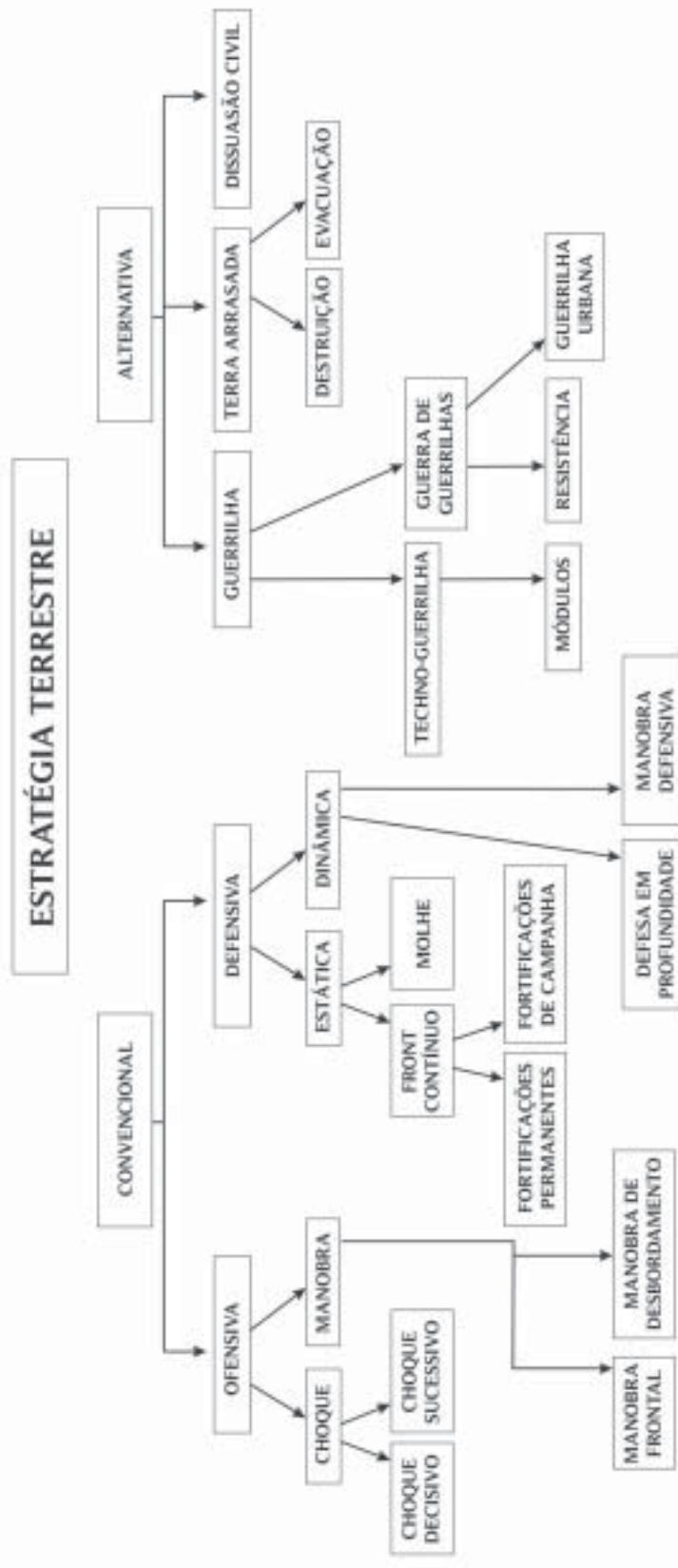
No plano operacional, faz-se necessário apreciar a coerência de um ou outro objetivo com a condução geral das operações: a operação projetada é necessária na procura do objetivo pretendido ou ela não vai levar a uma dispersão e um desgaste, prejudiciais ao esforço principal? A resposta a esta questão é uma preliminar obrigatória, que parece “cair sob a razão”. A história militar está, apesar disso, plena de exemplos de decisões baseadas em má avaliação do desafio, tanto no plano político-estratégico (quando as paixões levam a melhor sobre os interesses) quanto na condução das operações (quando o comando está obcecado pela tomada ou a conservação de uma posição estratégica ou, ao contrário, não percebe as implicações no longo prazo de uma ação – ou de uma inação tática).

2. Os meios. É, a priori, a variável mais fácil de assimilar, uma vez que é amplamente independente do comportamento do inimigo. Porém tal impressão é superficial. É preciso antes de tudo escolher os meios a serem empregados; depois deles escolhidos, a forma que eles vão ter; por fim, faz-se necessário ter em consideração a incerteza que está unida à opção retida.

A escolha dos meios depende, por sua vez, das possibilidades do ator (é preciso fazer com o que se tem...), das inevitáveis brigas pessoais ou burocráticas (quando um chefe ou uma arma reivindica o papel principal, às vezes supervalorizando suas possibilidades, como o fez Goering diante de Dunkerque em 1940 e ainda no que diz respeito ao abastecimento por avião de Stalingrado no final de 1942), mas também da natureza do problema posto, o que remete aos fins, como o tinha visualizado muito bem Clausewitz. Nas guerras de descolonização, o problema era fundamentalmente político e não podia ser resolvido pelos meios exclusivamente militares. Os britânicos compreenderam-no rapidamente na Malásia e tomaram a resolução de dar a independência perante a guerrilha comunista. Os franceses não foram capazes de fazer isso tanto na Indochina, apesar das advertências de Leclerc, e, ainda menos na Argélia.

Porém, mesmo insuficientes, os meios militares são necessários. Na Indochina, Leclerc só propunha-se a negociar em posição de força. Então é preciso empregá-los da maneira mais eficaz. A noção de meios sugere um fator puramente material, enquanto que o problema é

183. SCHAUMBOURG, op. cit. p-147.



também doutrinário: a capacidade graças a qual os instrumentos são empregados conta, muitas vezes, tanto como a quantidade deles. Para a dialética meios-fins, a doutrina norte-americana opõe o trinômio, muito mais sugestivo, “*ends – means – way*”¹⁸⁴. Na França, a expressão “caminhos-e-meios”, empregada desde o século XIX, retomada pelo General Poirier¹⁸⁵, é, infelizmente, pouco empregada. Lá, também, as guerras de descolonização contribuíram para a demonstração. Os norte-americanos, com recursos imensos, obtiveram menores resultados do que os franceses na Indochina. E, não obstante, estes últimos apenas tinham um corpo expedicionário quase miserável, em comparação. Com os meios postos, mais tarde, à disposição de Westmoreland, de Lattre teria derrotado o Viet-minh, como Challe aniquilou a FLN (Frente de Libertação Nacional) na Argélia. O General Challe, aviador, reencontrou o espírito das colunas móveis inventadas na época de conquista por Bugeaud¹⁸⁶ e aperfeiçoadas pelo General Yusuf¹⁸⁷, ele soube romper com um quadrículo dispendioso e ineficaz¹⁸⁸. A Guerra da Argélia foi perdida pela França no plano político, apesar de uma quase vitória militar. A guerra do Vietnã foi perdida pelos norte-americanos nos dois planos, o mau emprego dos meios no terreno constituindo o primeiro elemento do revés, antes da revolta nos campus norte-americanos¹⁸⁹.

Um outro elemento deve ser levado em consideração: não se sabe em tempo algum com certeza como se comportará no combate o instrumento concebido em tempos de paz. A Prússia, aureolada pela lembrança das vitórias do grande Frederico, entra em guerra em 1806 sem compreender que seu exército está esclerosado. E, uma vez as hostilidades iniciadas, ocorre muitas vezes que se aprecia mal o desgaste das forças, o que conduz à tomada de riscos precipitados, ou, ao contrário, a potencialidade deles, o que faz faltar oportunidades. Ao final de 1916, o General Joffre menospreza de modo grave a fadiga da tropa depois do fracasso das ofensivas de Artois, Champagne e Somme, e a defesa terrível de Verdun, e obstina-se ainda em propor a busca da ruptura em 1917. No sentido inverso, Gamelin subavalia de modo grave seus meios no momento da militarização da Renânia, enquanto o Exército alemão é insignificante.

3. Os riscos. “*A guerra não pode ser feita sem riscos*”, “*Na guerra, vê-se os seus próprios males e não se vê os do inimigo. É preciso mostrar confiança*,”¹⁹⁰ disse Napoleão. Toda a arte da guerra consiste em tomar riscos calculados, em dar provas de audácia sem cair na temeridade: é necessário que os meios sejam proporcionais às apostas, ou, pelo menos, que não sejam, manifestamente, desproporcionais. Ao tomar riscos intervém em todos os níveis, aumentando igualmente a margem do aleatório, mas permitindo, em contrapartida, reparar as consequências de uma decisão incorreta tomada anteriormente: os riscos se acumulam, mas também, às vezes, neutralizam-se. O operacional e a tática podem compensar um erro estratégico.

184. LYKKE JR, Arthur F. Defining military strategy. *Military Review*, Jan./Feb. 1997. p.183.

185. POIRIER, op. cit na nota 5. p.57.

186. BOIS, Jean-Pierre. *Bugeaud*. Paris: Fayard, 1997.

187. BOIS, Jean-Pierre. Le général Yusuf 1808-1866: l'aventure au service de la France. *Bulletin de la Société archéologique et historique de Nantes et de Loire*, Atlantique, 1998.

188. LE MIRE, Henri. *Histoire militaire de la guerre d'Algérie*. Paris: Albin Michel, 1978.

189. Permite-se pôr em dúvida a visão “tactical victory, strategic defeat”, proposta por: SUMMERS JR, Harry G. On strategy.. acritical analysis of the Vietnam War. Novato: Presidio, 1982 e por PALMER JR, Bruce. *The 25-year war. America's military role in Vietnam*. Lexington: University of Kentucky, 1984.

190. Carta ao príncipe Eugéne, 30 de abril de 1809, citado em: CAMON, op. cit. p.326.

Essa tomada de risco hoje é negada pelos adeptos da guerra “robotizada” que gostariam de somente engajar-se com a segurança de não sofrer perdas: levada ao extremo, esta tendência vai dar no *slogan* do “morte zero”, cujo resultado principal é o de aumentar desmesuradamente a margem de ação de um perturbador insignificante, como já foi visto no Haiti e na Somália: em um plano puramente militar, o assunto poderia ser solucionado por uma brigada de marines ou um regimento da Legião.

O fator determinante, na avaliação do risco, é o inimigo: “*Pode-se ousar diante de um Mack (o vencido em Ulm) o que não se ousará diante de um Napoleão*”⁹¹. Um Turenne, um Napoleão ou um Manstein identificam, quase infalivelmente, os erros ou os pontos fracos do adversário, ao contrário de um general medíocre ou receoso. Mas é preciso, também, contar com o terreno, o imprevisto... e, sobretudo, proporcionar o risco com a aposta. Este é o sentido da fórmula bastante célebre “*Vencer sem perigo é um triunfo sem glória*”, a qual é citada sem que se saiba ter sido ela pronunciada por Napoleão em sua obra *Précis des campagnes de Turenne* (Sumário das campanhas de Turenne) em um sentido particular: criticando a condução da guerra na Holanda, ele notou que o Exército francês tinha tomado 60 posições em pouco tempo e que havia se dispersado em detrimento do objetivo principal: “*Podia-se conquistar Amsterdã, o que teria terminado com a guerra; não se soube aproveitar as circunstâncias*”⁹². Esta máxima não é de forma alguma uma exaltação à bravura insana.

4. As circunstâncias. Diz-se que a história não se repete jamais e, apesar disso, seu estudo sugere analogias contínuas. Por efeito, se há constantes, tanto geográficas como técnicas ou humanas, não há determinismo: as condições particulares de cada conflito devem sempre ser levadas em consideração. Condições particulares tendo em conta tanto a geografia (configuração do teatro da guerra) como a conjuntura política, diplomática ou militar: as intenções e as capacidades supostas quanto ao inimigo são, com certeza aqui também, o elemento determinante.

É a confrontação destas diferentes variáveis que permitirá a escolha mais adaptada, isto é, aquela que fará a sua parte na audácia, eliminando o aspecto de temeridade, e que conseguirá integrar um conjunto de dados díspares dentro de uma concepção global: a manobra estratégica. Esta deve ser conduzida segundo um plano preestabelecido, mas constantemente adaptado à evolução da situação, como dizia Napoleão:

Uma operação dessa natureza pode ser projetada com antecipação e concebida por completa. Porém, sua execução é progressiva e está apoiada nos acontecimentos que têm lugar a cada dia⁹³.

Moltke, o Velho, retomou a idéia em uma fórmula que se tornou célebre:

A estratégia é um sistema de expedientes. Ela é mais do que uma ciência: é a transmissão do saber para a vida prática, o aperfeiçoamento do pensamento, capaz de modificar a idéia diretriz primitiva em conformidade com as situações que não cessam de ser modificadas, é a arte de agir sob a pressão das mais difíceis circunstâncias⁹⁴.

191. JOMINI, op. cit. na nota 100. p.55.

192. COMMENTAIRES, op. cit. t.6. p.288.

193. COMMENTAIRES, op. cit. t.1..

194. MOLTKE, op. cit.

187 – Meios de decisão estratégica: o problema da informação

A maior característica da estratégia, costuma-se dizer, é seu caráter probabilista. Além de todas as variáveis que se pode teoricamente avaliar de maneira objetiva (a aposta, os meios, ou o terreno...), permanece uma parte irredutível que só pode depender de uma apreciação subjetiva: a que se atém ao comportamento do inimigo. Este é sempre imprevisível. Como dizia Napoleão a Jomini: *“Eis aí a mania dos senhores táticos: eles sempre supõem que o inimigo fará aquilo que ele deveria fazer! Mas, se isso fosse assim, não ousaríamos ir para a cama na guerra, uma vez que esse seria o momento mais oportuno para o inimigo atacar um exército”*¹⁹⁵. O dito inimigo vai tomar as suas precauções para assegurar o segredo da sua manobra e beneficiar-se da surpresa. Como prever e antecipar-se ao que ele vai fazer?

A melhor solução é evidentemente ter os benefícios de um serviço de informações eficaz. *“Se conhecêssemos sempre antecipadamente os propósitos do inimigo, seríamos sempre superior a ele, mesmo com um exército mais fraco”*¹⁹⁶. O ofício de espião foi, freqüentemente, cercado de uma grande suspeita, até mesmo de desprezo, e o direito de guerra pune de morte a espionagem. Não obstante, os maiores capitães estiveram sempre convencidos da necessidade dela. Os romanos¹⁹⁷, como os chineses,¹⁹⁸ praticaram-na de maneira sistemática e em todos os níveis. O Marechal de Saxe dizia: *“Deve-se empregar bastante dinheiro para ter bons espiões”*. Frederico II da Prússia ia na mesma direção: *“O Marechal de Soubise se faz seguir de 100 cozinheiros e eu me faço preceder de 100 espiões”*. Napoleão deu bastante importância às informações e seu espião-chefe Francesco Toli, que desempenhou um papel fundamental nas campanhas de 1796 e de 1800, é um desses desconhecidos que tiveram influência no curso da História. Durante as duas guerras mundiais, a espionagem foi mais ativa do que nunca¹⁹⁹: o nome do espião soviético Richard Sorge tornou-se célebre, mas muitos outros também tiveram um papel importante; o segredo que os cerca impede de render-lhes, de forma plena, o que lhes é devido²⁰⁰. No século XX, a informação humana foi completada pela inteligência eletrônica, escutas e decifrações. Em 1918, o Capitão francês Painvin (politécnico e professor na Escola de Minas), ao decifrar os códigos alemães, contribuiu tanto para o fracasso da ofensiva de Ludendorff que os britânicos concederam-lhe oficialmente a Victoria Cross. No início dos anos 1970, os britânicos começaram a revelar a amplitude da decifração por parte deles, dos códigos alemães e japoneses (Magic e Ultra), cuja importância, de 1940 a 1945, foi muitas vezes decisiva.

Apesar da sua necessidade, que não é discutida por ninguém, a inteligência nem sempre foi colocada no lugar devido no pensamento estratégico. É preciso acusar uma focalização excessiva na condução das operações que impedia de levar em consideração os aspectos preparatórios ou colaterais, como a inteligência ou a logística. Esta carência é particularmente evidente na França onde os maiores autores, como Foch ou Castex,

195. GUERRE d'Espagne: extrait des souvenirs du général Jomini. Paris: Baudoin, 1892. p.83.
196. Frederico II, citado em: GOLTZ, Colmar von der. *La Nation armée*, p.192.
197. AUSTIN, N. J. E.; RANKOV, N. B. *Exploratio*. military and political intelligence in the roman world from the Second Punic War to the battle of Adrianople. Londres: Routledge, 1995.
198. SAWYER, Ralph D. *The Tao of the spycraft*: intelligence theory and practice in traditional China, Boulder San Francisco. Londres: Westview, 1998. Sun Tsu dedica um dos seus treze capítulos aos espiões.
199. Em uma abundante literatura e, na maioria das vezes, sujeita a cuidados, cita-se somente KNOWING one's ennemis: intelligence assessment before the Two World Wars. Ed. by Ernest R. May. Princeton: Princeton University, 1986 e a tetralogia STRATEGIC and operational deception in the Second World War, leaders and intelligence, war, strategy and intelligence, intelligence and military operations. Ed. by Michael I. Handel. Ilford: Frank Cass, 1987, 1988, 1989, 1990.
200. Não se sabe quem era Werther, que operava na vizinhança de Hitler; falou-se muito de Martin Bormann.

não dedicam nenhum desenvolvimento substancial à inteligência, a qual está limitada geralmente só ao reconhecimento tático e operacional²⁰¹. Um dos muito raros autores a conceder-lhe um destaque é o Coronel Lewal, que dirigiu o Bureau de Reconhecimento e Estatística depois de 1870. Ele dedica um volume de sua obra *Études de guerre à Tática de informações*, no qual ele constata tristemente que:

Apesar da sua evidente utilidade, a espionagem é pouco ou nada praticada na França já há muito tempo. Não temos o gosto e não é organizada nem como regulamento, nem como ação. O caráter cavalheiresco da nossa nação presta-se dificilmente para o emprego desse meio que apresenta alguma coisa de traíçoeiro e de desleal... Com tais sentimentos nós nos servimos da espionagem como contra a vontade e, menos ainda, nós não encontramos o instrumento preparado²⁰².

Entretanto, não vamos acreditar que se trata de um problema especificamente francês. Como assinala Douglas Porch,

O ataque japonês em Pearl Harbor, a ofensiva de Hitler contra a Rússia stalinista e o desembarque da Normandia em 1944 fornecem provas abundantes de que, mesmo com a maior experiência e as técnicas mais aperfeiçoadas da Segunda Guerra Mundial, os governos e os generais ignoram, freqüentemente, as advertências de seus serviços de inteligência²⁰³.

O problema permanece nos dias atuais. Mesmo quando a necessidade não é mais contestada, as agências e os serviços de inteligência são vistos, na maioria das vezes, com suspeição, receiam deles os erros e a sua capacidade de manipulação; muito real, como disso testemunha a subestimação das capacidades do Exército alemão em 1935-1938 pelo S. R. (Serviço de Informações) francês ou os erros da CIA (Central Intelligence Agency) na avaliação da ameaça soviética²⁰⁴. O resultado é que tanto o poder político e a hierarquia militar têm tendência em crer nas informações transmitidas pelos seus serviços de inteligência apenas se eles vão no sentido de suas idéias preconcebidas. Como o General Gamelin, não acreditando na iminência de um ataque alemão em maio de 1940; Stalin recusando acreditar na invasão alemã; ou o Almirante Darlan, no desembarque aliado na África do Norte; o governo britânico não quis crer, em 1982, nas informações (precisas) que anunciam um golpe de força argentina contra as Falklands/Malvinas. Tende-se a dar mais importância à inteligência eletrônica (ELINT na sigla norte-americana), coletada pelas escutas de rádio, pelos aviões de reconhecimento ou de guerra eletrônica, pelos satélites... do que à inteligência humana (HUMINT). O problema é que a primeira, embora seja daqui para o futuro de uma precisão surpreendente, não permite sempre antecipar. Em 1990, a inteligência norte-americana não soube prever a ocupação do Kuwait pelo Iraque. Os movimentos das tropas tinham sido detectados corretamente, porém o General Schwartzkopf acreditava em uma operação limitada à ocupação das ilhas de Warba e Boubyane e dos campos petrolíferos de Roumeliah²⁰⁵. Apesar da melhoria

201. Cf. COUTAU-BÉGARIE, Hervé. Le renseignement dans la pensée militaire française. *Stratégique*, 73, 1999-1.

202. LEWAL. *Tactique de renseignements*. Paris: Librairie Militaire, Dumaine, 1881. t.1. p.99.

203. PORCH, op. cit. p.231.

204. Cf. L'EXPLOITATION du renseignement en Europe et aux États-Unis, des années 1930 aux années 1960. Ed. by Georges-Henri Soutou, Olivier Forcade e Jacques Frémeaux. Paris: ISC – Économica, Hates Études militaires 15, 2001.

205. PALMER, Michael A.. *Guardians of the gulf*. In: _____. *A History of America's expanding role in the Persian Gulf: 1833-1992*. New York: Free, 1992. p.159.

exponencial nas performances da rede de satélites norte-americanos, os Estados Unidos foram incapazes de prever os testes nucleares dos hindus e dos paquistaneses em 1998, assim como eles não haviam previsto os testes soviético de 1949 e chinês de 1964. Os atentados de setembro de 2001 encarregaram-se de lembrar que a inteligência humana ainda permanece como um fator determinante.

188 – Subjetividade da decisão estratégica: a avaliação das hipóteses

Qualquer que seja a qualidade da informação obtida, é pouco frequente que ela permita eliminar totalmente a incerteza ao ponto de saber de maneira absolutamente segura o que o inimigo fará. *“A história militar nos transmite geralmente (as informações) que tiveram importância e quando elas são lidas, soltas de toda a desordem em que estão cercadas e envolvidas, no momento da ação, perguntamo-nos como um erro era possível. Mas é muito necessário reproduzir-se toda a miscelânea de dados falsos, vagos, obscuros, para compreender a dificuldade que havia para descobrir a verdade”*²⁰⁶. A análise objetiva da situação deve dar lugar, cedo ou tarde, a uma avaliação subjetiva das hipóteses. Como classificar a estas? Há duas abordagens que um especialista de inteligência, o Comandante Bernis, propôs nos anos 1930, ao denominá-las de escola das possibilidades e escola das intenções.

A escola das possibilidades parte da situação presente para determinar as soluções que se prestam ao inimigo. É o método de Napoleão, que dizia: “*Não é preciso jamais tentar imaginar o que fará o adversário*”. Às vésperas de Austerlitz, ele escrevia para Bernadotte “*O inimigo só pode tomar três decisões: 1) Render-se na Boêmia 2) Ou na Morávia 3) Concentrar-se em Krems. Esta última decisão parece tão absurda que só se quis falar dela unicamente para expor tudo o que é possível*”²⁰⁷, e ele examinava as decisões a tomar em cada hipótese, inclusive aquela que ele considerava absurda. A vantagem deste método é que obriga a levar em consideração todas as hipóteses concebíveis, de sorte que ele permite uma resposta a qualquer movimento do adversário. O inconveniente está em que, ao obrigar a ter em conta uma grande diversidade de hipóteses, cresce o risco de levar a uma dispersão dos meios em detrimento da idéia de manobra (exceto, claro, para alguns capitães excepcionais como Napoleão), sobretudo na época contemporânea com a expansão dos teatros de operações.

A escola das intenções, “*a partir de uma situação e dos indícios que a caracterizam, da doutrina e dos procedimentos de combate do inimigo, do comportamento habitual do chefe, busca determinar a intenção do adversário e a manobra que ele executará*”²⁰⁸. O Duque de Wellington disse um dia: “*Toda a minha vida eu passei tentando adivinhar por intuição o que existia do outro lado da colina*”²⁰⁹. Moltke, o Velho, foi um dos grandes defensores deste método: “*É preciso avaliar sensatamente o que se vê e adivinhar pela intuição o que não se vê*”. O risco está, evidentemente, em equivocar-se completamente sobre as intenções do adversário. O Comandante Bernis, retomando um exemplo já estuda-

206. GOLTZ, op. cit. p.208-209.

207. Carta de 13 de novembro de 1805 em: CORRESPONDANCE militaire de Napoleón Ier. t.3. n.692. p429.

208. BERNIS, *Le Service de renseignements*. Paris: Berger-Levrault, 1934.

209. Citado em HART, B. H. Liddell. *Les Généraux allemands parlent*. Paris: Stock, 1949. p.9. (o título inicial em inglês era The Other Side of the Hill).

do por Foch, mostrou como Moltke estava totalmente enganado acerca das intenções dos franceses em agosto de 1870, somente evitando um desastre graças à imperícia dos seus adversários. Este método se aparenta com uma aposta, mas ele é suscetível, no caso de sucesso, de fornecer resultados mais rápidos ou mais decisivos. Ele supõe a intuição, mas também a chance, sobre a qual Frederico II dizia que é indispensável a todos os grandes generais. Em geral, ela é proscrita pelos regulamentos; o método francês de apreciação da situação militar afirma, por conseguinte, que *“as pressuposições nunca devem ser uma hipótese acerca da manobra ou do comportamento do inimigo”*²¹⁰. Esta posição de princípio mal resiste, muitas vezes, à prova dos fatos. Submerso em informações incompletas, freqüentemente suspeitas e contraditórias, confrontado com possibilidades excessivamente numerosas para serem todas examinadas, o estrategista confia em sua intuição, que é encontrada em quase todas as grandes decisões²¹¹. O problema é que se tal intuição leva, por vezes, a marca do gênio, ela é apenas, a maior parte das vezes, uma idéia preconcebida.

189 – A arte do comando

Em um ambiente tão dominado pela incerteza, o elemento central de toda a estratégia fica na vontade e na capacidade do chefe. A história militar é principalmente a história do comando. É freqüentemente mais fácil recrutar um exército do que por à sua frente um grande capitão. Turpin de Crissé relata que o Marechal de Saxe, *“encontrando um granadeiro que era um muito bom homem de guerra, disse-lhe que seria desejável que o rei tivesse cem mil homens como ele; o granadeiro respondeu-lhe: valeria muito mais que ele tivesse dois como o senhor”*²¹². Um granadeiro não era um homem da corte: para ele o bom senso triunfava em relação à bajulação.

O comandante da guerra feliz no seu ofício colhe a glória da vitória, aquele que é infeliz deve suportar o amargor da derrota. É o General Gamelin, mais do que o soldado francês, o responsável pela derrocada de 1940. É sempre possível dizer que a ação nefasta do poder político, e em especial da Frente Popular (Front Populaire), tornava-se inevitável ou pelo menos provável, mas ela nunca teria revestido essa amplitude catastrófica e naquela velocidade sem um plano estratégico fundamentalmente viciado e sem a incapacidade do comando para reagir a uma situação imprevista. Basta reler uma passagem terrível, nas memórias de Churchill, ao relatar o seu encontro com os chefes franceses depois da penetração em Sedan. O General Gamelin acaba de ter conhecimento que não dispõe de nenhuma reserva para tapar a brecha.

“Nada de reservas estratégicas”. Nenhuma... Eu ficava confundido. O que, então, estava obrigado a pensar do grande Exército francês e de seus maiores chefes? Nunca viria na mente que um comandante-em-chefe, encarregado de defender 800 quilômetros, poderia deixar essa frente sem uma massa de manobra²¹³.

Os mestres chineses já o sabiam. Sun Bin diz:

O que obtém seis vitórias em dez combates está apoiado nos astros.
O que obtém sete vitórias em dez combates está apoiado no sol.
O que obtém oito vitórias em dez combates está apoiado na lua...

210. LA MÉTHODE d'appréciation de situation militaire. [s.n.]: CID, 1996-97. p.6.

211. TOOKE, Lamar ; ALLEN, Ralph. Strategic intuition and the art of war. *Military Review*, Mar./Apr. 1995.

212. MEMOIRES de Montecuceuli. Comentários do Conde de Turpin de Crissé. t.1. p.339.

213. CHURCHILL, Winston S. *La Deuxième guerre mondiale, III, l'heure tragique: la chute de France*. Paris: Pem, s.d. p.50.

Se dez vitórias são obtidas em dez combates, é porque o general é excelente e acima de todos²¹⁴.

Os autores europeus chegaram à mesma conclusão. No tempo de Luís XIV, o Marquês de Feuquière concluiu após uma longa sucessão de exemplos que todos os acontecimentos infelizes podem razoavelmente ser atribuídos somente àqueles que foram encarregados na qualidade de chefe de exércitos²¹⁵.

Para Gabriel Tarde, observador profano mas perspicaz, é mais fácil

complicar os armamentos e as manobras, os gabinetes e as funções, e ter excelentes administradores militares ou civis, do que ter generais ou homens de Estado eminentes que concebam no instante desejado o plano que é necessário e contribuam com o exemplo deles para renovar e aperfeiçoar a arte da guerra e da política²¹⁶.

Quais são as qualidades do grande estratega? Para Clausewitz, ele deve ter “*a capacidade de extrair de uma quantidade infinita de objetos e de circunstâncias, por um julgamento instintivo, o mais importante e o mais decisivo*”²¹⁷. A intuição é indispensável. Ela deve combinar-se com a vontade que dá o espírito de decisão, isto é, a capacidade de fazer a escolha em um meio ambiente dominado pelo caráter lacunar e incerto das informações e por uma evolução contínua dos dados. Como o dizia Napoleão:

É preciso apenas um exército, porque a unidade de comando é a primeira necessidade na guerra. É necessário ter o exército reunido, concentrar a maior quantidade de forças possível no campo de batalha, aproveitar-se de todas as ocasiões; porque a sorte é mulher; se você a desencontra hoje, não espere reencontrá-la amanhã²¹⁸.

Além dessa “vista d’olhos”, ele deve ter uma visão de conjunto que lhe permita ultrapassar o horizonte do campo de batalha para avaliar os efeitos de um sucesso ou de um revés tático sobre o resultado de uma campanha ou de um conflito. Era isto que produzia a superioridade de Turenne sobre Condé, segundo a formulação célebre de Saint-Évremont. “*Um está mais apropriado para finalizar gloriosamente as ações, o outro para concluir de forma útil uma guerra*”²¹⁹.

Enfim, qualquer que seja a diversidade dos temperamentos²²⁰, encontra-se, entre os grandes chefes, uma força de vontade excepcional. Para Marmont: “*Se para ser um grande general é preciso muita inteligência, é necessário mais ainda caráter*”²²¹. O seu adversário Scharnhorst enunciou-o ainda com mais vigor: “*O importante nas guerras não é o que se faz,*

214. SUN, Bin. *Le Traité militaire*. p.28.

215. FEQUIÈRE. Resumos. In: BIBLIOTHÈQUE historique et militaire de Liskenne et Sauvan. p.661.

216. TARDE, Gabriel. *Les Lois de l’imitation*. p.198.

217. CLAUSEWITZ, op. cit. p.678.

218. COMMENTAIRES, op. cit. t.6. p.179.

219. Citado em CARRION-NISAS. *Essai sur l’histoire générale de l’art militaire*, II. p.86.

220. Veja os retratos de Alexandre, de Wellington, de Grant e de Hitler por KEEGAN, John. *L’Art du commandement*. Paris: Perrin, 1991.

221. MARMONT, op. cit. p.10.

mas que se faça isto com a unidade de ação e com o vigor desejado"²²². O maior de todos os estrategos contemporâneos, Napoleão, não tinha qualquer dúvida a esse respeito:

Não existem grandes ações continuadas que sejam a obra do azar e da fortuna; elas derivam sempre do estratagema e do gênio. Raramente, vê-se falhar os grandes homens em seus empreendimentos mais arriscados... Quando quer-se estudar os motivos do sucesso deles, ficamos todos surpreendidos ao ver que eles haviam feito de tudo para obtê-lo²²³.

Fique claro que esta ação do chefe permanece condicionada pela relação de forças. Como dizia Castex, "há declives que não se sobe!" Clausewitz estima que Napoleão não tinha qualquer oportunidade de vencer em 1814: "Em nossos dias, é impossível lutar contra um inimigo duas vezes mais numeroso, mesmo que fosse Bonaparte"²²⁴. Hoje, a superioridade técnica substituiu a superioridade numérica e faz sentir a sua ação ainda com mais força, sem, portanto, aniquilar a capacidade de ação do chefe. A máxima de Arrien, retomada por Puységur, permanece válida para sempre:

O êxito de uma batalha não depende unicamente do chefe, ele só pode contribuir para isso com uma parcela; mas a honra de fazer o plano de uma guerra, de segui-lo bem, de executá-lo bem, é devida sem reservas àquele que comanda e que a empreendeu²²⁵.

A Finlândia estava condenada, a prazo dado, diante da ofensiva soviética. Entretanto, o gênio político e militar do Marechal Mannerheim salvou seu país da escravidão, forçando Stalin, por duas vezes a desistir de sua anexação pura e simples. O rigor do terreno e das condições climáticas e o heroísmo do soldado finlandês não seriam capazes de obter aquele resultado sem o chefe excepcional que soube tão bem organizar a resistência, assim como estabelecer os limites dela: em fevereiro de 1940, em face de seus tenentes inebriados pelos êxitos táticos e que acreditam ser possível a continuação da luta, é ele que impõe a abertura imediata de negociações²²⁶. Modelo perfeito do estratego completo, que domina bem tanto os aspectos militares como a dimensão política.

190 – A coordenação estratégica

O problema se torna ainda mais complexo quando é preciso conduzir as forças que operam em teatros separados ou em meios (terra, mar, ar) diferentes, ou são de natureza diferente (militares, econômicos, psicológicos...). Enquanto o comando é imediato e não admite, em teoria, discussão²²⁷, a coordenação é mediatisada por intermediários que possuem uma autonomia mais ou menos grande.

Nos sistemas de guerra antigos, o problema da coordenação pouco se apresenta. Quando a guerra se desenvolve em teatros de operações diferentes, a falta de meios de comunicação

222. GOLTZ, op. cit.p.56.

223. TOURNÈS, René. *L'Histoire militaire*. p.23.

224. CLAUSEWITZ, Carl von. *Campagne de 1814*. p.57.

225. PUYSÉGUR, op. cit. p.20.

226. MANNERHEIM. *Mémoires*. Paris: Hachette, 1952. p.288.

227. Os regulamentos disciplinares tradicionais exigem dos subordinados uma obediência "completa", "absoluta"... e não admite reclamações uma vez que a ordem tenha sido executada.

ções rápidas e seguras impede qualquer exercício direto do comando pela autoridade suprema. Só há uma coordenação no topo, geralmente a montante, que apenas intervém nas decisões importantes. Cada chefe conduz seus assuntos como quiser em seu teatro de operações a partir de instruções inevitavelmente gerais e rapidamente ultrapassadas. Os imperadores romanos emitiam os *mandata*, que os seus generais aplicavam mais ou menos. Essa situação não se modificará fundamentalmente até a época contemporânea.

Uma verdadeira coordenação apenas pôde efetivamente ser efetuada quando aparecem os meios de comunicações em tempo real. A grande inovação, a partir deste ponto de vista, é o aparecimento dos cabos oceânicos que permitem a transmissão instantânea das notícias de uma ponta à outra do planeta (infra nº 423). Os britânicos conseguiram um avanço decisivo e interessaram-se em assegurar o controle de todos os cabos importantes ao início do século XX. A França e sobretudo a Alemanha ficaram em situação de inferioridade até o aparecimento do rádio, que não se pode cortar, mas que apresenta o inconveniente maior de ser menos discreto (os alemães irão sentir isso com a experiência de 1917, quando a divulgação do telegrama Zimmermann contribuirá para a entrada na guerra dos Estados Unidos). Com tais instrumentos, a coordenação das operações dos teatros afastados e em duas e, logo em seguida, em três dimensões, torna-se desde já possível. A Primeira Guerra Mundial constitui a primeira manifestação de tal situação, ainda hesitante e intermitente, com os conselhos e os comitês interaliados e as tentativas de organização de um comando interaliado que somente se consegue ao final da guerra, com a nomeação de Foch.

A Segunda Guerra Mundial verá o problema novamente apresentar-se, com ainda mais intensidade, tanto entre as Forças Armadas como entre os aliados. Para todos os beligerantes, as rivalidades e as fricções entre o Exército, a Aviação e a Marinha serão permanentes e ocasionarão, freqüentemente, graves enganos, apesar da coordenação assegurada pelos estados-maiores integrados como o Oberkommando der Wehrmacht na Alemanha, o STAVKA na União Soviética ou os Combined Chiefs of Staff anglo-americanos. A coordenação interaliada funcionou muito bem entre os anglo-saxões, com mais dificuldade entre ocidentais e russos, e foi quase inexistente entre alemães e japoneses. Esse tipo de problema permanece até hoje. A exigência interforças se impôs, por toda parte, concretizada pela fusão dos ministérios da Guerra e da Marinha em ministérios de Defesa, mas a identidade de cada força permanece forte e as tentativas de fusão ou de substituição de um comando único para a coordenação em geral fracassaram.